

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Tatiana Martins Alméri

**POSICIONAMENTOS DA INSTITUIÇÃO MAÇÔNICA NO PROCESSO POLÍTICO
DITATORIAL BRASILEIRO (1964): Da visão liberal ao conservadorismo.**

MESTRADO EM SOCIOLOGIA

SÃO PAULO

2007

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Tatiana Martins Alméri

**POSICIONAMENTOS DA INSTITUIÇÃO MAÇÔNICA NO PROCESSO POLÍTICO
DITATORIAL BRASILEIRO (1964): Da visão liberal ao conservadorismo.**

MESTRADO EM SOCIOLOGIA

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais sob a orientação do **Prof. Doutor Edimilson Antônio Bizelli.**

SÃO PAULO

2007

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
TATIANA MARTINS ALMÉRI**

**POSICIONAMENTOS DA INSTITUIÇÃO MAÇÔNICA NO PROCESSO POLÍTICO
DITATORIAL BRASILEIRO (1964): Da visão liberal ao conservadorismo.**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

BANCA EXAMINADORA:

Examinador (1)

Examinador (2)

Examinador (3)

DATA DA APROVAÇÃO: ____/____/____

À instituição mais importante de uma sociedade, ou seja, à minha pequena grande família, a qual se incluem – se é que não são as mesmas pessoas – meus amigos e amigas, cúmplices e amores. Aos mestres pelos quais aprendi a aprender. A todas pessoas que participaram da minha realidade; e, finalmente, àqueles que estudando o passado não estarão fadados a repetir os erros.

Agradeço ao professor e orientador Dr^o Edmilson Antônio Bizelli pelo apoio e encorajamento contínuo na pesquisa, à PUC pelo apoio institucional, aos meus familiares pela garantia afetiva e incentivos. Agradeço também às pessoas que contribuíram para a realização deste trabalho, aos tios e tias por acreditarem na possibilidade de conclusão teórica e na construção do aprendizado.

“Tudo que é bom dura o tempo suficiente para que seja inesquecível.”

Autor desconhecido

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo estudar os acontecimentos políticos e históricos brasileiros na conjuntura da Instituição Maçônica. Avalia o posicionamento da Maçonaria em assuntos políticos, econômicos e sociais brasileiros. O período histórico estudado limita-se de 1960 a 1989, pois esse período se remete às elaborações iniciais do golpe militar, às atuações de militares no poder bem como o fim da manipulação política militar no contexto do Executivo, Legislativo e Judiciário. Calcadas no posicionamento da Maçonaria frente à ditadura militar, as bases realísticas foram alcançadas por intermédio de entrevistas com pessoas que participaram da época estudada; uso-se, também, jornais para o entendimento de como esse contexto se refletiu na sociedade. A fundamentação teórica firmou-se em duas segmentações as quais se dividiram em um breve histórico sobre a Maçonaria e uma síntese sobre os acontecimentos políticos e econômicos da ditadura militar brasileira. Após análises, julgamentos e comparações da pesquisa de campo com a fundamentação teórica, foi possível constatar que oficialmente a Maçonaria apoiou a ditadura militar, porém vários maçons possuíam um pensamento oposto ao que a instituição pregava.

Palavra-chave: Maçonaria; ditadura militar, posicionamentos políticos.

ABSTRACT

The present research has as objective to study the events Brazilian politicians and descriptions in the conjuncture of the Mason's Institution. It investigates the positioning of the Masonry in Brazilians subjects politicians, economic and social. The studied historical period limits of 1960 the 1989, because this period adds the initial elaborations of the military blow, the performances of military in the power as well as the end of the manipulation military politics in the context of the Executive, Legislative and Judiciary. Based on the positioning of the Masonry front to the military dictatorship, the realistic bases had been reached by intermediary of interviews with people who had participated of the studied time; use, also, periodicals for the agreement of this context and the reflected of the dictatorship in the society. The theoretical recital was firmed in two segmentations which if had divided in a historical briefing on the Masonry and a synthesis on the events economic politicians and of the Brazilian military dictatorship. After analyses, judgments and comparisons of the research of field with the theoretical recital, were possible to evidence that officially the Masonry supported the military dictatorship, however several masons had an opposing thought to that institution position.

Key-Words: Masonry; military dictatorship, politician's positions.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	3
2 OBJETIVOS	9
2.1 Objetivo Geral	9
2.2 Objetivos Específicos	9
3 JUSTIFICATIVA	10
4 METODOLOGIA	12
5 UMA VISÃO HISTÓRICA DA MAÇONARIA	18
5.1 O confronto entre a Maçonaria e a Igreja Católica	18
5.2 Transformações na Corporação de Ofício	22
5.3 A Maçonaria Especulativa e suas atuações	28
5.4 O embate chega ao Brasil	32
5.4.1 A Independência do Brasil e os acontecimentos prévios	35
5.4.2 Movimentação republicana	38
5.5 Maçonaria e períodos ditatoriais	42
5.6 Grupos de Atuações da Elite	47
5.6.1 O crescimento internacional do <i>Rotary Club</i>	48
5.6.1.1 O <i>Rotary Club</i> atinge o Brasil	49
5.6.2 <i>Lions Club</i>	49
5.6.2.1 <i>Lions</i> no Brasil	50
5.6.3 Maçonaria	51
6 A DITADURA MILITAR E SEUS ACONTECIMENTOS HISTÓRICOS	52
6.1 Agentes Sociais	52
6.2 Sucessões Presidenciais X Industrialização	53
6.3 Alterações ideológicas e formulações de estratégias	58
6.4 Congruência de interesses	64
6.5 A “elite orgânica” (IPESP/IBAD)	68
6.6 A realização e a prática do golpe	73
6.7 A abertura política	80
7 ANÁLISE DOS DADOS	83

7.1 Caos.....	84
7.2 Ordem.....	90
7.3 Engendramento.....	92
7.4 Poder	93
7.5 Autoridades maçônicas	97
7.6 Posição da Maçonaria na época da ditadura militar	99
7.7 Força coesiva	104
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	108
REFERÊNCIAS	112
ANEXOS	118
APÊNDICES	123

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa analisa a Maçonaria partindo de sua estruturação histórico-crítica na época da ditadura militar brasileira que se iniciou em 1964.

A princípio, cabe ressaltar que a Maçonaria, definida pelos maçons, apresenta-se como uma “Instituição educativa, filantrópica e filosófica que tem por objetivo os aperfeiçoamentos morais, sociais e intelectuais do Homem por meio do culto inflexível do Dever, da prática desinteressada da Beneficência e da investigação constante da Verdade.” (CASTELLANI 2001, p. 11). É uma instituição que, historicamente, prega a manutenção das grandes conquistas sociais, tendo como base o Liberalismo. Porém, o entendimento de quais seriam as grandes conquistas sociais depende da filosofia política de cada instituição e de cada contexto histórico em que está inserida.

Acredita-se que a Maçonaria se modifica e cresce com participações subterrâneas na sociedade mundial, atuando nas grandes transformações sociais, políticas e econômicas, embora alguns grupos neguem esse fato.

A Maçonaria sempre teve como princípio básico se manter secreta, porém hoje é apenas discreta. Isso faz com que o grande público ignore o trabalho maçônico e sua participação nos acontecimentos mundiais. Esse desconhecimento da realidade permite que se desenvolva um espírito de prevenção e até ojeriza em relação à Instituição.

Desde o seu início, a Maçonaria, de uma maneira ou de outra, participa e está presente nos acontecimentos sociais marcados pela História. Sua origem no mundo está calcada em algumas teorias as quais, por várias razões, acabaram sendo divergentes entre si.

Observou-se que a Maçonaria participou de acontecimentos sociais e políticos importantes como Revolução Francesa, a Abolição da Escravidão, a Independência do Brasil e a Proclamação da República. Percebeu-se também que as influências foram recíprocas, pois houve interferência da Maçonaria em relação à sociedade tanto quanto os acontecimentos sociais na estrutura e na ideologia maçônica.

No que tange aos propósitos deste trabalho, faz-se necessário discorrer sobre a atuação da Maçonaria no contexto do Golpe Militar de 1964 e no Processo Político Militar Brasileiro. Esses são acontecimentos históricos dos quais não se tem muita literatura. Os fatos ocorridos nessa época provêm, historicamente, desde a fase da implantação da República, da luta pela industrialização, do período presidencialista de Getúlio Vargas e de Juscelino Kubitschek. Esse deixou muitas dívidas para seu sucessor Jânio Quadros que era maçom da Loja “Libertas” de São Paulo da qual se afastou em 1947 e somente retornou à atividade maçônica em 1985.

Em 1961, Jânio Quadros subiu ao poder e realizou uma política inevitavelmente impopular, pois precisava controlar a economia brasileira. Após sofrer várias pressões políticas, renunciou o cargo para João Goulart e, com isso, trouxe novos componentes políticos à crise, acentuando-a extraordinariamente.

Em 29 de agosto de 1961, o Congresso Nacional instituiu uma Emenda Constitucional cujas conseqüências levaram à instituição de um sistema parlamentarista que limitou os poderes do Presidente da República, porém, em janeiro de 1962, foi abolida por meio de um plebiscito.

Esse acontecimento, entre outros, contribuíram para que o clima no Brasil se tornasse tenso. João Goulart era considerado comunista por suas reformas e idéias de esquerda. Em 31 de março de 1964, em Juiz de Fora, iniciou-se o golpe que se espalhou devido à adesão de várias tropas ao movimento. Tudo encaminhava para o esgotamento de soluções. Como Goulart não conseguiu organizar uma reação, os militares interferiram no sistema de comunicação e cercaram vários pontos do Rio de Janeiro e de outras regiões brasileiras.

Nota-se, entretanto, que a Polícia Civil do governo de Goulart foi pouco efetiva e ineficaz no sentido de garantir a integridade da ordem política, social e governamental pois, no dia seguinte ao golpe, dia primeiro de abril, ela iniciou uma greve. Dessa maneira, João Goulart não teve o apoio da Polícia Civil, o que ajudou na ocorrência do fracasso de manter a ordem. “A revolução foi aprovada às duas da manhã do dia 2 de abril. Às 3h e 45 min, Mazzilli afinal empossado. Logo em seguida, desembarcavam tropas de elite para garanti-lo no poder. O golpe estava

consumado.” (CALDEIRA 2001, p 301). Um dos primeiros atos de Ranieri Mazzilli, dos comandantes Artur da Costa e Silva, Francisco Correia Melo e Augusto Rademaker foi a implantação do AI-1 (Ato Institucional nº 1). Assim, elegeu-se Humberto de Alencar Castello Branco para o cargo de Presidente da República. Seu governo durou até 1967, quando assumiu o poder Artur da Costa e Silva, substituído por Médici, posteriormente por Ernesto Geisel, em 1974 e, finalmente, por João Batista Figueiredo em 1978.

Desde a ocorrência do golpe, destacou-se o clima de repressão (já sobejamente conhecido) que se acentuou até a implementação do Ato Institucional número 5. Inicialmente, muitos políticos tomaram partido dos militares pensando no apoio que eles poderiam lhes dar na eleição de 1965, mas acabaram percebendo que não seria viável pois, de um lado, a insatisfação política popular perante o novo governo era considerável e, de outro, o projeto dos militares não (considerava oportuno) aprovava as participações políticas de algumas lideranças civis que tinham apoio popular.

Em frente a essa situação de grande insatisfação política, surgiram grupos opositores entre os quais se destacam:

- a) MDB (Movimento Democrático Brasileiro): poucas pessoas tiveram coragem de estar nesse partido, pois era um convite para perseguições, ameaças e cassações. É preciso ressaltar que existia divergência em qualquer tipo de oposição, e até mesmo faziam o uso dela para manipular a situação;
- b) Cultura: a cultura é a válvula de escape do povo brasileiro, isso em qualquer estilo de governo. Nessa época, surgiram programas populares, grupos musicais, a Bossa Nova, entre outros;
- c) CPC (Centro Popular de Cultura): seus componentes realizavam peças teatrais e filmes com o intuito de trazer conhecimento à sociedade;
- d) UNE (União Nacional dos Estudantes): os estudantes agiam com reuniões, debates, protestos estudantis, etc ;

- e) PCB (Partido Comunista do Brasil): principal organização de esquerda do Brasil, fundado em Niterói, em 25 de março de 1922. Teve como proposta a luta armada somente após a implantação do Ato Institucional nº 5;
- f) CUT (Central Única dos Trabalhadores): surgiu a partir da criação do sindicato dos metalúrgicos do ABC paulista. Por meio da CUT, conseguiram organizar a primeira greve bem sucedida desde 1968.
- g) Associação Brasileira de Imprensa;
- h) Diretas Já: passeatas organizadas com adesão de vários segmentos da população.

Porém, como se comportava a Maçonaria nessa fase do governo brasileiro desde os preparativos para o golpe de 1964?

A Maçonaria possuía uma forma de diferenciação de pensamento que divergia da união político-filosofal de parte de seus integrantes. Isso significa que, a grosso modo, nela se reproduziam idéias e pensamentos tanto liberais como conservadores, esquerda e direita. Porém, isso ocasionou dissidências internas que motivaram perseguições aos considerados esquerdistas. Os indivíduos seguidores da filosofia política de esquerda haviam ingressado em todas as classes sociais e órgãos públicos, e a oposição ao poder era um assunto que perdurava desde o fim da Primeira Guerra Mundial. A Maçonaria por se intolerante ao envolvimento com extremismos, oficialmente, não aceitava esquerdistas.

“... elementos de esquerda que haviam começado a se infiltrar na Maçonaria a partir dos anos trinta, como se haviam infiltrado em outras instituições, sem excluir a Igreja Católica; e outra que, sem manifestar tendências radicais de direita, era radical na luta contra o envolvimento esquerdistas da Ordem Maçônica, tradicionalmente contrária aos extremismos” (CASTELLANI, 2001, p.154).

Na citação acima, fica claro a oposição da Maçonaria perante atuações políticas contrárias ao governo instituído. Nela é mencionado o termo “elementos de esquerda”, palavras que denigrem o movimento de esquerda, demonstrando uma clara oposição. É evidente que esse era um pensamento da Ordem Maçônica em geral, e não algo pessoal, pois o próprio escritor foi perseguido e exilado por indicações maçônicas.

A origem do binômio, esquerda e direita, como ninguém ignora, foi a divisão das poltronas no parlamento francês. Os termos que definiam bancadas e índoles partidárias subiram para o céu das essências e passaram a designar certos arquétipos, ou, em linguagem mais aristotélica do que platônica, tornaram-se abstratos; mas, ao mesmo tempo em que perdiam densidade telúrica, ganhavam estranhas energias, voltadas para o temperamento.

Além disso, no raciocínio filosófico, nota-se uma quebra de homogeneidade entre os conceitos definidos como temperamentos e cada um desses limites extremos que, de um lado, pertencem à ordem moral, e do outro lado pertencem à ordem intelectual.

O dualismo esquerda e direita induz a procura de sua colocação no plano ético ou mesmo no plano da cosmovisão ou da ideologia, nos quais os termos esquerda e direita significam tipos de personalidades marcadas por parâmetros morais e por concepções intelectuais políticas. Assim, a divisão de direita e esquerda também alcançava a filosofia maçônica daquela época.

Inicialmente, a maioria dos maçons apoiou o golpe militar de 1964, pois parte da população tinha consciência de que o estado político do Brasil estava um caos. Cabe saber se esse caos realmente existia ou se foi um discurso criado pela classe dominante? Se surgiu calcado em uma quebra de hierarquia ou se seria uma desestruturação do Sistema Capitalista? Posteriormente, esse assunto será discutido.

Dentro desse parâmetro, na mente da sociedade, o país estava caótico e precisava de ordem, e essa era, aparentemente, a proposta dos militares. A Maçonaria, juntamente com os militares, expurga os radicais de esquerda. No dia 15 de maio de 1974, o Presidente Ernesto Geisel recebe a visita do Grão Mestre Geral do Grande Oriente do Brasil, “... sendo senador e do partido

situacionista, leu um ofício em que o Grande Oriente reafirmava seu apoio ao regime de governo que se havia instalado em 1964.” (CASTELLANI 2001, p.156). Mas, o “povo” maçônico já não concordava, em sua maioria, com o apoio ao governo imposto pelos militar.

É necessário um estudo aprofundado para constatar como a Maçonaria estava estruturada no golpe de 1964 e no governo militar posteriormente instalado, pois, a literatura existente sobre esse assunto é escassa e explicitamente possuidora de várias lacunas. Como poderia o Grão Mestre defender princípios diversos à maioria do povo maçônico? Ocorreu um “racha” na Maçonaria daquela época? O que a Maçonaria pode ter influenciado nesses acontecimentos?

Essa é a proposição desta pesquisa que se fundamenta em bases científicas e se propõe a fornecer dados concisos para mais uma parte da História Política Brasileira.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

A pesquisa terá como objetivo geral estudar, revelar e interpretar o posicionamento da Maçonaria durante o período da ditadura militar, entre 1960 e 1989. O foco principal estará voltado para o papel dessa Instituição na História Política Brasileira. Este estudo se propõe a desvendar pontos pouco esclarecidos na estrutura maçônica em relação a esse delicado momento de nossa História.

2.2 Objetivos Específicos

- Realizar pesquisas:
 - histórico-sociológica dos anos de ditadura militar brasileira, de 1960 a 1989;
 - histórico-sociológica da Maçonaria e de suas atuações no âmbito político, desde seu início até os dias atuais;
 - de campo com base em entrevistas qualitativas e abertas;
 - nos jornais publicados na época da ditadura militar;
- Analisar as entrevistas com base na teoria pesquisada;
- Cruzar informações entre os dados colhidos nas entrevistas e os colhidos nos jornais;
- Concluir a intersecção entre as teorias e as pesquisas de campo.

3 JUSTIFICATIVA

O Processo Político referente à atuação militar pós-golpe de 1964 foi tão marcante no Brasil, que ainda se reflete na economia, na própria política, na educação, nas expressões artísticas entre outros.

A ditadura militar interferiu drasticamente na vida dos cidadãos brasileiros e nas instituições. As perseguições políticas e as torturas eram atos presentes no cotidiano da sociedade brasileira. Qualquer manifestação cultural ou artística era investigada e censurada se houvesse o menor indício de alguma intenção política. A busca pela centralização do poder era incessante. Os militares procuravam controlar todas as instituições, portanto aquelas que não estivessem a favor da ditadura, certamente estariam fadadas ao fechamento.

O objeto dessa pesquisa é a Maçonaria. Trata-se de uma instituição (segundo a definição da bibliografia maçônica) educativa, filantrópica e filosófica que procura não demonstrar, explicitamente, suas atuações, tentando realizá-las de uma maneira secreta, mas, muitas vezes, elas tornam-se apenas discretas.

Respectivamente, a Instituição e o Processo Político tratado nessa pesquisa será a abordagem da Maçonaria e do Processo Político Militar Ditatorial Brasileiro. Os anos analisados serão de 1960 a 1989, pois a crise e a insatisfação brasileira provêm anteriormente ao golpe de 1964, elas caminham desde a política inevitavelmente impopular de Jânio Quadros, provocada pelas dívidas deixadas por seu antecessor, Juscelino Kubitschek. Assim, será pesquisada a atuação da Maçonaria, uma instituição que já realizou muitos atos na política mundial e conseqüentemente na política brasileira.

A Maçonaria, como instituição, optou por aceitar o regime militar e até mesmo colaborar com ele, porém o desencadeamento desse processo é ainda uma incógnita na literatura acadêmica, pois os registros encontrados sobre o assunto são inexpressivos.

Frederico Guilherme Costa (1993) afirma em seu livro *Breves ensaios sobre a História da Maçonaria Brasileira* que “Se pretendemos um estudo sério da nossa história é mister buscar cátedra no local que nos é devido.” (p. 126).

Os Processos Políticos e as Instituições Públicas que se apresentaram nos anos de ditadura militar brasileira e na Maçonaria concomitantemente, certamente são “locais” precisamente devidos, pois, fazem parte da história e dos acontecimentos sociais brasileiros. Assim, de acordo com a citação acima, para um estudo sério da história e dos acontecimentos sociais brasileiros durante a ditadura militar, é necessário buscar informações na fonte, portanto nada melhor do que buscá-las nas Instituições públicas e na Maçonaria.

Esta pesquisa se torna relevante à medida que contribui com novos dados para a História Social do Brasil e evidencia o posicionamento da Maçonaria na sociedade brasileira.

“Será possível escrever a História da Maçonaria ao lado da História da própria humanidade (processos políticos sociais)? Certamente que sim, pois um estrangeiro já o fez. Um jesuíta chamado Benimelli defendeu uma tese sobre a Maçonaria na Universidade de Zaragoza.” (COSTA 1993, p. 127), portanto, esta proposta de pesquisa é plausível de ser realizada. Ao seu término, será possível apresentar contribuições para três áreas de estudos, já citadas anteriormente: História Social do Brasil, Processo Político Militar pós-golpe de 1964 e Atuações da Instituição Maçônica na Sociedade Brasileira.

4 METODOLOGIA

Esta pesquisa abordará um estudo histórico-sociológico da Instituição Maçônica e da Ditadura Militar Brasileira entre os anos de 1960 e 1989.

A primeira parte da pesquisa recairá em um processo descritivo-interpretativo baseado, em sua totalidade, na literatura existente consagrada no âmbito acadêmico. Através dela serão buscadas formulações interpretativas e reflexivas.

A segunda parte da pesquisa será exploratória com saídas a campo; pessoas envolvidas no assunto serão entrevistadas e, certamente, protegidas pelo código de ética das Ciências Sociais.

As entrevistas serão qualitativas, abertas e guiadas por um roteiro previamente elaborado que estará em apêndice (apêndice 1); porém, as entrevistas se diferenciarão em cada um dos entrevistados. As mesmas serão documentadas em gravadores de fita cassete e, posteriormente, decupadas para melhor compreensão e armazenamento – apresentam-se em apêndice 2.

A terceira parte da pesquisa fundamentar-se-á em um contraponto entre os dados recolhidos nas entrevistas e a teoria apresentada na primeira parte da pesquisa. Esta análise será baseada na síntese indagativa e, posteriormente, conclusiva do tema proposto.

A pesquisa será aplicada no Estado de São Paulo, tanto nas cidades do interior quanto na capital. As localidades se referem ao lugar de residência dos entrevistados e não à composição dos relatos. Os relatos abrangerão não só o Brasil como um todo, mas também as influências externas que ocorreram na época da ditadura. Dessa maneira, não há possibilidade de restringir a pesquisa em um só local de análise; as memórias são construídas e estão intrínsecas na sociedade independentemente de quando e onde ocorreram os fatos.

A investigação do tema proposto foi inteiramente realizada pelo pesquisador, assim, tanto as entrevistas quanto a decupagem das fitas foram feitas pela mesma pessoa. Dessa maneira, é

possível otimizar as interpretações dos relatos dos entrevistados na tentativa de encontrar uma resposta à problemática proposta, buscando atingir os objetivos da pesquisa.

“Em ciência, uma observação é, antes de tudo, algo feito, um ato realizado pelo cientista; apenas por isso é a observação de algo visto, um produto do processo em que se empenha o cientista. Como processo, a observação é parte do que Nagel denomina ‘investigação controlada’. A observação científica é busca deliberada, levada a efeito com cautela e predeterminação, em contraste com as percepções da vida cotidiana, causais e, em grande porção, passivas.” (KAPLAN, 1975, p.131).

Dessa maneira, buscar-se-á o que está encoberto, não apenas porque está encoberto, mas porque seu desvelamento facilitará uma íntima, bem fundamentada e produtiva relação com o mundo. Porém, é preciso lembrar que o objeto das ciências do comportamento é singular, não se repete quando se quer ou se necessita. A observação não pode ser repetida.

É sabido que a maior parte dos problemas que permeiam os estudos referentes à observação científica se referem ao fato de que o cientista e seu objeto de estudo participam de uma comunhão mais rica e mais específica a que se refere a abstração ‘humanidade’. Como consequência disso, o ato de observação afeta direta ou indiretamente a pessoa a ser observada e, na mesma ordem de grandeza, o fenômeno que o cientista está por observar. Na tentativa de superação dessa dificuldade, referente ao comportamento social, enfrentar-se-á essa realidade utilizando os diversos métodos de impor controle à observação, adotando cautelas para isolar a mesma, embora alguma contaminação seja sempre esperada.

“A questão metodológica limita-se sempre a saber se o que é relatado como observação pode ser usado em investigação subsequente, mesmo na hipótese de o particular observador não mais fazer parte do contexto.” (KAPLAN, 1975, p.133).

Acredita-se que o cientista social, inevitavelmente, é um integrante da humanidade, portanto participa da política, da economia, das crenças, dos costumes, das formas de agir, ou seja, de alguma cultura específica, o que acaba gerando preconceitos, julgamentos, etc.

“Qualidade política coloca a questão dos fins, dos conteúdos e da prática histórica. Aponta para a dimensão do cientista social como cidadão, como ator político, que inevitavelmente influencia e é influenciado.”(DEMO, 1989, p. 24). Em um sentido mais amplo, o homem é ser político, quer queira, quer não queira. Por isso, pode, no máximo, ser ‘neutralizado’, seja no sentido de sua emasculação política, para servir sem reclamar, seja no sentido de uma estratégia de distanciamento, como forma de controle da ideologia.

Na verdade, a discutibilidade (questão que indaga sobre o critério de cientificidade) já traz a necessidade do questionamento inteligível, lógico, sistematizado e competente em termos instrumentais, ao mesmo tempo em que permite o aumento da compreensão da realidade. Há de se convir que, no lado político, não se colhem dados definitivos, e o estudo dos problemas estão entrelaçados com suas soluções, caso contrário, tornam-se ciências anti-sociais. A discutibilidade marca a substância processual dialética das Ciências Sociais (HABERMAS, 1982); é fundamentado nesse contexto de configuração analítica que a presente pesquisa se fomentará.

“Do ponto de vista formal, a objetividade poderia ser aceita como a utopia da ciência: conhecer a realidade assim como ela é, no retrato mais perfeito, na explicação mais analítica possível.” (DEMO, 1989, p. 70). Cabe aqui lembrar que a realidade pode ser apenas a subjetividade, o que se imagina ser.

Esse é um ponto fundamental a ser estabelecido neste momento metodológico. O movimento desta pesquisa tem como questão de partida a crítica a pesquisas tradicionais, aquelas feitas dentro de cânones metodológicos usuais, de definição empirista e positivista, as quais selecionam da realidade social aquilo que cabe ao método, cultivam a neutralidade científica e afastam-se da prática. Em um contexto metafórico, estimulam a ditadura do método sobre a realidade, colhendo desta somente o que cabe ao método, deixando de lado toda a qualidade política e os fenômenos carregados de subjetividade. Nas pesquisas tradicionais “Só é tratável cientificamente aquilo que aparece sobre forma de taxa, coeficiente, indicador, pode ser manipulado em computador, é acessível ao manuseio estatístico, etc.” (DEMO, 1989, p. 232).

É importante ressaltar que a pesquisa tradicional acaba cometendo um abuso contra a realidade social imaginando que entre o sujeito e o objeto somente possa existir relação formal, esquecem-se da polarização política, do estilo e do diálogo, regras relacionais, linguagem e unidade de contrários na qual ambos se influenciam.

Em contrapartida, um ponto fundamental a ser estabelecido para a elaboração da presente pesquisa é a utilização do método oposto ao citado até o momento, ou seja, o método não tradicional; sua metodologia básica se contextualiza na dialética histórica, com um planejamento analítico, mas não com um desprezo pela teoria. Os pontos que serão seguidos sistematizam-se na produção de conhecimento, no equilíbrio entre forma e conteúdo (não há porque desprezar levantamentos empíricos), nas decisões políticas e na estratégia aproximativa, promovendo a coerência entre a teoria e a prática.

Foi estabelecido que a metodologia de avaliação qualitativa será a utilizada para a finalidade presente, juntamente com o propósito de observação científica não tradicional, buscando o desafio de realizar metodologicamente a qualidade política, sem desprezar a qualidade formal.

Cabe ressaltar que o horizonte qualitativo será estereotipado em uma relação de representatividade, legitimidade, participações de contextos sociais e auto-sustentação do sujeito entrevistado, o que terá como consequência, precisamente, a produção de conhecimento através do método fundamentado em depoimentos, relatos e testemunhos, calcados em uma disciplina de campo, coleta cuidadosa de material e sistematização do que se busca conhecer.

A quarta e última parte se refere a uma pesquisa que consiste no levantamento de dados sobre o tema proposto junto ao Arquivo Público do Estado (São Paulo), que possui a Gerência da Secretaria de Estado da Cultura, a qual promove, entre outras funções, a coordenação geral da implantação de uma política arquivística no Estado, propondo normas e procedimentos para a organização de arquivos, bem como para a produção, tramitação e eliminação de documentos, além da orientação técnica aos órgãos da administração pública estadual e treinamento de agentes públicos.

O jornal utilizado para a complementação e/ou confronto dos dados colhidos nas entrevistas foi *O Estado de São Paulo*, e as bases jornalísticas analisadas então entre os anos de 1963 e 1964 incluindo todos os meses de cada ano. Talvez seja útil divulgar que as informações estão armazenadas em micro-filmagens.

Nesta pesquisa, além de uma metodologia qualitativa de análise historicista, serão utilizados os arquivos orais, ou seja, depoimentos que possibilitarão o desvendamento da problemática em questão. Histórias de vida e depoimentos pessoais, quando cuidadosamente realizados, possibilitam conhecer um grupo e uma sociedade de seu interior. “As revelações dos informantes mostram como se relacionam entre si, como se formam e se inter-relacionam as camadas, como se exprime a dominação de grupos e camadas, e finalmente como tudo isto compõe a sociedade global.” (QUEIROZ, 1983, p.71).

Posteriormente ao registro das histórias de vida e dos depoimentos pessoais, que serão gravados em fita cassete, a fase seguinte da pesquisa é a transposição das narrativas, que das fitas passam para a decupagem. Essa transformação do material terá como finalidade a obtenção de um documento escrito.

“Como documento escrito, sua especificidade estará em poder ser confrontado com a matriz (a gravação) todas as vezes que necessário, o que não sucede com questionários, nem com documentos históricos. Como documento escrito, não dispensa o cotejo com outros tipos de documentos, para aquilatar a veracidade ou o valor de suas revelações, englobando-se entre estes outros documentos o caderno de campo e as próprias recordações do pesquisador.” (QUEIROZ, 1983, p.86).

Talvez a primeira pergunta que deva ser feita, neste momento em questão, refere-se às múltiplas análises possíveis com relação aos documentos. Essas análises serão delimitadas pelo objetivo geral e pelos objetivos específicos desta pesquisa; assim, aflorarão as questões que interessarem, procurando, no conteúdo do texto, as informações necessárias. Será realizada, antes disso, uma leitura cuidadosa das informações necessárias para o ajuste do conteúdo e posterior decisão de

cortes que poderão ser efetuados, para, conseqüentemente, a partir do material encontrado, possibilitar comparações e possíveis conclusões.

5 UMA VISÃO HISTÓRICA DA MAÇONARIA

5.1 O confronto entre a Maçonaria e a Igreja Católica

A vida, as ideologias e a realidade social apresentam-se para os seres humanos de diversas formas colidentes. Algumas vezes, são agradáveis e estáveis; outras, desagradáveis e instáveis, o que inevitavelmente geram contradições analíticas gerais.

Definitivamente, essas contradições também estão presentes na ciência. As teorias são repostas por outras, são anuladas com outras comprovações e estudos, mas, são totalmente necessárias, pois sem o patamar que a antiga gerou, provavelmente, não seria possível alcançar a nova etapa de conhecimento.

É curioso observar que debates, estudos e pesquisas apresentam contradições científicas, sejam elas sociais, econômicas, políticas, históricas, etc. É preciso estar atento a essas contradições pois, ao analisá-las profundamente, é possível encontrar problemas puramente interpretativos.

Acredita-se que a atitude crítica visa a favorecer a discussão e o surgimento das contradições, entretanto, é imprescindível que ela seja feita com base em um compromisso ético-político, principalmente, quando o estudo se refere à análise social.

Na presente pesquisa, a contradição está fundamentada na análise e descrição da história da Maçonaria, de suas atuações, feitos, credos e, primordialmente, de sua participação no contexto político, econômico e social.

A principal contradição que se apresenta nesse contexto são os valores da Igreja Católica que provocam um combate de ideologias com relação aos valores da Instituição Maçônica. Isso

introduz vários impasses, não apenas na modernidade, pois essa contradição está firmada desde a era Medieval.¹

Talvez, o primeiro questionamento que deva ser feito, neste momento, refira-se à obliquidade engendrada entre a Maçonaria e a Igreja Católica. Nesse binômio de conjecturas, a Igreja ergueu, naquele momento histórico, monumentos colossais como, por exemplo, a Catedral de Chartres (vide figura 1), na França, em estilo gótico, com 167 vitrais, que levou 100 anos para ser concluída, em 1260; isso, certamente, demonstra a riqueza e o poder do clero. As grandes catedrais construídas, a partir do século XI, vieram de uma crença que situava a presença de Deus nos edifícios. (NOBRE, 2007).

Figura 1: Catedral de Chartres



Fonte: (O PECADO, 2000).

Mas, ao invés de se aprofundar em explicações das construções históricas desse período medieval, as quais já foram incessantemente expressadas em trabalhos acadêmicos, e tendo em

¹ Como é sabido, o clero era constituído por indivíduos ricos, filhos de famílias nobres que entravam na vida religiosa para, além de praticar sua crença, exercer o poder político e econômico. Para perdoar banqueiros e comerciantes que cobravam juros, considerados pecado, o clero cobrava doações de parte da riqueza acumulada. Bispos e arcebispos também recebiam terras como retribuição aos serviços prestados aos senhores feudais. (O PECADO..., 2000). Cabe ressaltar que o clero certamente era, naquele momento, uma classe de grande poderio social.

mente discussões mais amplas a respeito de atuações eclesíásticas, é preciso analisar a questão que faz parte do binômio entre os embates que ocorreram e continuam a ocorrer entre a Maçonaria e a Igreja.

Estudando as relações entre a Igreja e a Maçonaria, sabe-se que os monumentos catedráticos eram construídos por pedreiros, ou seja, construtores de catedrais, que possuíam em sua corporação (Maçonaria) ensinamentos, regras e filosofia de vida. Eram os chamados *freemason*, homens livres que buscavam trabalhos relacionados à construção. Cabe ressaltar que a incompatibilidade de pensamento entre a Maçonaria e a Igreja Católica produziu graves impasses entre as duas instituições. Esse fato levou os membros dessa corporação de ofício a sentir a necessidade de proteger o seu conhecimento e para isso se reuniam em torno de segredos que acabaram perdurando até os dias atuais.

Essa circunstância pode ter estimulado a Maçonaria a centralizar sua filosofia que se fundamenta em um conjunto de regras e normas estabelecidas com base educativa e filosófica que objetiva a moralidade tanto social quanto intelectual. Possui uma base político-liberal que propõe a conservação de conquistas sociais que julguem grandiosas. (CASTELLANI, 2001).

Desde seu início, constata-se que a Maçonaria participou e se fez presente nos acontecimentos sociais marcados pela História, da mesma maneira que ocorreu com a Igreja Católica. Porém, isso não deixa especificado e claro a origem daquela no contexto mundial, e, conseqüentemente, surgem algumas teorias que acabam sendo divergentes.

Chamando atenção, particularmente, a essa parte da pesquisa, observa-se que existem variáveis quanto à origem da Maçonaria entre os construtores de catedrais; portanto, torna-se necessário um estudo aprofundado da matéria. Em síntese de leituras e análises sobre esse tema, adota-se a teoria da origem entre os construtores de catedrais, ou seja, pedreiros do período gótico.

“Na opinião quase unânime dos historiadores sérios (diria eu, renomados) que estudaram a maçonaria, a sua origem mais verdadeira é a mais verossímil: ela descende das antigas

corporações de mestres pedreiros construtores de igrejas e catedrais, corporações formadas sob a influência da Igreja na Idade Média.” (ASLAN, 1982, p 18).

Talvez seja útil lembrar que a maioria do acadêmicos contemporâneos aderiu a essa teoria devido aos inúmeros dados encontrados nas investigações feitas por aqueles que se dedicaram a estudar a Maçonaria utilizando método científico. Logicamente que os elementos utilizados para essa constatação são fatos, documentos, usos e costumes da época.

Mas, ao invés de argumentar sobre as várias divergências, deve-se voltar a uma questão que envolve a filosofia maçônica. Ela não fluiu do chão ou brotou simplesmente da cabeça de um integrante da humanidade. A chamada Maçonaria Primitiva é explicada de uma maneira não muito concisa, pois, há divergências devido à obscuridade da Antiguidade, baseada nos mistérios Hindus, Mesopotâmicos, Egípcios, Gregos, Hebraicos e Mitráicos. Essa filosofia “... não tem nascimento estável. (...) . A história alude que, na antiga Pérsia, alguns sábios - persas, caldeus e hebreus -, estabeleceram uma instituição mística denominada de *Magos*.” (LINHARES, 1992, p.32). Jorge Ramos, em seu livro *O que é Maçonaria*, afirma que essa instituição tinha por objeto, além de conservar secretos os vestígios das artes e das ciências dos tempos primitivos, formar um dogma religioso.

Com o intuito de conservar as tradições intelectuais e doutrinárias, por meio de uma ciência secreta, a Instituição dos Magos criou certos símbolos que eram transmitidos aos iniciados à medida que seus conhecimentos iam ascendendo. Isso era passado de geração para geração, o que garantiu o prosseguimento do conhecimento. “Assim, de Iniciação em Iniciação, os *Mistérios dos Magos* foram sendo transmitidos até que há cerca de 5.000 anos, antes de nossa era, chegaram à Índia.” (LINHARES, 1992, p. 32).²

² Nos arcabouços místicos da Maçonaria, encontram-se concepções hinduísticas; em vários Ritos Maçônicos existe a sobrevivência da alma e o aperfeiçoamento espiritual. Nas lendas maçônicas que se referem à imortalidade da alma, dá-se destaque à antiga Mesopotâmia e o culto ao deus Dumuzi, o qual é o símbolo da imortalidade do espírito e da eternidade. “O mito solar, surgido na Mesopotâmia, adquire, na Maçonaria, fundamental importância na mística utilizada para armar a Doutrina Moral, Espiritual e Filosófica Maçônica, já que a caminhada do Iniciado representa uma marcha em direção à luz, meta transcendental dos povos antigos.” (CASTELLANI, 1982, p. 24). O sol, para a Maçonaria, representa a luz do conhecimento, ou seja, a meta do Iniciado, o qual

5.2 Transformações na Corporação de Ofício

É fundamental ressaltar que a Maçonaria, ainda em construção, foi se modificando lentamente e isso propiciou transformações nas corporações, estabelecendo uma mudança no caráter social, moral e político. Em sua história, consta que possuiu o período Operativo que terminou em 1717 e não se sabe, ao certo, o seu início; o período Aristocrático foi até 1789; e o período Democrático iniciou em 1789 e segue até os dias de hoje.

“A maçonaria é um produto genuinamente inglês e medieval, operário na origem e não iniciático ou religioso.” (ASLAN 1982, p 21). A origem da Maçonaria é um ponto fundamental a ser estabelecido; a palavra maçom está no inglês, *mason*, que significa pedreiro.

“Pressupõe-se que, como profissão, a arte da edificação teria começado nos primeiros anos do século XI, época em que os saxões tinham começado a construir numerosas igrejas. Além disso, o pedreiro estava apenas ligado a seu senhor e a sociedade que a pertencia.” (ASLAN, 1982, p 23).

caminha das trevas do Ocidente para a luminosidade do Oriente. “O hábito de decorar o Templo Maçônico com estrelas, planetas, sol e luz é de origem nitidamente egípcia, pois imita o Templo de Luxor, que representa o teto todo estrelado, eis que os templos egípcios eram a imagem simbólica do mundo, com o teto representando o céu.” (LINHARES, 1992, p. 43).

As colunas dos pórticos dos Templos Maçônicos que, além de imitarem as duas colunas do Templo de Salomão, lembram o *lótus* (simboliza a universalidade) e o *papiro* (simboliza a busca perene da transcendentalidade e da espiritualidade). O símbolo grego de Pitágoras e a estrela de cinco pontas são, também, grandes influências da Antiguidade nos Ritos Maçônicos. Com a ponta principal para cima representa o homem em sua alta espiritualidade, pois inscreve a figura humana, chamada Estrela Hominal, representando a cabeça e os membros, assim como sabedoria, gnose e espiritualidade. A posição invertida da estrela representa a materialidade e animalidade, que é materializada pelo bode. A partir do século XVIII, a estrela foi adotada pela Maçonaria com o nome de Estrela Flamejante (CASTELLANI, 1982); os primórdios da fraternidade maçônica estão calcados nos mistérios Mitráticos.

Em 1176, estava em construção a Ponte de Londres³ (vide Figura 2), e, a Abadia de Westminster seria iniciada em 1221. Essas circunstâncias podem ter estimulado a fundação da Corporação dos Pedreiros de Londres com o nome de “Santa Arte e Associação dos Pedreiros”, em 1220. Esse período foi caracterizado com uma grande atividade construtora. Talvez seja útil lembrar, na seqüência do que se está desenvolvendo, que por volta de 1364 foram organizadas as Companhias de *Libré* (*Libery companies*); os operários foram obrigados a aderir à Companhia do ofício a que pertenciam, assim, a Companhia dos Maçons (*Company of Masons*) era uma das noventa e uma Companhias de *Libré* de Londres.

Figura 2: Ponte de Londres 1890



Fonte: TOWERBRIDGE, 2007

A Companhia dos Maçons, ou *Freemasonry*,

“... em sua origem, foi uma sociedade de operários especializados, os Trabalhadores de Pedra, reunidos em guildas, em confrarias de mútuo socorros, em sindicatos, antes mesmo da criação do termo, para defenderem os seus interesses vitais contra os patrões que pretendessem explorá-los.” (ASLAN, 1982, p 25).

É de grande valia ressaltar a relação primária entre a Igreja Católica e a Maçonaria; a segunda prestava serviços à primeira na era medieval, e foi nesse período que começaram os impasses.

³ A ponte de Londres foi inaugurada em 1890.

Percebe-se, por conseguinte, que os maçons eram inicialmente trabalhadores assalariados que possuíam o ofício de pedreiros, os chamados Trabalhadores de Pedra. Porém, uma questão que não deve ser esquecida se refere ao fato de que além do intuito de se organizarem para uma defesa sindical, o mútuo socorro era uma outra grande atividade desses trabalhadores.

Cabe ressaltar que o mútuo socorro acontecia somente perante as famílias dos próprios pedreiros. Nas construções das catedrais ou quaisquer outras grandes construções, os homens trabalhadores tinham que “abandonar” as mulheres e os filhos por meses, e até anos, com o intuito de finalizar as construções; assim, a preocupação com a família era algo que unia a comunidade masculina, e foi neste momento que aflorou o sentimento de fraternidade mitraica.

Acredita-se que os homens sem condições de trabalhar assalariadamente, em sua maioria os mais velhos, tinham a missão de conferir apoio, conforto às famílias e, em alguns casos, até participavam da educação e do ensino da prática de construção para as crianças que iam crescendo com o decorrer do tempo. Esse era o chamado socorro mútuo fraternal que ocorria entre os maçons, o qual se perpetua, porém, de uma maneira diferenciada.

A propósito dessa última afirmação, é necessário deixar claro que tal acepção da fraternidade com lisonjeios e adulações, tão relevante aos componentes desta instituição, parte somente de uma visão unilateral: a dos próprios maçons. Dessa maneira, não se pode afirmar que essa visão é global, mas somente um ponto analítico classificatório.

Não é difícil identificar que o símbolo da maçonaria surge do ofício de labutar com pedras. O compasso e o esquadro (vide símbolo em anexo 1) simbolizam a prática de construção; o instrumento que desenha círculos perfeitos significa, para os maçons, a busca pela perfeição, ele é o símbolo do raciocínio maçônico. O esquadro mostra, com seu ângulo reto, a maneira retilínea que o homem deve seguir na vida, sintetizada na honestidade. Ele, juntamente com o compasso, representa a união dessas idéias e ações, assim, são instrumentos que possibilitam o “lapidamento” de cada maçom. Comparam-se metaforicamente com pedras “grosseiras”, conseqüentemente acabam possuindo a possibilidade de se transformarem em “pedras polidas”,

ou seja, em pessoas possuidoras de um conhecimento relevante, transformador e definitivo na vida dos mesmos. (ASLAN, 1982).

Querendo chamar a atenção, particularmente, para o dado dessa proposição que diz respeito à transformação dos maçons em pessoas possuidoras de um conhecimento relevante que modificaria suas vidas a caminho de derradeira bondade, é de extrema importância notar que essa definição acaba promovendo uma extraordinária superioridade deles perante as outras pessoas, utilizando o Etnocentrismo, tão criticado pelas Ciências Sociais. Surge, em consequência disso, o sentimento de superioridade e diferenciação do grupo que se julga seletivo. Será visto adiante que há uma verdadeira seleção de seus componentes.

Considera-se de real importância a definição histórica da instituição maçônica neste contexto, para que, dessa forma, seja possível a obtenção de parâmetros discutíveis ao longo da pesquisa.

Como é de ciência, com o decorrer do tempo, a Maçonaria Operativa, composta por operários construtores de catedrais, transformou-se em Maçonaria Aristocrática, composta por operários e pessoas que eram convidadas mesmo não sendo construtores de catedrais; eram os chamados aceitos. Nota-se que é a partir dessa transformação na corporação que a seleção entre os componentes começa a ficar mais visível aos olhos. Até então só participavam pessoas que possuíam o mesmo ofício; a partir desse momento diferenciam-se pessoas não por profissão, mas, simplesmente, pelo julgamento do grupo. É possível constatar, então, o claro uso de seleção citado anteriormente.

Querendo ressaltar principalmente sobre essa constatação, observa-se que a instituição diferencia essa mudança somente com proposições históricas, como se essa alteração propiciasse apenas um crescimento, ou uma modificação simplificada dentro da corporação. Isso tem como consequência – conforme história construída por maçons – a Maçonaria Aristocrática, a qual assinala a reunião de quatro lojas operativas de Londres e Westminster, com o fim de fundar um Centro de União, o qual recebeu o nome de Grande Loja Maçônica de Londres, o “Vaticano da Maçonaria”, até hoje a mais importante instituição mundial da ordem. (ASLAN, 1982).

É certo afirmar que as técnicas de construção começaram a perder valor e as corporações mudaram o tom das reuniões. De início, as reuniões estavam voltadas para a discussão sobre o ofício dos mesmos, mas, posteriormente, elas passaram para uma nuance política, influenciada pelas transformações sociais do tempo da Renascença, que marcava a transição da Idade Média para a Idade Moderna, o fim do feudalismo para os primórdios do capitalismo e da concretização de nacionalidades. Os pensamentos iluministas engendraram uma reformulação da conscientização dos membros da corporação.

Nessa época, a Maçonaria oferecia uma forma ilícita de associações aos olhos da Igreja Católica; proporcionava esconderijos, denominados pelos mesmos como proteção às pessoas influentes e à livre manifestação do pensamento; aprovava a universalidade dos conhecimentos e possibilitava, por ser secreta, estudos científicos. É possível aqui destacar que a livre manifestação do pensamento era acessível até o momento que o componente estivesse seguindo os passos que os membros da instituição concordavam; a partir do momento que isso não ocorria, a liberdade se engendrava à escuridão das profundezas.

Todos esses passos do processo de transformação institucional deixam evidente que a Maçonaria tendo um “ofício” não arraigado a um local; mantendo elos entre cidades e países; protegendo e acolhendo os irmãos (maneira que os componentes se tratam) em viagens, essa instituição proporcionava aos estudiosos o “livre” intercâmbio de conhecimentos e idéias, tornando-se, conseqüentemente, um “abrigo” para os “intelectuais pensantes” da época. 91. Acreditam que a Maçonaria representou, como coadjuvante, parte do Renascimento Cultural e Científico, lutando pelas grandes reformas sociais e intervindo na solução de problemas internacionais. Dessa maneira, os intelectuais acabaram “enxergando” a Instituição como um *habitat* seguro e coerente para suas sobrevivências às fogueiras.

Uma primeira conseqüência da nova centralidade, reproduzida acima, é que dessa fase em diante, a Maçonaria abandonou a condição de sindicato dos operários para transformar-se em clube

social, do qual as mulheres estavam afastadas, clube tipicamente só para homens, *only for men* (ASLAN, 1982).⁴

Essa pluralidade de transformações é refletida e reflete-se na sociedade, pois essa passava por alterações que modificaram a história mundial. Alongam-se os confrontos entre as monarquias e a Igreja Católica a partir do século XVI. O primeiro grande confronto aconteceu durante o reinado de Henrique VIII (1509-47), na Inglaterra. Depois de ter um pedido de casamento recusado, Henrique VIII rompeu com Roma e inaugurou a Igreja Anglicana, onde o imperador era o principal líder religioso.

Concomitantemente, no meio da própria Igreja Católica, aumentava a insatisfação com a riqueza e a corrupção, entre outros problemas. Em 1517, na Alemanha, o padre Martinho Lutero afixou 95 teses contra o sistema de indulgência na Igreja do Castelo de Wittenberg. Foi o início da Reforma Protestante que causou uma reação do Vaticano, guerras religiosas e perseguições a minorias raciais. (O PECADO, 2000).

Mas, ao invés de relatar como esses fatos ocorreram, algo sobejamente discutido no campo acadêmico, certamente é mais cabível, neste momento, expor, de uma maneira sucinta que, com o advento do Iluminismo, do Renascimento Cultural, da Reforma Protestante e da revolução nas ciências, com avanços nas pesquisas científicas e na avaliação da importância do conhecimento científico, é proporcionado o mundo racional, em oposição ao mundo fantasioso de verdades absolutas do período medieval. A partir de então, a busca da "verdade" dos fatos passa a ser observada e recolhida documentalmente, ou seja, o empirismo estava por dominar a realidade. (MOURA,1997).

⁴ Um dos Landmarks da Maçonaria espelha a não aprovação de mulheres nas reuniões; isso se explica pela não participação das mesmas nos trabalhos pesados dos operativos, o que as restringia às tarefas domésticas. Os especulativos, em seus primórdios, se reuniam em tavernas até altas horas da noite e, portanto, em locais e em horas impróprias para as damas. Há também a explicação de que as mulheres, nas sociedades antigas, por dependentes do *pater familiae* as tornavam pessoas sem a cidadania completa, ou melhor, eram consideradas “cidadãs de segunda classe”. Porém, várias explicações existem ao redor deste polêmico Landmark nos dias atuais, no qual cabe a discussão de exclusão social referente ao gênero, entre outras controvérsias.

5.3 A Maçonaria Especulativa e suas atuações

Para um atendimento das discussões acerca da temática proposta neste trabalho, certamente é necessário finalizar a seqüência pela qual a história da Maçonaria percorreu até chegar nos dias atuais. No decorrer do século XVIII, a Maçonaria Especulativa, ou seja, não Operativa, desenvolveu-se de modo excessivamente rápido e, dessa maneira, “construiu sua fisionomia atual” com rituais, graus, catecismos, jóias, indumentárias, cerimonial, liturgia, doutrina, filosofia, enfim, tudo que hoje constitui a Maçonaria Moderna.

Porém, até então, a Maçonaria possuía Landmarques e doutrinas que repeliam sua intromissão na política e na religião. Isso foi se modificando à medida que a sociedade também se transformava. Neste contexto, o Absolutismo Europeu juntamente com o poder da Igreja Católica e o colonialismo na América estavam “bloqueando” qualquer desenvolvimento que não estivesse dentro das verdades aceitas.

Partindo de definições maçônicas em busca da filosofia liberal, vê-se que “... desde fins do século XVIII, a Maçonaria, através de seus membros (...), viu-se ligada a quase todos os acontecimentos políticos importantes.” (ASLAN, 1982, p 29). O que se nota, então, é que a participação dos maçons nesse momento passa a ser política. Cabe acrescentar que a participação da Maçonaria nos acontecimentos nunca foi unilateral. Os maçons estavam presentes em acontecimentos que hoje são vistos com bons olhos; e em outros, que atualmente são repugnados.

Um outro lado, que certamente deve ser levado em consideração, é a despeito das inúmeras condenações de maçons por parte dos Papas e, em linha diversa, a participação de muitos padres nas lojas maçônicas como, por exemplo, Padre Feijó (no período da Regência) e Padre Roma (prócer da Revolução Pernambucana de 1817). (LOJA, 2007).

Acredita-se que com a introdução da instituição no contexto político social, principalmente no fim do século XVIII, é que a Maçonaria torna-se Maçonaria Democrática e seus adversários “afloram”. Esse é um ponto fundamental a ser situado e analisado, pois, na verdade, há uma

questão que indaga sobre essa situação e retrata tendências que apenas deixam superficiais os julgamentos. revisão

Há duas maneiras de justificar o questionamento sobre esse assunto. Em primeiro lugar, é a partir desse momento que as participações políticas, filosóficas e intelectuais começam a se concretizar. A segunda justificativa recai sobre um sentido mais amplo que se refere à construção de ideais revolucionários.

Entretanto, nota-se que o lado da história escrita por maçons é a versão que centraliza a Maçonaria como a instituição que possibilitou o surgimento das discussões; assim, cabe um pequeno relato sobre isso:

“Como cidadãos proeminentes, os Maçons estiveram, de fato, à frente de muitos movimentos políticos, seja como os da América, visando à emancipação política, seja como os da Europa em geral, procurando impor uma constituição às monarquias absolutas. Mais tarde, a implantação quase universal do regime republicano, como regime ideal, encontrou nos maçons os seus maiores apóstolos.” (ASLAN, 1982, p 30).

Desse modo, observa-se que, nessa totalidade analítica, existem vários exemplos das participações da Maçonaria em acontecimentos políticos. A Revolução Francesa “... surgiu baseada nas idéias dos maçons Voltaire, Rousseau, Condorcet, D’Alambert, Turgot, Diderot, entre outros”. (CASTELLANI, 2001, p.26). Em meados do século XVIII, a então Maçonaria dos Aceitos consegue se difundir em todas as classes sociais: nobreza, clero, burguesia, militares, serventuários da justiça, parlamentares e intelectuais. Admitem que afirmar que a Revolução Francesa deveu-se a uma exclusiva obra maçônica é inverdade, mas estão certos de que a Maçonaria funcionou como um veículo político das idéias liberais, que, encontrando terreno fértil no desenvolvimento causado pelas crises sociais, econômicas e políticas, levou à eclosão da Revolução, marco histórico da ascensão da burguesia, da decadência da monarquia absoluta e de fatos de grandes conseqüências para todos os povos do mundo.

Com a Declaração Universal dos Direitos do Homem e dos Cidadãos, baseada nas idéias do maçom Rousseau, em seu livro *Contrato Social*, no qual, homens são livres e iguais perante o nascimento e a organização pública, e isso tem que ser assegurado conforme a vontade do povo, foram suprimidos os Direitos Feudais, os privilégios fiscais e a venalidade dos cargos.

Entretanto, é imprescindível questionar as construções que se referem à constatação relatada acima. A partir da afirmação de que a Maçonaria influenciou na constituição de projetos e reflexões de ilustres pensadores como Rousseau, questiona-se o seguinte: Será que não sendo maçom Rousseau escreveria o *Contrato Social* ou só sendo maçom seria possível essa façanha?

No ponto de vista da bibliografia maçônica, a resposta a essa pergunta, com certeza, seria da seguinte maneira: somente a Maçonaria deu possibilidade de abertura a Rousseau, e isso traz um engrandecimento à instituição.

Em uma análise mais aprofundada, cabe trazer uma divergência a esse pensamento; a resposta à pergunta anterior poderia ser seguramente oposta à dada; Rousseau, sendo maçom ou não, escreveria o *Contrato Social*, assim como todos os outros “pensadores” renomados citados anteriormente. A ênfase colocada em uma determinada forma analítica pode trazer interpretações errôneas aos acontecimentos históricos. A Maçonaria apresenta o embate teórico como se a revolução intelectual tivesse sido feita única e exclusivamente porque os “pensadores” eram maçons; porém, uma constatação que se apresenta de imediato é que, sendo maçons ou não, os ideais revolucionários estariam por vir. Caso contrário, filósofos que não fossem maçons não teriam a inteligência, sagacidade e principalmente intelectualidade de elaborar algo que atingiria a sociedade como um todo.

Como a História constata, a Maçonaria oferecia a possibilidade de livre locomoção e interação entre seus participantes, mas não a base filosófica e sociológica para a formação de teorias analíticas do sistema social da época.

A Maçonaria, como não haveria de ser diferente das outras instituições, busca demonstrar somente suas virtudes, seus componentes que trouxeram diferenciais para as sociedades, e se

apresenta como inevitável para algumas realizações. A ênfase colocada em determinados fatos e realizações, sem dúvida, deve-se a esse comportamento vangloriador.

Conforme bibliografia maçônica, nos séculos XVIII e XIX, a Maçonaria participou da luta pela extinção da escravidão. Nesse capítulo da História, as principais participações maçônicas foram os dezenove capítulos escritos pelo maçom Montesquieu nos quais "... a filosofia queria demonstrar a iniquidade dos homens, ao reduzir seus semelhantes a objetos e propriedade e dele fazerem mercadoria" (CASTELLANI, 2001, p. 30).

Entre outras participações que as Lojas Maçônicas julgam ter atuado no âmbito social pode-se citar na esfera mundial: a Primeira Guerra Mundial, a Segunda Guerra Mundial, Unificação Italiana; e no Brasil: a Revolução Brasileira de 1932, em meio a tantas outras. As influências afluíam dos dois lados, tanto a Maçonaria influenciou a sociedade quanto os acontecimentos sociais influenciaram a estrutura e a ideologia da Maçonaria. Assim, com essas grandes influências, a Maçonaria se julga um centro de trabalho de "pensantes" com o intuito de transformação social.

"Tal é a missão da Maçonaria no século XX, o trabalho fecundo para a derrubada de barreiras, para o estreitamento de laços e amizade, para o entrosamento de interesses, para a abertura de uma estrada mais ampla, mais luminosa que possa levar ao objetivo de maior importância, à meta final da Maçonaria, à Fraternidade Universal." (ASLAN, 1982, p 33).

Essa missão de Fraternidade Universal parece recair-se somente na universalidade do poder e da supremacia social, pois até hoje a participação da "massa" não se concretizou; em todas as atuações citadas acima, os interesses do povo ficaram excluídos, o que se reflete dentro da própria Instituição Maçônica, pois somente pessoas convidadas podem pertencer à mesma, e os convites são feitos a integrantes da elite. Isso foi possibilitado pela transformação que a Maçonaria sofreu no decorrer dos séculos.

Finalmente, a transformação incidida dentro da Maçonaria levou centenas de anos para completar-se; a tradição corporativa - como tantas outras tradições - manteve-se sem

desfalecimento. Foi possível às antigas lojas de pedreiros operativos converterem-se, por completo, em lojas de “pedreiros” especulativos, conservaram-se o simbolismo e o ritual de tempos remotos, enriquecidos - e, não poucas vezes, deturpados - pela continuidade secular da sua prática.

5.4 O embate chega ao Brasil

No Brasil, os valores da Igreja Católica vêm sendo disseminados desde a época da colonização portuguesa. Isso foi justificado pela necessidade de "civilizar", educar as pessoas, manter o “controle das almas” na vida diária de um povo que compartilhava práticas sociais e religiosas diversificadas como, inicialmente, as dos indígenas e, posteriormente as herdeiras das tradições culturais africanas e lusas. Esse foi um instrumento muito eficaz para veicular a idéia geral de obediência e, especialmente, a de obediência ao poder do Estado monárquico, enquanto a Igreja e o Estado ainda estavam vinculados. “Não existia na época, como existe hoje, o conceito de cidadania, de pessoa com direitos e deveres com relação ao Estado, independente da religião. A religião do Estado era a católica e os súditos, isso é, os membros da sociedade, deviam ser católicos.” (FAUSTO, 2006).

Talvez seja útil lembrar que tanto os povos livres como os cativos não eram poupados das imagens negativas a eles associadas: os índios eram considerados indolentes, passando muito longe do refinamento desejado. Os outros habitantes geralmente eram vistos como ignorantes e incapazes de compreender a lei e a lógica do Estado. Por surpreendente que possa parecer, apresentava-se, dessa maneira, uma verdadeira inversão de valores que exigia uma reforma eficiente capaz de ordenar aquele universo da diferença. Tentando conter um modo de vida indesejável, era preciso que as pessoas servissem aos valores da Igreja Católica. (MOURA,1997). Para tal, tornou-se inevitável a continuidade dos embates ideológicos, os quais, neste momento, serão enfocados somente entre a Maçonaria e a Igreja Católica.

Partindo dessas considerações, tornou-se difícil estabelecer uma linha de pensamento entre essas duas instituições; a contradição de posicionamentos perante a sociedade era é explícita. Para se

ter como exemplo, num pronunciamento recente, o Cardeal Patriarca de Lisboa, maior poder de influência sobre o catolicismo brasileiro, referiu-se à Maçonaria como uma instituição que se expressa por meio de ataques anticlericais e rejeição da dimensão misteriosa da fé e da verdade revelada. Ao ser questionado se a fé católica e a visão do mundo que ela inspira são compatíveis com a Maçonaria, o Patriarca de Lisboa responde que não, afirmando que um católico, consciente da sua fé e que celebra a Eucaristia, não pode ser maçom. O cristianismo e a Maçonaria têm visões inconciliáveis do sentido do homem e da história. (FERREIRA, 2005).

Essa questão que indaga sobre posicionamentos diferenciados retrata uma tendência que é apenas superficial. As mentalidades católico-conservadora, liberal e cientificista criaram debates em relação à divergência entre a Maçonaria e a Igreja Católica que contribuíram para definições conflitantes sobre as quais surgiram clichês atribuindo à Maçonaria como a possuidora do pensamento liberal, e à Igreja como a retentora do pensamento conservador

Pensando em termos ilustrativos, uma comprovação das desavenças entre a duas instituições é o documento que se traduz em um aviso paroquial de Ascanio Branão à Paróquia de São Dimas, de São José dos Campos, em dezembro de 1953. Note-se, na análise do mesmo, que, neste aviso, menciona-se a não aceitação da Igreja Católica com relação aos ideais maçônicos; dessa maneira, nenhum católico poderá se tornar maçom, pois será excomungado, algo que vem sendo defendido desde o papado de Clemente XII, o qual foi Papa de 7 de abril de 1730 até 6 de fevereiro de 1740. Uma das partes mais interessantes do aviso define que:

“Por mais que os maçons procurem iludir os fiéis dizendo se tratar apenas de uma sociedade beneficente e de fins altruísticos, não é possível conciliação alguma entre as duas ideologias. **Não se pode ser católico e maçom.** Ficam pois assim prevenidos todos quanto estejam para se filiar à Maçonaria, que **incorrem na pena de excomunhão.**”⁵

Essas contradições que geram desavenças levam ao entendimento que isso se iniciou, possivelmente, pela busca da liberdade de pensamento contra o absolutismo monárquico,

⁵ O aviso Paroquial está exposto integralmente em anexo 2.

geralmente vinculado à Igreja. Porém, atribuir à Igreja taxações e rótulos conservadores e lisonjear a Maçonaria na busca por novos pensamentos transformadores voltados ao liberalismo é transcrever dois pólos, o bem e o mal, algo que se torna fundamentalmente incabível. É necessário ainda ressaltar, como será visto adiante, que outras questões fundamentam essa conflitante disputa e se ligam a ela.

Acredita-se que, partir da segunda metade do século XIX, a Igreja Católica brasileira, influenciada por uma convergência internacional, empreendeu uma transformação interna denominada “romanização do clero”, o que ocasionou o seu um fortalecimento como instituição, iniciando assim um movimento que condenava o racionalismo, o liberalismo e a liberdade religiosa, ou seja, desaprovava os adventos da modernidade. (BARATA, 1994). Entretanto, trazia à tona a importância dos pensamentos eclesiásticos à sociedade daquela época.

Em um sentido mais restrito, a Eclosão da Questão Religiosa, em 1872, contribuiu exacerbadamente para mobilizar toda a organização maçônica, que, por meio do Parlamento e da imprensa, “... desencadeou uma verdadeira luta da Igreja Católica contra os defensores da liberdade de pensamento, do racionalismo, da liberdade religiosa, enfim, do liberalismo.” (BARATA, 1994, p. 84). Isso atinge a sociedade como um todo.

O conjunto de condenações específicas da Igreja Católica dirigidas à Maçonaria contribuíram para reforçar, na visão fantasmagórica do coletivo, um espectro de ameaça. Isso era reforçado pelo fato de a Maçonaria ser uma instituição secreta, hoje discreta, pois, como já foi constatado sociologicamente, “... para a estrutura das ações sociais recíprocas entre os homens, o secreto é sempre a expressão sociológica da maldade moral.” (SIMMEL, 1983, p. 379).

Entretanto, estudar a realidade maçônica é se aventurar em terreno pantanoso. “O próprio caráter secreto, a existência de vocabulário específico, de rituais e de um simbolismo peculiar são, efetivamente, barreiras que devem ser transpostas pelo historiador.” (BARATA, 1994, p.79).

Acrescente-se a isso o reduzido número de estudos acadêmicos sobre o tema e a vasta historiografia produzida por maçons que se dedicam aos estudos históricos sobre a Ordem, os

quais, de maneira geral e compreensível, assumem uma perspectiva factual e de valorização indiscutível de seu papel.

A propósito dessa última afirmação, os historiadores maçons defendem a participação e a contribuição da Maçonaria para a realização de vários acontecimentos sociais brasileiros. A primeira Loja Maçônica realmente documentada como a mais antiga do Brasil é a “Reunião” do Rio de Janeiro, fundada em 1801. Essa Loja possuía vasta influência do Grande Oriente Lusitano. (ASLAN, s/d).

5.4.1 A Independência do Brasil e os acontecimentos prévios

Partindo das considerações anteriores, foi importante situar alguns acontecimentos históricos para que, dessa maneira, fosse possível acoplar a história da Maçonaria à história da civilização brasileira. No Brasil, a Maçonaria considera sua obra máxima a “Independência do Brasil” (1822). Desde 16 de dezembro de 1815, D. João VI ao elevar o Brasil a Reino Unido deu o primeiro passo para a independência, além da vinda da corte ao Rio de Janeiro.

Outro passo para esse acontecimento, foi a Revolução do Porto que exigia a volta de D. João e discussões sobre o antigo pacto colonial (1820).

“Naquela altura, a principal questão que dividia as opiniões era o retorno ou não de Dom João VI a Portugal. O retorno era defendido no Rio de Janeiro pela ‘facção portuguesa’, formada por altas patentes militares, burocratas e comerciantes interessados em subordinar o Brasil Metr pole, se possível de acordo com padrões do sistema colonial. Opunha-se a isso e ao retorno do monarca o ‘partido brasileiro’, construído por grandes proprietários rurais das capit nias próximas   capital, burocratas e membros do judiciário nascidos no Brasil.” (FAUSTO, 2006, p. 130-131).

Cabe ainda destacar que o Dia do Fico (09/01/1822)   uma outra obra histórica que os maçons fixam-se com grande participa o; as realiza es desse dia foram lideradas pelos maçons José

Joaquim da Rocha e José Clemente Pereira, com representações de várias províncias ao príncipe no sentido de que ele fosse contra os decretos e permanecesse no país. “O ‘partido brasileiro’ concentrou seus esforços no objetivo de conseguir a permanência de Dom Pedro no Brasil. A decisão do príncipe de ficar no país, solenizada no ‘dia do fico’ (9 de janeiro de 1822) representou a escolha de uma caminho sem retorno.” (FAUSTO, 2006, p. 132).

A representação dos paulistas com relação a esse episódio, 24/12/1821, foi redigida por José Bonifácio, que também era maçom; a fluminense, 29/12/1821, pelo frei Francisco de Santa Tereza de Jesus Sampaio, orador da Loja “Comércio e Artes”. (CASTELLANI, 1993).

Como já foi bastante descrito na História, D. Pedro, com o conhecimento de D. João, fez a independência do Brasil, contando com a ausência da população brasileira. Foi auxiliado pela Maçonaria, que representava uma forte corrente política na época. Isso comprova que a Independência não atingia de fato a necessidade de toda a sociedade, não buscava uma igualdade social e muito menos uma democracia. Entretanto, é necessário notar que a liberdade conquistada nada mais significou que a confirmação do poder na inovação palaciana, ou seja, de cima para baixo. Além de que, por se tratar de uma inovação palaciana, a iniciação de D. Pedro na Instituição Maçônica trouxe ganhos para ambos os pólos. Para a Maçonaria, ter um regente em seu âmbito simbolizaria poder; para D. Pedro, ter a Maçonaria ao seu lado significava abolir uma possível inclinação a um regente diferente.

Com base nessa breve descrição, percebe-se que a Maçonaria apoiou a permanência e o poder de D. Pedro I (também maçom), aniquilando a possibilidade de a população brasileira ter a liberdade política de escolher o seu próprio governante. Com isso, manteve-se a subordinação, dando continuidade ao aumento estrondoso da dívida externa. Ao invés de trazer a liberdade, a Independência deu prosseguimento à submissão do povo brasileiro aos mandamentos e à supremacia européia. “... a emancipação do Brasil não resultou em maiores alterações da ordem social e econômica, ou da forma de governo.” (FAUSTO, 2006, p.146).

No dia 9/01/1822, na sala do trono, José Clemente Pereira (Presidente do Senado da Câmara e maçom), interpretando o pensamento geral dos manifestos das províncias de São Paulo e do Rio

de Janeiro leu as representações juntamente com uma advertência, um simbólico ultimato e um pedido formal para que o príncipe-regente permanecesse no Brasil.

Calcando-se em elementos entrelinhados com relação ao partido brasileiro, Boris Fausto comenta que as articulações políticas daquele momento foram realizadas “... sobretudo através das Lojas Maçônicas (...). No Brasil, onde os padres participavam freqüentemente de atos de rebeldia, a maçonaria teve a feição de um núcleo anti-absolutista, cujos membros mais extremados tendiam a defender a independência do país...” (FAUSTO, 2006, p. 131).

Neste mesmo contexto, pode-se ainda apontar que no dia 13 de maio de 1822, por proposta de brigadeiro Domingos Alves Branco Muniz Barreto, os maçons fluminenses, sob liderança de Gonçalves Ledo, outorgaram ao príncipe o título de Defensor Perpétuo do Brasil; foi uma cartada política para melhora do prestígio político junto ao regente, suplantando o prestígio também de José Bonifácio. (CASTELLANI, 1993).

A despeito dessas participações, faz-se jus lembrar que a iniciação de D. Pedro na Maçonaria foi no dia 2 de agosto de 1822, pela indicação de José Bonifácio, “patriarca da Independência”, que “conduziu” os acontecimentos do dia 7 de setembro de 1822. (NOSSA HISTÓRIA, 2005, p.18).

Por surpreendente que possa parecer, os historiadores maçons julgam que os documentos levados por Paulo Bregaro – como cartas entregues a D. Pedro em “memória” do emissário da Maçonaria, Antônio de Menezes Vasconcellos Drumond, nas províncias de Pernambuco e da Bahia – proporcionaram a proclamação da independência do Brasil. (FERREIRA, s/d).

Além dessa carta, havia outras de D. João, da princesa Leopoldina e de José Bonifácio. Para fins argumentativos, vale transcrever um trecho da apresentação da carta de José Bonifácio: “... si não ficar correrão rios de sangue nesta grande nobre terra, tão querida do seu Real pai, que já não governa em Portugal, pela opressão das Cortes; nesta terra que tanto estima V. Alteza e a quem tanto V. Alteza estima – José Bonifácio de Andrada e Silva” (CINTRA, 1922, p.47).

Alicerçados em um julgamento crítico desses acontecimentos (Independência do Brasil, Dia do Fico, entre outros) os historiadores maçons evidenciam o grau de importância da Maçonaria na Independência do Brasil, além de demonstrar a inevitável proclamação que D. Pedro teve que realizar; isso porque, segundo eles, José Bonifácio era maçom. Porém, esquecem de analisar que essa proclamação não teve a participação do povo; o povo naquele momento da história, como em vários outros, estava à parte de decisões sociais. Assim, com esse ato, os brasileiros continuaram submissos ao domínio português já que fica explícito que a proclamação foi realizada sem o seu aval, uma vez que não lhe traria qualquer benefício.

Partindo dessas considerações, é possível perceber que esse e muitos outros fatos da história brasileira em que a Maçonaria participou foram “abafados” ou nem ao menos revelados, pois essa Instituição tem como propósito ser secreta, sendo assim, suas atuações na sociedade tornam-se invisíveis, mas não menos fortes e consistentes.

Cabe aqui uma indagação: Se José Bonifácio e D. Pedro não fossem maçons, realizariam a proclamação da independência do Brasil? Certamente. Mesmo a Maçonaria não existindo, a Proclamação da Independência teria sido realizada; provavelmente ela seria um pouco diferente do que foi, mas, pela comparação com acontecimentos históricos em outros países que possuem estruturas semelhantes a do Brasil, torna-se possível analisar e constatar que as proclamações foram uma tendência que obedeceram a estruturas políticas, econômicas e sociais.

No século XIX, nos países latino-americanos, houve o anseio por organizações, principalmente, por aquelas que se fundamentavam no progresso científico europeu e na confiança de novos caminhos desbravados pela Revolução Industrial, na tentativa de despistar o atraso agrícola e direcionar-se à posição do poderoso império, a Inglaterra. (BERGO, 1983).

5.4.2 Movimentação republicana

Um outro exemplo da influência Maçônica no Brasil foi a atuação na movimentação republicana. Por volta do ano de 1887, nas Lojas, nos Corpos Filosóficos e nos Clubes Republicanos de

inspiração maçônica, destacavam-se muitos maçons civis que foram intitulados de “republicanos históricos”, como Quintino Bocayuva, iniciado na Loja “Piratininga” de São Paulo que, posteriormente, seria o Grão Mestre do Grande Oriente do Brasil; Manoel Ferraz de Campos Salles, futuro presidente da República; Prudente de Moraes Barros, que viria a ser o primeiro presidente civil da República; Francisco Rangel Pestana; Lauro Sodré, que viria a ser governador do Pará e Grão Mestre durante 12 anos; Francisco Glycerio, que também viria a ser Grão Mestre, mas, foi impedido por Lauro Sodré; Américo Brasiliense de Almeida Melo; Ubaldino de Amaral; Bernardino de Campos, entre outros. (CASTELLANI, 1993).

Mas, antes de argumentar sobre esse assunto, é necessário voltar-se a uma questão que se refere à teoria positivista da época. A palavra de ordem do positivismo era invalidar a inacessível determinação das causas, dando preferência à determinação das leis. Auguste Comte opunha-se à concepção do direito natural e do pacto social e às doutrinas teológicas. Preconizava o emprego de novos métodos na análise científica dos problemas sociais. Do ponto de vista social, afirmava que a sociedade deveria ser dividida em classes, em dominados e dominadores para que houvesse possibilidade de harmonia na convivência social. (COMTE, 1990).

Em resumo, como doutrina e método, o positivismo passa a confrontar-se com a sociedade individualista e liberal através do emprego da ordem e do progresso, pontos que Comte considerava fonte principal de todo sistema político. A política positiva não reconhece nenhum direito além do de cumprir o dever.

Esse novo paradigma social, o positivismo, teve grande aceitação na Europa e também em outros países, como o Brasil. No caso do Brasil, ganhou conotações distintas do positivismo europeu e serviu, entre outros acontecimentos, de embasamento sócio-filosófico-político para o advento da República.

O regime republicano não correspondia teoricamente ao despotismo, mas deixava implícita a idéia de um governo de salvação no interesse de clara preferência pela formação técnica, pela

ciência e pelo desenvolvimento industrial. Em geral, na prática brasileira, o período republicano assumiu a forma da defesa de um executivo forte e intervencionista.⁶

É nessa parte que a filosofia maçônica se associa à filosofia militar e intelectual da época. Mesmo admitindo que “O discurso positivista é, na sua essência, autoritário. Isso não significa que não esteja presente no discurso liberal, pois o liberalismo não significa liberdade para todos.” (BERGO, 1983, p.48). É preciso fazer uma análise mais aprofundada sobre os fundamentos que se inserem na sociedade. No liberalismo ou mesmo no neoliberalismo, o positivismo está inserido; usam-se o progresso científico e o técnico que chegam a assumir o lugar da religião, como utensílio de dominação das classes subalternas, já que se presencia uma era científica. Com pressupostos de racionalidade e eficiência, explicitamente defendidos pelo positivismo, traz-se o problema nuclear da civilização moderna (ou pós-moderna, como queira chamar): a diferença entre as elites e as classes subalternas, as quais se sintetizam nos privilégios, nas privações e na falta de mercado de trabalho.

A caracterização acima importa no ponto de vista de sentidos básicos, uma vez que, no Brasil, o positivismo esteve presente através dos militares, políticos, intelectuais, assim como no liberalismo maçônico. Admite-se a substituição da religião pelo progresso científico e técnico, assim como a racionalidade e a eficiência para que as classes subalternas fossem dominadas.

A Maçonaria, mesmo não admitindo, tem em sua filosofia, além do liberalismo, o positivismo. Os maçons classificam-se como formadores de opinião, confirmam a tese de Comte “saber para prover” que defende a supremacia da ciência, da inteligência, e é ela que traz o domínio. “As elites intelectuais se preocupam com a transformação da realidade em termos de modernização, juntamente com profissionais liberais, políticos e homens de empresa, que anseiam por uma filosofia que se funda no real, no positivo e no prático.” (BERGO, 1983, p.62). É com bases liberais, porém calcado em princípios positivistas que a filosofia e as atuações maçônicas se constituem.

⁶ Não cabe aqui tentar resumir os vários aspectos da corrente positivista, mas simplesmente contextualizá-la na república brasileira.

Os maçons acreditam que “... é a inteligência que governa o mundo, que é o saber positivo, que faz a força das sociedades modernas, que espalha o bem, que implanta a justiça (...) que faz os homens livres...” (BERGO, 1983, p.62). A inteligência, a ciência e o estudo passam a ser a base para a formação de uma elite intelectual competente e desembaraçada dos termos tecnológicos. Dessa maneira, esperam que, com esse poderoso instrumento nas mãos, seja possível amparar e solucionar os problemas de uma sociedade; ou, pensando por um outro viés, é com esses instrumentos que será possível formar uma elite de dominação das classes subalternas, isso vai depender de como serão utilizados os instrumentos.

Voltando à discussão sobre a movimentação republicana brasileira, vale lembrar que:

“Foi comum atribuir-se papel importante na queda da Monarquia a dois fatores: a disputa entre a Igreja e o Estado e a Abolição. O primeiro deles contribuiu em alguma medida para o desgaste do regime, mas seu peso não deve ser exagerado. A queda da Monarquia restringiu-se a uma disputa entre elites divergentes, e nem entre os monarquistas nem entre os republicanos a Igreja tinha forte influência. Quanto à Abolição, as iniciativas do imperador no sentido de extinguir gradualmente o sistema escravista provocaram fortes ressentimentos entre os proprietários rurais...” (FAUSTO, 2006, p. 236).

Mais uma vez, as elites existentes na época, com instrumentos adequados de domínio, conseguem colocar a Monarquia como uma política em desuso e passa a implementar uma nova política governamental, a República. Ora, diria um historiador maçom: no movimento republicano, várias influências maçônicas tornaram-se essenciais para o desfecho ocorrido. Na província do Rio Grande do Sul, Loja “Vigilância e Fé” de S. Borja, o maçom Aparício Mariense da Silva realizou uma proposta aprovada e encaminhada para o resto do Brasil com o intuito de que fosse evitada a implantação do Terceiro Reinado.

Com o intuito de comprovações participativas, busca-se o episódio ocorrido na província de São Paulo, Lojas “Independência” e “Regeneração III”, de onde partiria outra iniciativa maçônica neste sentido, solicitando o apoio de todas as demais Lojas para uma conspiração que impedisse o advento do Terceiro Reinado. (CASTELLANI, 1993).

No dia 15 de novembro de 1889, os líderes do movimento republicano decidiram realizar o golpe com a movimentação de tropas, tendo como frente Deodoro, Benjamin e Quintino.

“Deposto o Conselho de Ministros e afastado o imperador, foi proclamada a República e Deodoro assumiu o poder, como chefe do Governo Provisório, com um ministério, que, por coincidência, era totalmente composto por maçons: Benjamin Constant (guerra), Quintino Bocayuva (transportes), Aristides Lobo (interior), Campos Salles (justiça), Eduardo Wandenkolk (marinha), Demétrio Ribeiro (Agricultura e Obras Públicas) e Rui Barbosa (fazenda). Esse ministério executou a reforma institucional, inclusive com a separação entre a Igreja e o Estado.” (CASTELLANI, 2001, p.120).

Depuseram-se os ministros, afastou-se o imperador, proclamou-se a República, assumiu-se o poder e, mais uma vez, a participação do povo foi colocada de lado em decisões sociais as quais se culminaram na supremacia política da elite. Não haveria de ser diferente, analisando o contexto social positivista, porém com alguns fundamentos liberais, seria óbvio que a elite novamente teria o poder em suas mãos. Vale lembrar que essa elite também era constituída por maçons que, como afirmam, ajudaram na proclamação da República e como consequência disso também trouxeram o positivismo para dentro das relações sociais brasileiras. Isso fica constado no símbolo brasileiro: “Ordem e Progresso”.

5.5 Maçonaria e períodos ditatoriais

É desnecessário dizer o quanto períodos ditatoriais são conflitantes e influenciam a sociedade como um todo. Este tópico referencia tanto o governo totalitário de Getúlio Vargas quanto o dos generais pós 1964; períodos em que os brasileiros se submeteram a ditaduras.

O que traz a relevância do golpe de estado de 10 de novembro de 1937 foi a dissolução do Congresso, dos partidos, a extinção da Constituição de 1934 e a publicação de uma nova, elaborada por Francisco Campos.

Talvez seja útil lembrar que a implementação do “Estado Novo”, regime ditatorial autoritário, inevitavelmente repercutiu em todas as instituições sociais brasileiras, e o Grande Oriente do Brasil não foi uma exceção. O fechamento das Maçonarias foi aconselhado ao governo, em 25 de novembro de 1937, pelo general Newton Cavalcanti, membro do Conselho de Segurança Nacional. A única Loja que se manteve em funcionamento foi a do Distrito Federal. (CASTELLANI, 1993).

Por motivos argumentativos, cabe uma pequena descrição do que ocorria, por exemplo, na cidade de São Paulo. Na Loja “Piratininga”, o livro de Atas nº 45 foi encerrado na folha 84, no dia 20 de outubro de 1937. Todavia, embora oficialmente fechadas, as Lojas continuaram a desenvolver seus trabalhos secretamente e em outras locais.

Apesar do fechamento das lojas, o Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil apoiou o regime autoritário imposto ao país, publicou esse apoio no Decreto nº 1.179, do dia 2 de junho de 1938, o qual exigia que as Lojas que se mantiveram clandestinas eliminassem os obreiros que professassem ideologia contrária ao regime.

O texto do decreto se configura desta maneira:

“Faz saber, a todos os Maçons e Oficiais da Federação, para que cumpram e façam cumprir, que o Conselho Geral da Ordem, atendendo ao que dispõe o nº 13 do art. 3º da Const.: e usando o direito que lhe outorga o nº 2 do art. 34 da mesma lei, adotou, em sessão de 26 de maio a seguinte RESOLUÇÃO. Art. 1º - As Lojas da Federação excluindo imediatamente dos seus seios os Obreiros que professem ideologias contrárias ao regime político-social brasileiro, enviando logo ao Conselho Geral da Ordem, em caráter de recurso ‘ex-officio’, mas sem efeito suspensivo, a lista dos membros atingidos, à qual serão anexos os elementos comprobativos de seu ato. Art. 2º - Se o Conselho Geral da Ordem considerar justificada a resolução da Oficina, o ato desta será

mantido; se, porém, a reformar, o Obr.: voltará à situação anterior. Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.” (CASTELLANI, 1993, p. 248).

Além do período totalitário de Getúlio Vargas, várias análises podem ser feitas, no período totalitário pós-golpe de 1964, no sentido de posicionamento da Maçonaria. Como é sabido, após a renúncia de Jânio Quadros – maçom iniciado na Loja “Libertas” de São Paulo – desencadeou-se uma crise política sem precedentes na história republicana. “O Grão-Mestre Cyro Werneck, em nome do Grande Oriente do Brasil, manifestou-se, publicamente, pelo respeito à Constituição, com a conseqüente posse de Goulart na presidência.” (CASTELLANI, 1993, p. 279). Apoiando, portanto, a posse do vice ao cargo da presidência.

É reconhecido que, após a posse de João Goulart, nos agitados dias que precederam o golpe de 1964, a maioria dos maçons apoiou o movimento militar de “derrubada” do até então presidente da República, embora, inicialmente, houvesse uma divisão de opinião na Maçonaria brasileira. Em nenhum momento, no período pós-revolucionário, o Grande Oriente do Brasil, como instituição, foi molestado, embora a repressão que se seguiu à queda de Goulart tenha agitado a intimidade dos templos maçônicos. Isso ocorreu não diretamente, através do governo, mas por meio da corrente que apoiara o movimento e que iniciava, no seio da instituição, uma verdadeira “caça às bruxas”, que seria incrementada a partir de 1968, quando foi fechado o Congresso Nacional e editado o Ato Institucional nº 5. (CASTELLANI, 1993).

Esse ponto é essencial à presente parte da pesquisa, pois a situação de ditadura militar levou sérios problemas ao Grande Oriente do Brasil. A partir de 1970, a Obediência enfrentou as causas remotas da crise institucional, resultando na cisão de 1973. Graças à ditadura militar (1964), a atividade maçônica externa ficou muito diminuída. Restringiu-se a fatos administrativos internos, ficando os externos representados por lisonjas, como, por exemplo, a “...entrega da medalha comemorativa do IV Centenário da cidade do Rio de Janeiro, por uma Comissão do Conselho Federal da Ordem, ao general Octacílio Terra Ururahy, em 1965 (o Grande Oriente foi a única entidade privada que cunhou medalhas para o evento).” (CASTELLANI, 1993, p. 284).

Houve um outro fato importante nesse período da história: no sexto mês de 1964, José Menezes Júnior assumiu o Grão Mestrado Estadual, sucedendo Aurélio de Sousa, que sofreu acusações não comprovadas de fraudes eleitorais. Aurélio acaba deixando o cargo e assumindo uma vaga no Conselho Federal. (CASTELLANI, 1993).

No Grande Oriente, o ano de 1967 foi paupérrimo em fatos, podendo-se destacar, apenas decretos que publicavam uma nova Constituição de Obediência; criaram a Delegacia Estadual do Rio de Janeiro e o Grêmio de Radioamadores do Grande Oriente do Brasil, e instalaram o Superior Tribunal Eleitoral.

Em 24 de junho de 1969, o Grão Mestre Geral, Moacir Arbex Dinamarco, escreve em seu relatório anual o seguinte:

“... demonstramos o pensamento da Maçonaria sobre a relevância do papel das Forças Armadas na Defesa do regime Democrático. Não nos acomodamos quanto à crise estudantil e, em declaração incisiva, colocamo-nos como mediador da mesma, procurando serenar o episódio.” (CASTELLANI, 1993, p. 290).

Com essa afirmação, o Grande Oriente se posiciona de acordo com o papel das Forças Armadas, defendendo assim, não um regime democrático como afirma o Grão Mestre Moacir Arbex Dinamarco, mas um regime autoritário. Afirma ainda que a Maçonaria posiciona-se a favor de sanar as reivindicações estudantis, quadro importantíssimo de oposição à ditadura.

Apesar do formal apoio à ditadura e da não existência de perseguições explícitas à instituição maçônica, alguns homens da Maçonaria, dessa época, como o secretário da cultura, sofreram pressões do grupo, foram denunciados pela própria Ordem e julgados como “pessoas de esquerda”, portanto inadequados a pertencerem à Maçonaria. Fica, conseqüentemente, claro que a Maçonaria como Instituição apoiou a ditadura militar formalmente, como será visto a seguir; porém, isso não quer dizer que todos os membros da Maçonaria tinham uma opinião unânime. Vários integrantes da ordem eram contra a existência de uma ditadura; isso se faz explicar as pressões que alguns maçons sofriam na época.

No ínterim dessa dissidência, percebia-se nas Lojas Maçônicas de um lado o apoio institucional e do outro o desacordo de alguns membros em relação à existência da ditadura. Esse fato provoca disputas, uso da hierarquia, formação de grupos e conseqüentemente um “racha” dentro da Ordem Paulista, o chamado Cisma Paulistinha (1973); uma cisão Maçônica basicamente calcada em disputas políticas internas na sucessão de cargos maçônicos.

Fica bem claro nessa parte da História, que a Maçonaria deixa de buscar novas conquistas liberais – mesmo possuindo membros dissidentes – e passa a ter um papel passivo em relação à oposição governamental; abandona as posturas contrárias ao governo, de busca e sustentação de novas conquistas, e muda para um pilar de sustentação governamental e atuações conservadoras. A seguir, será visto que esse conservadorismo não vem dessa data; no Brasil, ele está presente desde a adequação da instituição maçônica ao positivismo comteano e da época da proclamação da Independência. A discussão do papel dos Estados Unidos com relação à ditadura militar e como isso refletiu na Maçonaria será abordada posteriormente.

O auge dessa fase de apoio institucional à ditadura militar se dá em 15 de março de 1974. O Brasil tinha novo presidente, com a posse do general Ernesto Geisel. Pouco depois, em 16 de maio, o “... presidente da República recebia, em audiência, o Grão-Mestre Geral e seu Adjunto, quando este, como senador do partido situacionista, leu um ofício em que o Grande Oriente reafirmava o seu apoio ao governo que havia se instalado após o movimento de 1964.” (CASTELLANI, 1993, p. 310). Cabe lembrar que nessa ocasião, o Grão mestre era Osmame Vieira de Resende e o adjunto era Osiris Teixeira (senador da República).

Em contra partida, findando o regime, “Como outros setores da sociedade, a voz do Grande Oriente do Brasil também se fez ouvir em favor da anistia, já que, passados quinze anos, as punições eram passíveis de revisão.” (CASTELLANI, 1993, p. 314).

Essas observações se fazem necessárias na medida em que este trabalho procura observar a instituição maçônica no período ditatorial brasileiro pós 1964, porém, é importante ressaltar que

há uma lacuna muito grande entre o binômio que se instaura a partir do apoio ou não da Maçonaria ao regime instaurado.

5.6 Grupos de Atuações da Elite

No decorrer da história mundial, disputa pelo poder, projetos políticos e atuações sociais estão sempre vinculados a atuações da elite, que geralmente ocupa cargos da cúpula hierárquica na estrutura social; porém, esse estrato social, na maioria das vezes, vincula-se e se articula por meio de certos espaços sociais que possuem crenças e valores específicos.

As três entidades sociais de maior magnetismo e representatividade são o *Rotary Club*, o *Lions Club* e a Maçonaria. Essas entidades, ou seja, instituições comportam participantes que estão inseridos em uma elite capitalista que não depende exclusivamente das instituições nacionais, mas sim das relações econômicas e sociais internacionais, da cultura nacional, da aplicação da justiça, da aprovação da consciência popular (ou pelo menos deveriam depender), de organização e de crenças e conhecimentos em geral.

É esse último tópico que traz evidências de atuações, regras de comportamento e ações dessas instituições; as barreiras capitalistas só seriam rompidas com atuações referentes ao conceito pleno de “responsabilidade social”.

Com o lema de ajuda ao próximo, que engloba toda a “responsabilidade social”, essas instituições ganharam força e prestígio social e, dessa maneira, abriram caminho para atuações políticas, econômicas e sociais que fazem jus à classificação da elite.

Partindo dessas considerações, foi preocupante contextualizar cada uma das instituições citadas acima. O *Rotary Club* foi fundado no dia 23 de fevereiro de 1905, durante uma reunião entre quatro pessoas, surgindo, assim, o primeiro clube de prestação de serviços. O representante principal era um membro da Instituição Maçônica, maçom Paul Harris (advogado). O intuito da

reunião era reavivar, durante a virada do século, o espírito de amizade que vigorava na cidade natal de cada um.

À medida que esse clube foi se tornando conhecido, mais pessoas foram convidadas a juntar-se a ele. Recebeu o nome de "*Rotary*" porque o local onde os sócios se reuniram era rotativo, ou seja, as reuniões eram feitas cada vez no escritório de um deles. (MCCLEARY, 1975).

Percebe-se que os integrantes iniciais do *Rotay Club* pertenciam à elite, não eram trabalhadores braçais ou servidores públicos de desprezíveis *status* sociais, mas sim burgueses que possuíam escritórios e trabalhavam em atividades intelectuais.

A “responsabilidade social” que os impulsionava estava fundamentada em aproveitar as habilidades e recursos dos sócios para prestar serviços à comunidade. No final do primeiro ano de sua fundação, o *Rotary Club*, em Chicago, já possuía 30 sócios. Três anos depois, o segundo clube foi estabelecido em São Francisco, na Califórnia, EUA. No ano seguinte, três outros clubes foram estabelecidos na costa oeste dos Estados Unidos, e um quarto em Nova Iorque.

5.6.1 O crescimento internacional do *Rotary Club*

Durante os anos de 1911 e 1912, a Associação *Rotary Club* atingiu patamares internacionais devido ao seu estabelecimento no Canadá. Pouco depois, o *Rotary* atravessava o Oceano Atlântico para estabelecer clubes na Inglaterra, Irlanda e Irlanda do Norte.

Em 1912, a Associação Nacional de *Rotary Clubs* tornou-se a Associação Internacional de *Rotary Clubs*. Em 1922, adotou nome de *Rotary International* (RI). Antes de chegar a seu vigésimo aniversário, o *Rotary* já contava com quase 200 clubes e mais de 20.000 sócios ao redor do mundo.

Na América Latina, o primeiro *Rotary Club* foi organizado em Havana, Cuba, em 1915; na Ásia, estabeleceu-se em Manila, nas Filipinas, em 1919. Em 1921, pela primeira vez, foram organizados *Rotary Clubs* na Europa continental (Madri, Espanha), África (Johannesburgo, África do Sul) e Austrália (Melbourne). (MCCLEARY, 1975).

5.6.1.1 O *Rotary Club* atinge o Brasil

Em 1922, houve as comemorações dos 100 anos de Independência do Brasil. Nessa ocasião, Herbert Coates, então Secretário Geral do *Rotary Club* de Montevideú e também membro do Comitê para Expansão de *Rotary e da Associação de Rotary Clubs*, veio ao Rio de Janeiro com a finalidade de despertar o interesse das pessoas pelo Rotary Club. O centenário da Independência do Brasil incentivou a adesão ao movimento, pois 16 indivíduos, em sua maioria brasileiros, fundaram o primeiro *Rotary Club* do Brasil, em 15 de dezembro de 1922.

Contudo, a oficialização da admissão do *Rotary Club* do Rio de Janeiro em *Rotary International* somente foi registrada em 28 de fevereiro de 1923, data essa em que se comemora o aniversário da organização no Brasil, o primeiro clube em que se falava o idioma português no mundo. (SETTON, 2004).

5.6.2 *Lions Club*

O *Lions Clubs International* foi fundado por Melvin Jones em 1917. Ele era um renomado empresário, membro do Círculo de Negócios de Chicago. Esse grupo, como muitos outros, dedicava-se totalmente a promover os interesses financeiros de seus membros. As reuniões eram realizadas na hora do almoço e todos os participantes pertenciam à elite financeira da segunda década do século XX. Melvin Jones conseguiu reunir um grupo de intelectuais que estavam

dispostos a realizar serviços humanitários na tentativa de dar auxílio às comunidades daquele local.

Jones coordenou 27 clubes em uma organização única e integrada. Em 10 de outubro de 1917, em Dalas, Texas, a instituição recebeu o nome de Associação Internacional de *Lions* Clubes. O nome de *Lions* (leões) foi escolhido porque simbolizava, desde tempos imemoriais, a liderança, a força, a coragem, a altivez e a lealdade em todos os povos do planeta. (SILVA, 1995).

Essa atuação humanitária de “responsabilidade social” certamente garantiria as atuações capitalistas do grupo. A consciência da comunidade estaria, a partir de então, voltada a enxergar somente as pequenas “migalhas” que lhe ofereciam. Assim, a abertura de dominação de elite estava adequadamente posta, uma réplica da famosa “política do pão e circo”.

5.6.2.1 *Lions* no Brasil

No Brasil, o primeiro *Lions Clube* foi fundado por Armando Forjado, em 16 de abril de 1952. Foi apadrinhado pelo *Lions Clube* de Montevideo. (primeiro *Lions Clube* da América do Sul).

Armando Forjado era Diretor do Jockey Clube Brasileiro e homem de negócios do Rio de Janeiro, época em que era a Capital Federal do Brasil. Ele reuniu 40 homens de liderança da sociedade carioca em torno do ideal leonístico. O médico e professor Arnaldo de Moraes foi o primeiro Presidente do *Lions Clube* do Rio de Janeiro.

Em seguida, em 23 de junho de 1952, foi fundado o *Lions Clube* de São Paulo, sob a liderança de Floriano Peixoto dos Santos. Dessa fase em diante foram fundados, seguidamente, centenas de outros *Lions Clubes* em todo o Brasil. Cada *Lions Clube* é integrado por homens e mulheres de liderança de sua região que tomam decisões de como prestar serviços à comunidade. O clube está presente em 189 países, com mais de 1.350.000 sócios. (SILVA, 1984).

5.6.3 Maçonaria

Todos os passos descritos neste capítulo e comparações feitas com o que se observa atualmente deixam evidente que a Maçonaria está calcada em componentes somente pertencentes à elite. Não se vêem pessoas da classe baixa, homens sem profissão reconhecida socialmente, ou sem uma ótima condição financeira como membro integrante da Maçonaria. Não se vêem também pessoas sem famílias e homens sem “status” social. “Na verdade, embora a teoria seja que os maçons não recrutam ninguém, nem informam os candidatos que há vantagens comerciais e profissionais em ser maçom, ambas as coisas são geralmente feitas.”(SHAW, 2000, p. 22). Hoje, ser maçom é sinônimo de estar presente no topo da hierarquia social, é possuir uma base concisa de ajuda e um apoio propulsor com relação à profissão e conseqüentemente um passo largo para conquistas financeiras.

A filosofia maçônica é garantida pela detenção dos significados dos símbolos, os quais devem ser aceitos e guardados, pois, são de extrema importância. “Neste ponto encontra-se a mais terrível manifestação da moral maçônica, a filosofia da elite, que torna o que eles fazem ‘certo’, por serem eles (a elite) que o praticam.” (SHAW, 2000, p. 157). A Maçonaria possui, hoje, um objetivo de ajuda mútua, engrandecimento pessoal e social; dessa forma, baseiam-se em estudos e auxílio filantrópico, assim como o fazem os Clubes *Lions* e *Rotary*. Todos passam a assumir como plataforma de ascensão a “responsabilidade social”.

Percebe-se que a “responsabilidade social” é usada como uma estratégia de controle da atividade social beneficiada. Essa responsabilidade social se reflete socialmente com atuações em forma de creches, escolas, cooperativas, associações populares, entidades, discursos de companheirismo e ajuda mútua e, dessa maneira, tais grupos de elite atuam na manutenção do poder do político, econômico e social com respaldos de setores da sociedade que, a grosso modo, não questiona essa forma de agir.

6 A DITADURA MILITAR E SEUS ACONTECIMENTOS HISTÓRICOS

6.1 Agentes Sociais

O alto grau de tensão entre real e o ideal, entre a experiência e a lógica, entre o mundo concreto e o mundo do virtual ocasiona acontecimentos na política, na sociedade e na economia que ultrapassam o que se imagina como fato concreto e possível, e acabam manipulando e modificando a veracidade da realidade. Isso ocasiona construções de realidades diferentes, as quais acabam se tornando verossímeis ou inverossímeis, uma vez que são distorcidas.

Ao recair sobre a fase de ditadura militar brasileira, isso fica ainda mais evidente e exposto. Na discussão de interesses, concordâncias, manipulações e poder, enfocando-se no período anterior ao golpe, passando pelo golpe em si, pela implantação do regime ditatorial e sua falência, é necessário analisar a realidade social e as manipulações que a sociedade sofreu em relação às participações e apoios à “ala militar”, além das construções de discursos e da própria realidade que se fazia presente.

No período anterior ao golpe, tornou-se necessário um engendrar de idéias e um apoio condizente para que o poder presidencial fosse tomado. Nesse contexto, foram de extrema importância os interesses multinacionais, os quais formavam, juntamente com os interesses militares, um aparelho civil militar modernizante e responsável pelos assuntos relativos à produção e administração política do bloco econômico multinacional e associado.

Cabe ressaltar que (integravam) esse aparelho era integrado por diretores de corporações multinacionais e diretores proprietários de interesses associados; administradores de empresas privadas, técnicos e executivos estatais que faziam parte da tecnodemocracia e oficiais militares. Além do que, todos os componentes desse bloco eram agentes sociais, modernizantes, conservadores e verdadeiros intelectuais do novo bloco em formação. Compunham o púbere conjunto de agentes sócio-políticos que se apresentavam na economia e na política brasileira.

Tinham como principal meta, entre outras, o desenvolvimento da industrialização com bases capitalistas. Para o alcance dessas metas foram se concretizando com o crescimento industrial, o qual se principia muito antes do golpe militar.

6.2 Sucessões Presidenciais X Industrialização

No Brasil, o fim da guerra propiciou a redemocratização do sistema político, subsidiado pela anistia, pelas eleições gerais e pelo governo Dutra, herdeiro de Vargas e do aparato do Estado Novo. Os acordos firmados com os Estados Unidos, em troca do apoio em guerra, deixavam claro, para os brasileiros, que o país se tornaria um aliado e obteria ajuda americana para seu desenvolvimento.

Cabe ressaltar que o governo de Getúlio Vargas é um dos períodos da história econômica brasileira mais privilegiados pela ocorrência de vários acontecimentos que, entre outros, estão ligados à industrialização.

Getúlio Vargas adotou uma política industrializante, regulamentando o mercado de trabalho urbano, limitando algumas importações e, posteriormente, dirigindo investimentos estatais para a indústria de base com a criação da infra-estrutura industrial, ou seja, indústria de base e energia. (MENDONÇA; PIRES, 2002). Desenvolveu uma política nacionalista, além da campanha “O petróleo é nosso”, realizando a expansão da Siderúrgica Nacional, a criação da hidrelétrica de Paulo Afonso, a fundação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, a Eletrobrás entre outras coisas.

O Estado intervindo diretamente na sociedade e no mercado foi uma política que se generalizou pós Segunda Guerra Mundial. Esse era um planejamento consensual no mundo capitalista que acabara de se firmar.

Para promover o planejamento consensual com base em uma estratégia industrializante, foi necessário elaborar estruturas para uma implantação da lógica da acumulação não como um processo de impulso “natural”. Tentou-se aniquilar o subdesenvolvimento com uma ação planejada pelo Estado, intervencionista, pois era claro que se a industrialização fosse um processo planejado, além de evitar os desequilíbrios naturais do processo espontâneo, poderia ter um grau de eficiência muito superior, porque introduziria a industrialização para a formação de uma “estrutura homogênea”. A partir dessa constatação, estava posta a necessidade de um Estado periférico capaz de organizar, planejar e atuar, muitas vezes, ocupando os lugares em que o capital privado não tinha interesse, o que acabava tornando um processo mais eficiente.

Vale destacar que o planejamento do desenvolvimento através do Estado, para a época, era um conceito muito bem aceito.

“Logo depois da Segunda Guerra Mundial, foi generalizada a adesão de governantes, empresários, políticos, tecnocratas, economistas e outros cientistas sociais ao planejamento governamental, como técnica de reconstrução de economias nacionais e de industrialização substitutiva de importações em países do então Terceiro Mundo. O Plano Marshall faz parte dessa história, assim como o FMI e o BIRD (...) criados no fim da década de 1940 e engajados ativamente em projetos de desenvolvimento econômico planejado...” (IANNI, 1999, p.188).

Mais especificamente no Brasil, o período 1930-1950 sintetiza a existência de uma base institucional, técnica e financeira totalmente voltada para a industrialização. Essa base só foi possível com a criação de órgãos voltados para o planejamento econômico, para a formulação de políticas de desenvolvimento, para a regulamentação da exploração de recursos naturais, bem como para o financiamento e a fiscalização das atividades econômicas.

Octávio Ianni (1986) considera que o planejamento, como efetivo instrumento de política econômica estatal, só começou a ser incorporado pelo Poder Público no Brasil durante a Segunda Guerra Mundial. Foi a partir da década de 40 que surgiram as tentativas de coordenar, controlar e planejar a economia brasileira. Nesse contexto, pode-se citar os maiores processos de planejamento estatal caracterizados pelos planos de viés tipicamente macroeconômico com

objetivos centrados no desenvolvimento. Alguns exemplos marcantes são: a Missão Cooke (1942-1943); o relatório de Simonsen (1944 - 1945); a Missão Abbink (1948); o Plano Salte (1948) elaborado no governo Dutra e coordenado pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), priorizava as áreas voltadas para a saúde, alimentação, transporte e energia. Seu fim se deu em 1952; a Comissão Mista Brasil-EUA (1951 - 1953) e o Plano de Metas (1956 - 1961) que tinha atuação no governo de Juscelino Kubitschek; principalmente três fatores fizeram deste processo um ponto notável, pode-se citar a estabilidade institucional e contexto democrático favorecendo a participação; o amplo consenso sobre o tema do desenvolvimento nacional; e, os acertos de política externa e interna que viabilizavam recursos econômicos.⁷ Cabe ressaltar que a CEPAL (Comissão para o Desenvolvimento da América Latina) também foi criada nesse período – fim da década de 40 – como esteio das Nações Unidas para promover e criar mecanismos com o intuito de gerar o desenvolvimento da América Latina. Ela tinha como conjetura a organização da intervenção pública na economia para que houvesse a possibilidade de garantir a nacionalização dos centros de decisão, principalmente, sobre os investimentos em bens de capital e infra-estrutura de base.

O princípio desse planejamento de desenvolvimento era um aparato institucional com forte atuação do Estado e de políticas industriais por ele formuladas, cuja função era organizar e incentivar o processo de substituição de importações de bens finalizados, bem como a participação do exterior, ou seja, o capital multinacional.

Outras questões importantes no contexto da industrialização foram, entre outras, o suicídio de Vargas em 1954 e a posse de Café Filho. Esses acontecimentos propiciaram uma reviravolta no modelo de industrialização estadista implantado na primeira metade da década de 1950. Por conseguinte, a crise econômica do país e as dificuldades monetárias do período necessitavam de uma reorientação na política econômica.

⁷ Um outro plano relevante que ocorreria posteriormente foi o Plano Trienal, coordenado por Celso Furtado, que atuaria entre o período de 1963 a 1965 no governo João Goulart. O plano tinha como objetivo explícito o desenvolvimento econômico, de um lado tendia a promover as “reformas de base”, e por outro oprimia-se por objetivos de curto prazo como a estabilização dos preços.

Na continuidade da história industrial brasileira, um outro aspecto saliente foi o governo de Kubitschek, o qual optou por um processo de crescimento acelerado - cinquenta anos em cinco - e redirecionou a política industrial para o setor de bens de consumo. Através da substituição de importações e da participação do capital estrangeiro proporcionou o desmantelamento da proposta de Vargas, ou seja, de um modelo supostamente autônomo de industrialização. (SANTOS, 2001). Juscelino formulou o que é conhecido como tripé, que era formado pelo capital estatal, pelo capital nacional e pelo capital estrangeiro. Com este último capital, cognominado como o grande capital, foi possível a realização de várias atuações governamentais. Pode-se afirmar que é com o capital estrangeiro que se faz industrialização.

“Os interesses multinacionais e associados cresceram rápida e estavelmente, estimulados pela política de desenvolvimento de Juscelino Kubitschek. Por volta de 1960 tais interesses haviam se tornado a força sócio-econômica dominante.” (DREIFUSS, 1981, p. 71). Esses interesses multinacionais representavam um grande impulso para a industrialização que vinha se formando.

No que tange à finalidade do desenvolvimento industrial, e na tentativa de analisar as diferentes atuações presidenciais nessa conjuntura, acredita-se que a política populista de desenvolvimentismo de Getúlio Vargas, o desenvolvimentismo associado de Juscelino Kubitschek, e a Política Externa Independente de Jânio Quadros e João Goulart tinham suas particularidades e divergiam-se em diferentes pontos, todos baseados no contexto histórico de cada época. Sem dúvida, os projetos de cada governo possuíam acentuados traços em comum e, por conseguinte, apresentavam uma continuidade. Ainda que caracterizada por certas ambigüidades e interrompidas após o suicídio de Vargas, a política externa desses quatro períodos apresenta um aprofundamento contínuo que atinge a forma superior de política externa.

Nesse último sentido e pensando, por exemplo, entre os anos de 1930 e 1945, Vargas já havia procurado transformar a política exterior num instrumento de apoio ao desenvolvimento econômico. Durante a primeira metade do século XX, a política externa brasileira teve como tendência predominante a inserção do país no contexto hemisférico, no qual o eixo principal era a relação com os Estados Unidos. Isso certamente acabou gerando uma dependência econômica de crescimento do Brasil com relação aos países intitulados desenvolvidos naquela época. Essa

dependência continuou depois do fim desta fase, pois não surgiu nela, ela vinha sendo construída desde os primórdios da política econômica brasileira.

Em um significado mais amplo, pode-se afirmar que ocorreram momentos de busca de uma relativa autonomia na dependência ou de barganha para a defesa de certos interesses brasileiros desde o primeiro governo Vargas. O restante da República Velha (1912-1930) e o mandato do presidente Dutra (1946-1951) caracterizam-se, em oposição, por uma dependência relativamente passiva frente aos Estados Unidos. Entretanto, o período de 1930 a 1945, pautou-se por uma busca de tirar proveito da conjuntura internacional e da redefinição da economia brasileira, através da utilização da política externa como instrumento estratégico para eclodir e impulsionar a industrialização brasileira.

Entre 1954 e 1958, a política governamental calcava-se na abertura econômica absoluta ao capitalismo internacional e no retorno do alinhamento automático em relação à diplomacia americana, tal como no governo Dutra.

Tendo ganho uma nova centralidade, com Kubitschek no poder (1956), o Brasil dá seguimento a uma política externa alinhada aos Estados Unidos e promove a abertura completa da economia ao capital internacional, além de promover um retorno ao projeto de industrialização, voltado para o setor de bens de consumo duráveis, conseguindo uma considerável harmonia entre os interesses da potência hegemônica e de um projeto de industrialização alterado.

É de grande utilidade lembrar, na seqüência do desenvolvimento desse capítulo, que posteriormente à política econômica de Juscelino Kubitschek, João Goulart implanta sua Política Externa Independente (PEI) sob suspeitas ideológicas submetidas às pressões externas e internas. Aspirava ao desenvolvimento, à emancipação econômica e à conciliação histórica entre o regime democrático representativo e uma reforma social capaz de suprimir ao dualismo opressor do proletariado pelos capitalistas.

6.3 Alterações ideológicas e formulações de estratégias

Dando continuidade ao desenvolvimento do título secundário anterior para que esse possa ser estruturado, é de extrema importância estabelecer a exímia participação política e econômica dos Estados Unidos da América no que se refere à industrialização do Brasil, e, conseqüentemente, nas formulações de estratégias para modificações ideológicas.

Mas, antes de examinar como isso aconteceu, é preciso analisar outra questão que se refere à nova Doutrina de Segurança Nacional Brasileira.

A nova Doutrina de Segurança Nacional leva o Brasil a romper relações com Cuba (1964) e a apoiar militarmente a intervenção americana, reafirmando a aliança que subordinava o Brasil a Washington. Certamente, 1964 representou também um golpe contra a Política Externa Independente e uma intervenção bem calculada contra o projeto econômico, social e nacional que ela representava. (VIZENTINI, 1994).

Todas as circunstâncias no âmbito de promulgações do crescimento econômico, desde os primórdios da década de 30, podem ter estimulado a transformação contínua dos agentes sócio-políticos e isso dependeu do enfoque de cada período econômico, essenciais para o prosseguimento de um projeto baseado na construção de algo concreto e satisfatório socialmente, mesmo que de uma maneira alienada com relação à consciência da massa.

A transformação (formação) dos agentes sócio-políticos aparece de maneira significativa no que concerne ao entendimento de alterações ideológicas. Princípios teóricos muito adequados para a análise do processo de formação de tais agentes do capitalismo modernizante estão teorizados por Gramsci. O clássico da modernidade revela que:

“Todo grupo social que passa a existir no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica traz consigo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que proporcionam homogeneidade ao grupo, bem como a conscientização de sua própria

função, não somente no campo econômico mas também nos campos social e político. O empresário capitalista cria consigo o técnico industrial, o especialista em economia política, os organizadores de uma nova cultura, de um novo sistema legal, etc.” (HOARE et.all., 1973, p. 5).

Nessa análise gramscianiana, é possível perceber a homogeneidade que o grupo de agentes do capitalismo social modernizante continha em sua ideologia. Ideologia essa que acabou conglomerando um grande grupo social que estava contido não só no poderio econômico, como também no social e no político, organizando, como o autor diz, uma nova cultura, um novo sistema econômico e até mesmo um novo poder legislativo, como foi o caso do Brasil.

Articulando todo o contexto que foi criado pelos agentes, o Brasil passa a possuir um novo sistema nervoso central, o qual beneficiava “elites” brasileiras e estrangeiras.

“A estrutura desse sistema nervoso central estava estabelecida no interior das formações sociais nacionais dos países onde as multinacionais operavam. Essas criavam ou favoreciam a formação de ‘elites’ locais ligadas organicamente por laços sócio-culturais, padrão de vida, aspirações profissionais, interesses decorrentes de sua condição de acionistas e atitudes econômicas políticas.” (DREIFUSS, 1981, p. 72).

Observa-se então que esse grupo de agentes, contendo também membros de uma burguesia internacional, preocupava-se, primordialmente, com o crescimento econômico e não com a “independência” nacional. O capital monopolístico transnacional no Brasil não se limitava a uma mera imposição econômica, mas dependia conjuntamente de ações políticas.

Mas, antes de examinar como as ações políticas aconteceram nesse momento, é preciso analisar outro ponto, o que se refere à formação dos agentes sociais. Os profissionais e empresários desse grupo ocupavam também cargos de alto teor em multinacionais, o que possibilitou o agenciamento de consideráveis pressões econômicas nas administrações do governo de Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros. Grandes exemplos disso são figuras proeminentes de oposição, como: Antônio Gallotti, presidente da Companhia Brasileira Administradora de Serviços Técnicos (COBAST). A empresa foi criada em 1947, com sede no Rio de Janeiro; integrava o

Grupo *Light* e tinha por finalidade a prestação de serviços de supervisão, organização e administração de quaisquer empresas, e, especialmente assistência técnica concernente a assuntos de engenharia, obras, construções, desenhos, finanças, contabilidade, direito e outros correlatos. Seu planejamento ficou a cargo de Antonio Gallotti, que foi seu presidente a partir de 1956. Enviou carta à Costa e Silva propondo desmantelamento do poder civil do governo João Goulart (abril, 02, 1964); relevante articulador do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) da época. Gallotti era, além de presidente da *Light* e pertencente ao grupo classificado como agente modernizante, possivelmente maçom⁸; João Baptista Leopoldo Figueiredo – tio do presidente Figueiredo, presidente do IPES e importante peça no movimento golpista; Paulo Reis Magalhães, presidente do banco do estado de São Paulo, entre outros.

A primeira pergunta que deve ser feita nesta ocasião é com relação à atuação e à centralidade do grupo de agente no sistema político brasileiro. Sem dúvidas, a presença desse grupo de agentes, que continha tecno-empresários, nos aparelhos políticos e burocráticos do Estado, era um instrumento de extremo valor para o estabelecimento e desenvolvimento de um complexo financeiro e industrial integrado de produção e domínio. Formavam um bloco econômico burguês modernizante-conservador, o qual era contra a estrutura econômica oligárquico-industrial e ao regime político populista. Tornaram-se centrais para o bloqueio das forças populares na década de 60 e articuladores chaves para a conquista do Estado na representação do próprio grupo de conveniência. “... esses executivos estatais asseguravam os canais de formulação de diretrizes políticas e de tomada de decisão necessários aos interesses multinacionais e associados, organizando a opinião pública.” (DREIFUSS, 1981, p. 73).

Tendo em mente uma transformação mais ampla que diz respeito, sobretudo, à atuação desse grupo, percebe-se que os valores que constituíam a opinião pública eram disseminados por esses agentes modernizantes, intelectuais orgânicos empresariais, por meio de seminários e conferências para as “elites” na Escola Superior de Guerra, em associações comerciais e

⁸ Em anexo está contida uma carta recebida por Gallotti, em 18/01/1969. A essencialidade desta carta para este trabalho não se enfoca principalmente na sua relevância para os acontecimentos políticos brasileiros e nem no seu redator, mas sim uma possível comprovação de que Gallotti pertencia à Maçonaria. O começo da carta principiado por “Fraternal abraço...” e a trajetória de envolvimento da vida de Gallotti levam a crer sua participação nesta instituição. Vide anexo 3.

industriais, clubes sociais de prestígio, centros culturais e através da criação de organizações de ação que se tornaram os focos de suas atividades ideológicas.

“No final da década de cinquenta o então Coronel Golbery de Couto e Silva, o mais hábil e preparado, teórica e politicamente, dos ‘guerreiros frios’ que lutavam por um desenvolvimento empresarial seguro no Brasil, expôs o problema de forma precisa. Para ele, era ‘necessário evitar, a todo custo, qualquer incoerência do conjunto, de maneira a garantir a inexistência de conflito entre objetivos divergentes, o que finalmente impediria o seu alcance simultâneo ou a preservação e destruiria o sistema como tal’.” (DREIFUSS, 1981, p. 74).

Partindo como filosofia central o afloramento na população brasileira do sentimento de nacionalismo, Golbery⁹ utilizava argumentos fortes sem deixar em aberto a possibilidade de reflexão. Valia-se do argumento lealdade para a manipulação ante o nacionalismo; estimulava a reflexão sobre a integridade de um grupo afirmando que “Vivemos ainda, para o bem maior ou a maldição irredutível da humanidade – em que pese as profecias pessimistas ou esperanças redentoras – a era do nacionalismo, isto é, da lealdade máxima do cidadão consagrada à nação.”(SILVA, 1967, p. 100).

Para o entendimento das discussões acerca da temática de construção da opinião pública, é relevante observar que o teórico-estrategista usava como ferramenta o nacionalismo, o qual era tratado como uma vontade coletiva, vontade criadora de emergir cada vez mais a nação, na tentativa de salvaguardar, a qualquer preço, os Objetivos Nacionais Permanentes.

Percebe-se, por conseguinte, que Golbery alertava a população sobre a ameaça que o Oriente sofria; assim, deixava claro que o Brasil também corria sérios perigos vitais. Para aniquilar inimigos, era necessário traçar uma estratégia, estabelecendo um conceito defensivo, alegando que o Brasil, como um Estado-Nação, tinha seus objetivos nacionais a alcançar, uma política a realizar, uma estratégia a conduzir. Essa estratégia está voltada primordialmente aos supremos interesses da coletividade nacional e à sua segurança.

⁹ Golbery de Couto e Silva era maçom.

“... a cultura ou a civilização do Ocidente, tal como a conhecemos afinal, plenamente evoluída e consciente, não se poderia confundi-la nem com qualquer das civilizações anteriores que já desapareceram, nem com alguma outra das que lhe são contemporâneas.”(SILVA, 1967, p.228).

Dessa maneira - escrevendo literalmente com as palavras de Golbery Couto e Silva - Golbery argumentava que era indispensável se opor ao avanço comunista, sobretudo, porque nisso estava envolvida a própria sobrevivência brasileira, muito mais do que simples interesses materiais ou questão de prestígio; assim, toda América do Sul não deveria deixar ocorrer a penetração de uma ideologia que sabia falar demagógicamente às massas desamparadas, a qual na verdade não era mais somente exterior, mas, esse inimigo era intrínseco ao Brasil, ele já atuava internamente.

No ponto de vista desse teórico, a ideologia comunista mobilizava uma minoria disciplinada e fanática além de criar ambientes de agitações e tumultos para promover, mais à frente, um golpe de Estado.

“Ora, ante ameaças tão graves, multiformes e onipresentes, o Ocidente teria de formular e infatigavelmente seguir uma estratégia bem coerente e coordenada em que se enquadrassem devidamente, todos os Estados Ocidentais, cada um de acordo com sua capacidade real, suas necessidades próprias, seu potencial de guerra efetivo e as peculiaridades de sua posição geopolítica, e que pudesse ser apresentada aos povos não-ocidentais como um programa de ação, capaz de atrair todos aqueles cuja aliança fosse indispensável à defesa do mundo livre contra o expansionismo imperialista das potências comunistas.”(SILVA, 1967, p.246).

Golbery ainda afirmava, de uma maneira mais brusca, as conseqüências de um governo ou de uma expansão comunista. Em síntese, julgava o comunismo como uma doença social e fazia comparações totalitaristas de governos. “Anomia ou totalitarismo – será esse o dilema imposto à sociedade de nossos dias se não formos capazes de formular, em termos precisos e seguros, um planejamento democrático que se torne a síntese positiva de tal oposição dialética.” (SILVA, 1995. p. 24).

Ficava, portanto, evidente que um engendramento ideológico haveria de ser realizado, como assim o foi, para que os acontecimentos que, provavelmente, estavam por vir, fossem findados.

Além disso, para que o engendramento ideológico se firmasse era necessário um planejamento por este ser um recurso institucional que oculta do público as relações de interesses que estão conduzindo as ações. A racionalização empresarial dos recursos humanos e materiais do país foi um dos pilares do regime pós-1964, no qual a nação foi o objeto, o Estado foi o agente e o bloco multinacional-associado foi o sujeito oculto. Conseqüentemente, o planejamento tornou-se uma dimensão da racionalização dos interesses das classes dominantes e a expressão de tais interesses como Objetivos Nacionais. (DREIFUSS, 1981).

Para que o objetivo fosse atingido, com uma realização adequada desse planejamento, era mister uma racionalidade empresarial clara, tanto na formulação das diretrizes quanto nas tomadas de decisões, as quais teriam que tender ao afastamento de considerações sócio-econômicas populistas; isso confrontava grande parte das aspirações populares da época. Um outro aspecto preocupante que merece destaque é que, a partir desse momento, tornou-se imprescindível a exigência de um controle ríspido do aparelho estatal e um programa de crescimento econômico que não deixasse em aberto questionamentos. Assim, no planejamento, eram necessárias as bases de mudanças institucionais, a orientação de ação e a mobilização de recursos.

Retornando ao ponto das influências dos Estados Unidos, dando ênfase ao propósito em andamento, é relevante notar que esse planejamento foi constituído pela Comissão Mista Brasil- Estados Unidos de Desenvolvimento Econômico e calcado em órgãos públicos, como o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE), dando apoio financeiro a investimentos privados.

6.4 Congruência de interesses

Querendo chamar atenção particularmente para a variável que diz respeito às alterações ideológicas e às formulações de estratégias para a convergência nacional de mudanças estruturais, nota-se que ao lado da necessidade de um planejamento adequado surgem os indispensáveis investimentos para que esse fosse corroborado.

Partindo dessas considerações, foi preocupante estabelecer a participação do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). Entidades, aparentemente de pesquisa, canalizavam recursos externos para impulsionar a construção de uma nova ideologia e estratégias para promover, na grande imprensa – toda ela aliada a favor do golpe - propaganda do movimento golpista que se preparava. Políticos circulavam abertamente pela embaixada norte-americana, que articulava a ação internacional de apoio aos golpistas. O embaixador Lincoln Gordon era personagem diretamente envolvido naquelas articulações.(SADER, 1990).

Um outro aspecto preocupante que merece destaque nesse contexto é a participação de oficiais das Forças Armadas entre os agentes-sociais, ou seja, grupo modernizante conservador. Tinham como base a experiência ideológica e militar da campanha na Itália¹⁰ a qual foi reforçada pela participação em cursos de instrução e treinamentos nos Estados Unidos. Isso se estendeu a filiações a partidos políticos como a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Democrático Cristão (PDC), não podendo excluir a imensa importância político e ideológica da Escola Superior de Guerra (ESG), da qual eram os co-fundadores.

Como é sabido, esse grupo tinha como representantes expressivos os até então oficial escalão médio Golbery do Couto e Silva, Orlando Geisel, Ernesto Geisel, Aurélio de Lyra Tavares, Jurandir Bizarria Mamede, Heitor Almeida Herrera, Edson de Figueiredo, Geraldo de Mendes Cortes, Idálio Sardenberg, Belfort Bethlem, João Bina Machado, Liberato da Cunha Friedrich, Ademar de Queiroz e os generais Cordeiro de Farias e Juarez Távora.

¹⁰ Ensinaamentos oferecidos para a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial.

Não é difícil identificar que esses oficiais, entre outros, tinham um alto grau de congruência de valores com os tecno-empresários. Tudo em favor do desenvolvimento industrial capitalista. Alguns oficiais militares eram diretores importantes ou acionistas de corporações privadas, o que trouxe uma consolidação de um complexo militar-industrial após 1964. Frente a essa questão, os interesses industriais, civis e militares se unificam e buscam uma produção conjunta. (DREIFUSS, 1981).

Ora, não se pode esquecer novamente, nesse instante, que a intensa ligação com os Estados Unidos era feita principalmente por dois veículos, a Escola Superior de Guerra e o complexo político de acordos militares Brasil-Estados Unidos, entre os quais sobressaíram o Programa de Assistência Militar (PAM) e o Acordo de Assistência e Defesa Mútua.¹¹

Essa caracterização inicial importa do ponto de vista dos argumentos desta pesquisa em dois sentidos básicos: o primeiro, já foi expresso e construído no começo deste capítulo, concretiza-se na congruência entre o Brasil e os Estados Unidos; o segundo é a convergência de interesses industriais, civis e militares, o que ocasionou uma forte propagação de poder.

Outras questões importantes são as idéias e atitudes maniqueístas dominantes do cenário da Guerra Fria, nas quais normas de desenvolvimento foram associadas a valores empresariais. Este Estado guiado por razões técnicas e não políticas "... seria estável por intermédio do autoritarismo político incorporado na doutrina de segurança nacional. Ideologias americanas de 'construção nacional' foram disseminadas entre as Forças Armadas Brasileiras e reforçadas pela doutrinação empresarial."(DREIFUSS, 1981, p. 79).

¹¹ O embaixador Lincoln Gordon afirmou que o Programa de Assistência Militar foi o veículo de maior importância para se estabelecer um estreito relacionamento com os membros das Forças Armadas para influenciar os militares do Brasil a serem favoráveis aos Estados Unidos. (DREIFUSS, 1981).

Todos esses passos de congruências e convergências deixam evidente que a perspectiva desenvolvida por tais industriais e tecno-empresários era diferente da orientação liberal ou populista de grupos de elite que foram capazes de chegar ao poder através de eleições.

É certo que, compartilhando a ideologia de segurança nacional de seus equivalentes, esses empresários viam a disciplina e a hierarquia como componentes essenciais de um sistema industrial. Em uma palestra ministrada na Escola Superior de Guerra, pelo General George Robinson Mather, comandante da delegação americana na Comissão Mista Militar Brasil-Estados Unidos e chefe do Programa de Assistência Mútua - princípios de 1964, ele deixou claro ao público a necessidade da ordem, e alertou-se que o Brasil estava exposto mais a uma subversão comunista e agressão indireta do que a uma agressão direta vinda de fora do Hemisfério. Esse era o inimigo interno, o comunismo.

Tal tese – a do comunismo interno – teve suas origens com o advento dos acontecimentos cubanos: fim do governo ditatorial de Fulgêncio Batista pelo Movimento de 26 de julho (acolhido com simpatias pelo governo norte-americano) e os desdobramentos posteriores que levaram Cuba a se posicionar como socialista, após a derrubada do até então ditador e o estabelecimento do novo governo que se iniciou em 1959 e foi liderado por Fidel Castro (daí a ruptura dos Estados Unidos da América com Cuba). Esse posicionamento posterior foi condicionante na formação da referida tese, isto é, o inimigo interno; a partir de então, o inimigo já se coloca no próprio território da América Latina.

Se do ponto de vista da política norte-americana para o continente latino-americano a questão era evitar o exemplo de Cuba, do ponto de vista dos países latino-americanos – notadamente naqueles de agitações de conflitos e tensões que poderiam ser semelhantes às condições cubanas e que conduziram ao Movimento 26 de julho – passou a significar uma preparação política-ideológica para a tomada do poder pelos militares e levar adiante as mudanças que estão sendo assinaladas até a presente discussão.

Tal formulação – a do inimigo interno – tem um grande efeito propagandístico ideológico; de fato ela era o “mote” para alicerçar as mudanças nos rumos do capitalismo brasileiro que está sendo

anunciado e que as “reformas” propostas por João Goulart não satisfariam aos novos agentes elaboradores das novas estratégias em vigência, mesmo antes da tomada do poder.

O programa norte-americano para a América Latina se substancia na Aliança para o Progresso (com ajuda econômica) de maneira geral, e mais especificamente para os países que mostravam uma relativa estabilidade das instituições políticas locais, como o Chile, Venezuela e que desenvolviam políticas elaboradas por Governos de Democracia Cristã. Nos países onde os conflitos e tensões eram mais intensos adotavam, como prática, o apoio a governos militares.

É nesse âmago propagandístico ideológico que se fez possível a elaboração de políticas e atuações ditatoriais. Com o uso direto da mídia tanto televisiva, jornalística, quanto radialista, usufruindo de frases apelativas, *folders*, programas televisivos, entre outros, foram, em curto prazo, uma das alavancas que proporcionaram o apoio ideológico populacional. Em longo prazo, a ideologia penetrou nas entranhas da Educação e as conseqüências disso são sofridas até hoje.

Partindo dessas considerações, foi preocupante abordar as atuações do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Ele não tinha políticas importantes de cooptação das Forças Armadas e nem conseguiu causar impactos significativos sobre os militares, o que, na prática, acabou ocorrendo que João Goulart, chefe desse partido, foi julgado de romper com os limites estreitos e exclusivistas das relações civil-militares, pois havia imiscuído ilegalmente na hierarquia do Exército no episódio da revolta dos marinheiros. Além disso, realizou um comício, no dia 13 de março, no Rio de Janeiro que não foi digerido pelo bloco modernizante-conservador.

Dois períodos podem ser destacados no processo político e ideológico. Por meio deles, os interesses multinacionais associados e seus intelectuais-empresários, políticos e militares assumiram o controle do Estado. O primeiro período, usando uma expressão de Gramsci, foi de “transformismo molecular”. Foram criados anéis burocrático-empresariais, escritórios técnicos e centros burocráticos de militares de doutrinação e disseminação ideológica, os quais se interligam na sua visão programática das reformas de Estado necessárias, formando os incipientes intelectuais orgânicos do bloco de poder multinacional associado. Ao mesmo tempo em que isso acontecia, o bloco histórico populista dava sinais de exaustão política. (DREIFUSS, 1981).

Esse primeiro período abarcou da Escola Superior de Guerra (1948) até a renúncia de Jânio Quadros; envolveu a preparação histórica e organizacional do poder de classe e terminou devido a frustrações e deficiências de combinação tecno-empresarial (apoiada pela UDN e ESG) na renúncia de Jânio Quadros.

Dessa época em diante, os esforços do bloco de poder multinacional emergente se concentrava para influenciar o Parlamento, militares e ministros de Estado para agir, dentro dos limites da constituição, e para impedir que o executivo de João Goulart agisse por si só. Essa, como foi dito acima, já foi uma ampla manobra dentro de pré-elaboração que recairia em direção ao golpe do Estado.

Quando esse bloco emergente não obteve o êxito para atingir ou conter a massa popular dentro do sistema político populista, as várias organizações da sociedade civil e política se agregaram para a concepção da consciência coletiva de classe. Era o núcleo organizado do bloco multinacional e seu estágio militante, para desenvolver em conjunto ideologias políticas e estratégicas de ações políticas e estabelecimento de poder.

“Essa foi a segunda fase, a do ‘transformismo’ de grupos inteiros da burguesia que se transferiam para o campo modernizante-conservador militante. O segundo período abarca os três anos de João Goulart no governo, de 1961 a 1964, período este em que as novas forças sócio-econômicas, em seu anseio de poder político, tentam destruir o Executivo de sua autoridade e arrancar das formas populares o ponto de apoio que elas haviam conseguido na condução dos assuntos estatais.” (DREIFUSS, 1981, p. 107).

6.5 A “elite orgânica” (IPESP/IBAD)

Nesta fase de argumentações, optou-se por abordar “a concretização da elite-orgânica” devido a sua extrema importância. A “elite orgânica”, ou seja, associados que formaram um contexto

político militar, intelectuais orgânicos de interesses econômicos multinacionais - era representada, principalmente pelo IPES (centro estratégico, voltado para algo mais secreto) e pelo IBAD (unidade tática um pouco mais aberta se comparada com o primeiro). A “elite orgânica” tinha como objetivo agir contra o governo nacional reformista de João Goulart e apresentava, em sua base, estudos técnico-empresarial com fundamentações políticas liberais, portanto eram contra as reformas propostas pelo presidente. **A elite orgânica passou a existir no Rio de Janeiro e em São Paulo, efetivamente, em 29 de novembro de 1961, na renúncia de Jânio Quadros, tornando-se uma rede nacional de militantes grupos de ação de diferentes backgrounds ideológicos.**

A elite unia-se por suas relações econômicas multinacionais e associadas, pelo posicionamento anticomunista e pela ambição de readequar e reformar o Estado. Foi recebida fervorosamente pela mídia, assim como por figuras políticas eclesiásticas e intelectuais. Rapidamente se expandiu em diversos pólos do Brasil.

A evidência de atuação dos interesses multinacionais e associados foi o estabelecimento de uma supremacia sobre o bloco populista oligárquico-industrial no poder e contiveram as classes trabalhadoras, que naquele momento eram emergentes, “... o IPES seria orientado por dirigentes de empresas e profissionais liberais que participam com convicção democrática, como patriotas e não como representantes de alguma classe ou de interesses privados.”(DREIFUSS, 1981, p. 163 e 164).

Apresentavam sua existência com o objetivo de analisar a situação e contribuir para a solução dos problemas sociais brasileiros. Isso atingia também a educação com base cultural, moral e cívica da população, com base no bem-estar social, progresso econômico e regime democrático. “Para realçar ainda mais a sua fachada, o IPES era apresentado (por sua liderança) entre o grande público, como uma organização educacional, que fazia doações para reduzir o analfabetismo das crianças pobres – e como um centro de decisões acadêmicas.”(DREIFUSS, 1981, p. 164).

No lado encoberto do IPES e IBAD estava uma sofisticada e multifacetária campanha política, ideológica e militar. Tinham o poder da manipulação de opinião e da guerra psicológica, calcada em operações secretas, ou ao menos discretas aos olhos de alguns.

No IPES/IBAD, a elite orgânica se constituía em um poderoso aparelho de classe, era capaz de exercer ações estrategicamente planejadas e manobras táticas através de uma campanha elaborada que, vitoriosamente, opunha seu organizado poder de classe ao poder do Estado do bloco histórico populista e à impaciente formação militante das classes trabalhadoras.

Partindo dessas considerações, fica evidente o relevante intermédio dos especializados grupos de ação, e o uso de todos os meios disponíveis. É através disso que o complexo IPES/IBAD conseguia estabelecer a presença política, ideológica e militar do bloco de poder multinacional e associado em toda relevante área social de conflitos e disputa. (DREIFUSS, 1981).

É curioso observar a atuação da “elite orgânica”: ela possuía um aparelho de classe capaz de desenvolver operações de natureza pública, bem como atividades vedadas ao alcance público. Ela fez atividades específicas, públicas e encobertas, táticas e estratégicas que tinham por objetivo conter forças populares, desagregar o bloco histórico populista e levar os interesses multinacionais e associados ao governo político através de um golpe de Estado civil-militar. Em críticas condições calcadas em crise político-econômicas e colapso do regime, a “elite orgânica” encontra um contexto propício para a sua atuação.

Como foi visto, essas críticas condições apresentam-se desde a década de cinquenta, gerando um confronto que se baseava nos interesses sócio-econômicos multinacionais associados e nas classes trabalhadoras mobilizadas, lideradas por um Executivo Nacional Reformista.

Para o atendimento das discussões acerca desta temática, cabe observar as táticas que a “elite orgânica” utilizava. Tendo como subsídio o IPES e o IBAD, as táticas eram basicamente divididas em duas: plano geral - campanha político-militar que mobilizaria a burguesia; convenceria segmentos relevantes das Forças Armadas da justiça de sua causa; neutralizaria a dissensão (e obteria) obtendo o apoio das transnacionais, setores empresariais, e a adesão ou a

passividade das camadas sociais subalternas. Uma campanha ideológica multifacetada contra bloco histórico populista, formando o temor das massas, que eram o comunismo e as reformas de base.

A segunda tática, uma vez em ação, fazia uso de todo recurso disponível, legal ou ilegal. Tudo para assegurar um clima político apropriado para a intervenção militar. Segundo Glycon de Paiva, líder ipesiano, a ação política tinha que ser sigilosa.

“Suas recomendações envolviam a ‘criação de um caos econômico e político, o fomento à insatisfação e profundo temor ao comunismo por patrões e empregados, o bloqueio de esforços da esquerda no Congresso, a organização de demonstrações de massa e comícios e até mesmo atos de terrorismo, se necessário’. As áreas alvo para a doutrinação específica e pressão política direta eram os sindicatos, o movimento estudantil e a classe camponesa mobilizada, as armas sociais intermediárias e a hierarquia da Igreja, o Legislativo e as Forças Armadas.” (DREIFUSS, 1981, p. 230).

O que aconteceu, em abril de 1964, não foi simplesmente um golpe militar conspirativo, mas sim um resultado de uma campanha política, ideológica e militar travada pela “elite orgânica” centrada no complexo IPES/IBAD, manipulando e moldando a massa brasileira para a explosão do golpe militar.

Tal campanha culminou, em abril de 1964, com a ação militar, que se fez necessária para derrubar o Executivo e conter, daí para frente, a participação da massa.

É preciso ressaltar as atuações de vários órgãos paralelos que também serviram como base de sustentação para o golpe. Além do IBAD e do IPES, pode-se listar a ADP, a *Promotion S. A.*, a ADCE (Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresa), monitorados por uma guerra psicológica no meio estudantil, no meio de camponeses, na classe média, entre os trabalhadores industriais, entre as mulheres, nos partidos políticos e Congresso. A guerra tinha bases nos meios de comunicação (rádio, televisão, *cartuns* e filmes) e em fundos religiosos, PUC (Pontifícia Universidade Católica) assim como a Igreja Católica, entre outros, todos servindo para a

conscientização do povo, enfocando na perda da propriedade privada, integridade da família e direito de expressão e organização.

A Igreja Católica organizava rosários que culminaram na formação das “Marchas da Família, com Deus, pela Liberdade”. Tudo manipulado em extraordinária perícia profissional e política, e com surpreendentes recursos financeiros.

Dessa maneira, o bloco modernizante-conservador foi capaz de esvaziar uma boa parte do apoio ao Executivo existente e reunir a classe média contra o governo. “A ação político-militar do bloco multinacional e associado seria vital para o desenrolar da crise do bloco histórico populista, e fundamental para levar à instituição de um novo bloco de poder no Estado.” (DREIFUSS, 1981, p. 259).

Mas a questão que vem à tona é saber quem realmente subsidiava toda essa construção ideológica. O dinheiro para a sustentabilidade de planos estratégicos, assim como a manipulação de toda uma população, “... vinha de empresários brasileiros, norte-americanos, ingleses, alemães (...). Era repassado ao Ibad e seus associados pelo FAS (Fundo de Ação Social), entre outros caminhos fantasmas ou não. O FAS foi criado em São Paulo, em 1962, para receber dinheiro dos Estados Unidos, angariado pelo CLA (Council for Latin América)...”(CHIAVENATO, 1994, p.33). Antes de entrar no Brasil, o dinheiro fazia escala nos paraísos fiscais de empresários internacionais. “Nas contas bancárias do Ibad e do Ipês encontraram-se depósitos feitos pelas multinacionais do petróleo, como a Esso, Shell, Standard Oil e Texas Oil, além das previsíveis Coca-Cola, Remington Rand (que fabricava mais armas do que máquinas de escrever), Souza Cruz, Hanna Mining, General Motors, etc.” (CHIAVENATO, 1994, p.33).

Na realidade, o caos, engendrado e gerado pela elite modernizante, IPES, IBAD, militares, formadores de opinião contra o governo de Jango, fundamentava-se na desestrutura da ordem em dois âmbitos. O primeiro se refere à desordem na hierarquia social, às greves, motins, movimentos sociais, quebra de ordem no sentido explicativo de falta de comando social; a segunda construção de caos estava baseada na desestruturação do Sistema Capitalista que o

modelo de desenvolvimento nacional e independente poderia ocasionar, nos problemas econômicos, na industrialização e principalmente na suposta contenção dos ideais comunistas.

6.6 A realização e a prática do golpe

Com já foi sobejamente comentado no mundo acadêmico, em Minas gerais, na noite anterior ao dia 1º de abril de 1964, depois de tudo preparado, ou seja, todas as etapas de manipulação social e fomentação de um caos, as forças militares iniciavam o golpe de Estado.

“... que desta vez não encontrou resistências suficientes, nem entre as Forças Armadas nem num movimento popular despreparado para lutar por outros meios que não os pacíficos. No dia seguinte, alegando não querer provocar um grande derrame de sangue no país, Jango saía do Brasil pela fronteira com o Uruguai.” (SADER, 1990, p.17).

O poder Executivo fora passado para as mãos dos militares conservadores calcados na filosofia econômica capitalista modernizante.

“O fato é que o Jango decidiu não resistir. Ainda embarcou para Brasília na esperança de que, na capital, poderia retomar um certo controle da situação. Mas Brasília, evidentemente, já estava ocupada. Então, embarcou para o Rio Grande do Sul, onde foi recebido pelo cunhado Brizola debaixo de insultos, mas insultos dos mais soezes, dos mais terríveis que um homem pode ouvir: ‘Covarde!’ E foi para o Uruguai. Nesta altura, aparecem os nomes dos chefes da Revolução.” (PAIVA 1972, p. 287).

Nota-se, portanto, que o movimento golpista pregava o Restabelecimento da Ordem Social assim como a retomada da Expansão Econômica. A ordem social foi imposta a ferro e fogo, com base em repressões a líderes sindicais, intelectuais, estudantes, aos artistas, políticos, partidos e organizações, todos que eram classificados como subversivos.

A filosofia positivista mais uma vez permeava as atuações políticas autoritárias. Na ânsia pela busca ao desenvolvimento, os corolários fundamentais permanecem: ciência, obediência, hierarquia, elite, tecnocracia, organização e técnica. (BERGO, 1983). Nessa fase, estipula-se o caminho de “ordem e progresso” para a suposta garantia da “Segurança Nacional” e do desenvolvimento econômico.

É possível ainda lembrar que o Congresso foi desfalcado pela cassação de deputados e senadores; do mesmo modo acontecia com governadores e prefeitos. A perda de direitos políticos estava calcada até em políticos classificados como moderados, e o período de distanciamento chegava a dez anos, o que deixava bem claro que o plano do regime militar era o de manter-se no poder por um tempo muito longo, ao contrário do que a sociedade esperava. Tudo em nome da “Segurança Nacional”.

Apoiados no totalitarismo, a alta oficialidade logo demonstrou que os valores liberais de defesa das liberdades civis contra o suposto perigo de um governo estatal e comunista de João Goulart eram falsos.

Esses fatos relatados acima resultam na escolha dos presidentes do governo das Forças Armadas. Ela era feita pela alta oficialidade das três Armas, entre os oficiais de mais alto nível hierárquico. O papel do Congresso era simplesmente o de aprovar aquela escolha e dar-lhe legitimidade institucional.

Tomando como base argumentos até agora apresentados, fica evidente que os governos tinham, nos próprios quadros das Forças Armadas, seu principal componente, complementando por quadros técnicos ligados, pessoal ou ideologicamente, às grandes empresas monopólicas e financeiras, mais elementos vinculados aos setores políticos da direita tradicional. (SADER, 1990).

“Ainda com todas essas preocupações, os vários momentos de sucessão presidencial respeitaram sempre situações de crise no regime, pelos

conflitos existentes dentro das próprias Forças Armadas e pelas formas restritas de sua resolução no interior dessas instituições. Isso ocorreu na troca do general Castelo Branco pelo general Costa e Silva (1967), na substituição deste, por doença grave, pelo general Garrastazu Médici (1969), na escolha do general João Figueiredo (1979). Pretendendo revezar oficiais no comando do governo, as Forças Armadas queriam deixar patente que não se tratava de um regime unipessoal, mas daquela instituição no seu conjunto.”(SADER, 1990, p.20 e 21).

Tendo em mente essas mudanças amplas que dizem respeito, sobretudo, à nova “ordem social”, faz-se jus comentar que a mesma foi restabelecida em dois tempos: um ciclo repressivo até 1964, e outro a partir de 1968, sempre sob a vigência dos Atos Institucionais calcados em um Congresso amedrontado e um Judiciário subserviente.

Todavia, a esquerda continuava a se veicular. Não havia mais o monopólio de representação da esquerda como em 1961 que era detido pelo Partido Comunista Brasileiro. Novos grupos surgiram na representatividade de esquerda, como a Ação Popular (AP), originário da Juventude Universitária Católica; o Polop, Política Operária que foi a primeira cisão maoísta do Partido Comunista, surgindo assim o Partido Comunista do Brasil (PCdoB); Ligas Camponesas; Aliança Libertadora Nacional (ALN, fundada por Carlos Marighella); Partido Comunista do Brasil Revolucionário (PCBR, fundado por Mário Alvez, Jacob Gorender e Apolônio de Carvalho) e setores estudantis organizaram o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8).

Pensando em termos econômicos, os militares, aos poucos, foram retomando a expansão com a liderança dos ministros Roberto Campos e Otávio Gouveia de Bulhões. Sem as travas de uma oposição parlamentar ou sindical, aplicaram brutalmente as fórmulas do Fundo Monetário Internacional (FMI), dando abertura ao capital estrangeiro. Isso possibilitou uma voraz concentração de renda nas mãos dos grandes capitais, baseada em uma intensa política de arrocho salarial, desemprego, falência de milhares de pequenas e médias empresas, tudo consequência da recessão econômica.¹²

¹² “Arrocho salarial: controle e rebaixamento dos salários impostos pela política dos governos militares a partir de 1964 e dos governos civis que os sucederam.”(HABERT, 1996, p.87). O governo fixava os índices ajuste de reajustes salariais com base nos cálculos da inflação, porém,

Para uma argumentação adequada sobre os objetivos deste capítulo, torna-se imprescindível uma breve síntese das sucessões presidenciais do período da ditadura militar. O primeiro militar no poder foi o general Castello Branco, governou de 1964 a 1967, pregava o respeito à Constituição de 1964. No que se refere às participações maçônicas de Castello Branco, cabe lembrar que o mesmo era maçom atuante, ou seja, na época em que estava no poder participava de reuniões maçônicas. Nessa ocasião de governo, foram criados vários instrumentos de controle como: o Serviço Nacional de Informações (SNI) e uma lei que impedia a realização de greves de qualquer natureza. Ato institucionais estabeleceram eleições indiretas para o governo estadual que, por seu turno, nomeavam os prefeitos das capitais.

Além disso, milhares de pessoas ligadas ao governo deposto foram punidas, centenas de sindicatos sofreram intervenções. Todos os partidos políticos existentes foram extintos; em seu lugar, o governo criou dois partidos: a Aliança Renovadora Nacional (Arena), que reunia os partidários do novo regime; e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), única oposição permitida pelos militares, que pretendiam dessa forma manter as aparências parlamentares do movimento de 1964. Em fins de 1966, o Congresso Nacional foi fechado e, no início do ano seguinte, foi convocado para aprovar uma nova Constituição, promulgada em 24 de janeiro de 1967.

Frente a essa problemática, na tentativa de “camuflar” acontecimentos, as medidas econômicas adotadas no governo de Castello Branco tinham por objetivo combater a inflação e favorecer a retomada dos investimentos. Apesar de não atingir as metas propostas, as medidas de Castello Branco criaram condições para o crescimento econômico que ocorreu posteriormente. (HABERT, 1996).

Certamente a repressão política era o aparato para garantir o processo ditatorial. Em 1968, ano das contestações sociais, políticas e culturais de várias partes do país, o governo do general Costa e Silva (1967-69), sucessor de Castello Branco, reagiu com o desfecho do Ato Institucional

como possuíam o controle de informações sobre a política econômica anunciavam índices de inflação irreais, rebaixando ainda mais os reajustes salariais.

número 5 (AI-5) que, como é sabido, outorgou ao Executivo poderes ilimitados, possibilitando o fechamento do Congresso por tempo não definido, além de garantir a continuação da cassação de mandatos, ou interrupção por dez anos dos direitos políticos de qualquer cidadão; demitir ou aposentar qualquer funcionário público civil ou militar; estender a censura prévia à imprensa e aos meios de comunicação. Seguiram ao ato: a repressão aos estudantes, violências, prisões, torturas e mortes de rebelados ou candidatos, pelo governo, por serem rebeldes.

Partindo desse princípio, foi decretada uma fileira de novos Atos Institucionais que(decretaram) pregavam, entre outras coisas, a pena de morte, a prisão perpétua e o banimento político, alegando o recrudescimento das ações da luta armada das organizações de esquerda.

No início da década de setenta, vivia-se, no Brasil, o período mais duro da ditadura militar implantada em 1964. (Consistiam) Foram os anos do governo do general maçom Garrastazu Médici (1969-74). A censura foi institucionalizada, a tortura aos presos políticos era algo decorrente do cotidiano dos brasileiros.

“A repressão e o clima de terror que o Estado ditatorial impôs em nome da ‘Segurança Nacional’ e do ‘combate à subversão comunista’ haviam desagregado e reduzido ao silêncio os movimentos sociais. (...) Aqueles eram também os anos do chamado ‘milagre econômico’.”(HABERT, 1996, p.7). A economia brasileira chegava a altos índices de crescimento, o que trazia consigo a euforia do governo e dos empresários por um lado, e, mais uma vez, a manipulação social do outro.

As cidades se desenvolviam juntamente com o mercado interno, a construção civil, a construção de estradas e hidrelétricas, as operações nas Bolsas de Valores. É possível constatar a diminuição da inflação, baixou para 20% em 1969; o PIB aumentou em 4,8%, para começar a deslanchar a partir daquele momento, saltando para 9,8% em 1969. Em contrapartida, o salário mínimo real, que tinha um índice de 126, em fevereiro de 1964, pouco antes do golpe militar, foi sendo

verticalmente reduzido, chegando, em março de 1967, a um índice de 83. Entre os anos de 1968 e 1973, o PIB cresceu a uma média de 11,2%, chegando a 14% em 1973¹³. (HABERT, 1996).

Isso introduz vários impasses, pois a febre consumista tomara conta da sociedade, e assim existia, virtualmente, um clima de paz, calma e tranqüilidade no país. Entretanto, mais da metade dos assalariados recebiam menos de um salário mínimo. “Segundo dados de 1995, 72 milhões de brasileiros (67% da população) eram subnutridos. A taxa de mortalidade infantil aumentou não só nas regiões tradicionalmente atrasadas como também nas mais industrializadas. Em 1970, de cada 1000 crianças nascidas vivas, 114 morriam em menos de um ano, tendência crescente nos anos seguintes.”(HABERT, 1996, p.12).

Tendo como base essas considerações, foi importante fundamentar a sustentação do milagre econômico em três pilares: o aprofundamento da exploração da classe trabalhadora submetida ao arrocho salarial, às mais duras condições de trabalho e à repressão política; a ação do Estado garantindo a expansão capitalista e a consolidação do grande capital nacional e internacional; e a entrada maciça de capitais estrangeiros na forma de investimentos e de empréstimos.

Além disso, o regime militar só se tornou realizável com o auxílio de uma complexa máquina de repressão política. Nela estavam contidas o SNI (Sistema Nacional de Informações) com o qual se envolviam o CISA (Centro de Informação Social da Aeronáutica), Cenimar (Centro de Informação da Marinha), o CIE (Centro de Informação do Exército), a Polícia Federal e as polícias civis e militares estaduais.

Frente a essa cúpula repressiva, o “combate à subversão”, na tentativa de desvincular qualquer organização que tendesse para a esquerda, passou a ser a justificativa de total liberdade de ação dessa máquina repressora. Em 1969, em São Paulo, sob o comando do II Exército, cria-se a OBAN (Operação Bandeirante), cuja finalidade era o combate à esquerda.

¹³ No período militar a concentração de renda aumentou, havia uma exagerada discrepância entre o PIB e o índice do salário mínimo real. Veja a evolução do índice do PIB e do índice do salário mínimo real de 1940 a 1984 no gráfico **País rico, trabalhador pobre** em anexo 4.

Cabe ressaltar que a OBAN se transformou no principal centro de tortura do Brasil e serviu de modelo ao DOI-CODIs (Departamento de Operações Internas - Centro de Operações e Defesas Internas). Isso se deu no final do governo Médici.

Além de atuações militares que estavam presentes aos olhos da população, havia outros tipos de atuações, algo que não era reconhecido pelo sistema militar, mas militares as subsidiavam, como, por exemplo, “O Esquadrão da Morte”, propiciando um pesado clima de terror na população brasileira.

Com o passar do tempo, sustentar o “milagre econômico” se tornou impraticável e a economia brasileira entrou em decadência. A queda da economia brasileira teve seus primeiros sintomas na chamada “crise do petróleo” quando os países árabes, membros da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), suspenderam suas exportações em represália ao apoio dado a Israel por potências do Ocidente na guerra do Oriente Médio. Essa medida provocou a elevação dos preços mundiais do barril de petróleo que, em pouco tempo, triplicou, o que veio a agravar a crise econômica dos países capitalistas centrais.

Pós-ciclo de grande expansão, tendo como conseqüência a superacumulação de capital e o acirramento da concorrência, acarreta-se um esgotamento estrutural pertencente à própria base do sistema, o que acabou gerando a queda da taxa de lucros, *déficit* nas balanças comerciais, crise do sistema monetário internacional, etc.

“Na segunda metade dos anos 70, as taxas de crescimento econômico caíam de 9,8% em 1974 para 4,8% em 1978. A dívida externa – um poço sem fundo – pulou de 12,5 bilhões de dólares em 1974 para 43 bilhões em 1978 e já estava em torno de 60 bilhões em 1980. A maior do mundo. (...) A inflação rompeu as amarras artificiais e estourou chegando a atingir 110% em 1980.” (HABERT, 1996, p.42).

6.7 A abertura política

Frente à crise que estava instaurada, até os setores empresariais manifestavam suas críticas pela demasiada centralização das decisões do Estado e a forte presença dele na economia.

Em 15 de março de 1974, Médici é substituído por Ernesto Geisel que iniciou um projeto de “distensão” ou “abertura política”, porém acompanhadas de algo lento, gradual e seguro, feita de cima para baixo, controlada pelo poder, dentro da ordem, mantendo assim a supremacia da classe dominante.

Consta-se que o modelo econômico desenvolvido pelo regime militar já apresentava sinais de esgotamento, aumento da dívida externa, inflação e baixos salários. Mesmo assim, o governo tentou manter a expansão econômica e os grandes projetos: construção da hidrelétrica de Itaipu, lançamento do Programa Nacional do Alcool (Proálcool), assinatura do acordo para a construção de usinas nucleares no Brasil.¹⁴

“... a dívida cresceu quatro vezes de 1974 a 1977, passando de 12 para 50 milhões de dólares. E, pior ainda, dos 500 milhões anuais que se pagavam de juros, subiu-se para 4,2 bilhões em 1979. Estava armada a cilada ou a bomba de tempo que estouraria no início dos anos 80, comprometendo o desenvolvimento futuro do país e fazendo desses anos uma década perdida.” (SADER, 1990, p.29).

De maneira significativa, o projeto de abertura, que começou na gestão de Geisel e continuou na de Figueiredo, representou uma transição do regime militar para uma dominação mais aberta. Assim, a ditadura já dava mostras de seu declínio, com base na diminuição de seus índices econômicos, manifestações organizadas de resistência social e política.

¹⁴ Para suportar a crise, o governo brasileiro aumentou o endividamento externo e desenvolveu obras faraônicas do Estado como forma de incentivo ao capital privado. Resultou-se ao retorno da inflação, a desestruturação do setor público brasileiro e a multiplicação acelerada da dívida externa.

“Ainda assim, o general Golbery de Couto e Silva, o mais lúdico teórico do regime militar, conforme a doutrina de segurança nacional, propunha um processo de abertura gradativa, que fosse desativado os focos de tensão acumulados pelo regime ditatorial, para que a transição pudesse ser feita sob controle.” (SADER, 1990, p.32).

Essa trajetória estava calcada em contradições, pressões sociais e manifestações de descontentamento de vários setores da sociedade, eclosão de movimentos sociais e redefinição nas correntes políticas de esquerda, representados pela UNE (União Nacional dos Estudantes), pela CBA (Comitê Brasileiro pela Anistia), movimentos populares (Clubes de Mães, jovens, mulheres, trabalhadores, Movimento do Custo de Vida (MCV), etc.), novo sindicalismo e greves.

Ocorreu campanha popular pela anistia geral e irrestrita, o que possibilitou a volta ao Brasil de exilados políticos e o fim de processos e perseguições, fenecendo os vetos militares, a vigência dos atos institucionais e proporcionando o início da participação política plena de todos os cidadãos brasileiros.

A despeito dessas modificações, uma nova conjuntura partidária foi estruturada: a direita, antes representada pela Aliança Renovadora Nacional (Arena), mudou seu nome para Partido Democrático Social (PDS); e a esquerda, sintetizada pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), assumiu o nome de Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Dele se solidificaram vários setores com algumas divergências entre eles, o que o classificava como um partido heterogêneo. Por esse motivo, (foi propiciada) houve a eclosão de novos partidos, como o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido Democrático Trabalhista (PDT) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Em 1982, pela primeira vez, haveria voto direto no Brasil desde o golpe militar.

“Abriu-se um período de convivência entre os governantes da oposição e a presidência da República exercida pelo general João Figueiredo, ainda escolhido pelos militares, com um mandato até 1985. (...) O caráter prolongado e gradual da institucionalização política adotada pelo regime militar previa ainda uma eleição indireta, por um Colégio Eleitoral, composto basicamente pelos congressistas, que deveria assegurar maioria

para o candidato governamental. (...) As maiores mobilizações populares conhecidas até então no Brasil, convocadas para exigir eleições diretas para presidente da República, no lugar do Colégio Eleitoral, se desenvolveram por todo o país, com participação da oposição, tendo Ulysses Guimarães e Lula como seus principais dirigentes.” (SADER, 1990, p.38 e 39).

Pela primeira vez, uma espécie de consenso nacional estabeleceu-se a favor do direito elementar dos brasileiros de eleger por seu voto universal e direto para presidente da República.

7 ANÁLISE DOS DADOS

O relato verbal é tomado como representante da consciência dos indivíduos que interagem verbalmente durante o processo de coleta de dados. Assim, a análise do relato verbal permite o acesso inferencial do pesquisador aos processos subjetivos do participante. Esses processos subjazem à versão da realidade que ele tem para si como relevante, em dado contexto, e sobre a qual ele relata ao pesquisador.

As análises dos relatos serão utilizadas nesta pesquisa visando a atingir os objetivos propostos, o que permite o acesso a processos subjetivos do participante. Agindo dessa maneira, será possível criar condições favoráveis para o desenvolvimento *in loco* do fenômeno em estudo.

Cabe ressaltar que o sujeito entrevistado não é observador de si mesmo, mas selecionador daquilo que, na sua realidade, ele recorta e relata. É de exímia importância, portanto, organizar o conteúdo das falas do sujeito, atribuindo-lhes significado, de modo a estabelecer condições para a emergência de novos relatos. Assim, o relato será utilizado para proporcionar o prosseguimento da pesquisa.

Esta pesquisa, baseada em relatos verbais, propõe-se à busca de precisão e confiabilidade das inferências feitas pelo próprio pesquisador com relação à veracidade dos relatos coletados, na medida em que o fenômeno consciente vincula-se à própria implementação do procedimento de coleta, análise e sistematização de informações.

A precisão e a confiabilidade dessas inferências podem ser avaliadas no curso do próprio procedimento, uma vez que é tratado como indício do processo em curso tudo o que é referido no relato. Importa, pois, nessa avaliação, a lógica das relações que o pesquisador vai estabelecendo entre os indícios, no ato mesmo de atribuição de significados ao relatado. (TUNES, 1998).

7.1 Caos

Natureza e sociedade nunca deixaram de ser complexas e o mundo atual é a demonstração desta complexidade; neste contexto, os problemas de dimensões multidimensionais e as contradições se avolumam. A alienação e outras condições humanas dão a abertura para que se promovam contradições irreduzíveis emergentes do cotidiano social. Assim, dá-se espaço para que sejam elaboradas bifurcações e vários feixes de possibilidades, amplos caminhos, várias perspectivas, interpretações e entendimentos.

O mais consistente e previsível uso de explicações voltadas para as questões de duplicidade de probabilidade, caminhos, explicações, etc. é a teoria da complexidade; ela está sendo apontada como alternativa para lidar com as improbabilidades interpretativas. Além da complexidade é necessário calcar-se na história, que vincula a dialética à organização social, aos princípios interpretativos que são inevitavelmente, segundo Marx, materialistas. (IANNI, 1987).

Desta forma, quando se faz uma análise da situação política que antecedeu o golpe militar de 1964, torna-se imprescindível examinar o que realmente era o chamado caos dentro do contexto em que se vivia naquela época.

Como já foi comentado anteriormente, o caos ideológico, o sentimento de desestrutura social que João Goulart estava por provocar pode ter sido uma maneira forjada de apresentar a situação política da época à população como um todo. As influências norte americanas, a elaboração estratégica e a atuação da mídia não deixaram de ser as bases para que essa interpretação política acontecesse; a análise se remete à alienação social.

Neste contexto, para que fosse feita uma interpretação de uma maneira condizente, questionou-se aos entrevistados qual seria o significado de caos. Partindo das respostas, é possível se remeter à explicação do que seria realmente o caos na mente de um grupo masculino, de classe média alta que viveu ativamente a ditadura militar.

Mesmo que o significado de caos seja indiscutivelmente algo complexo, fica clara a posição e a interpretação da realidade das pessoas entrevistadas. A postura de classificação do contexto social se apresenta de quatro maneiras diferentes: de um lado, o caos daquela época seria o problema da quebra de hierarquia nas forças armadas; a segunda postura classifica o caos como sendo algo que se opõe à ordem. Já a terceira é contrária à classificação e à existência de caos nos anos ditatoriais; a quarta e última postura sintetiza o caos na aculturação social, ou seja, o caos seria a alienação política interpretativa.

Com relação às respostas dos entrevistados, a primeira postura faz referência à revolta que contrariava as idéias predominantes da alta escala da hierarquia militar. Para os entrevistados “Houve uma revolta das forças armadas contra essas idéias predominantes, não se admite uma virada na hierarquia, e começou a haver quebra na hierarquia, isso é uma coisa que pouca gente percebeu. A quebra da hierarquia levou certos militares a assumirem uma posição muito forte.” Conseqüentemente, “... no dia 31 de março o pessoal tomou o correio, toda a ligação de Brasília era feita via canais de rádio, e outros canais via correio. Cortou-se, assim, toda a comunicação de Brasília, ela ficou completamente isolada do mundo, e essa falha de comunicação foi outra coisa bárbara, sem comunicação não sai nada.” (ENTREVISTA 1). Neste contexto de quebra de hierarquia, o caos se configurou; para os entrevistados foi inevitável que alguém tomasse o poder para promover novamente a ordem social. Coube aos militares essa tarefa.

Na segunda interpretação do que seria caos, a definição se refere a tudo que está fora da ordem vigente; portanto, “O caos se sintetiza como algo que não está dentro dessas normas jurídicas, porém isso tem que ocorrer em grandes quantidades.” (ENTREVISTADO 2). “O caos (...) é o oposto da ordem. Sempre que estamos vivendo em caos quer dizer que algo está fora do que se esperava. A ordem traz atos delimitados e o caos nada mais é que o descontrole de tudo. Na época da ditadura militar o caos era na verdade o governo dos militares; apesar de eles instituírem uma nova ordem esta contradizia com a anterior. Isso gera confronto de opostos e conseqüentemente, para mim, o caos.” (ENTREVISTADO 4). “Caos é a desordem generalizada, é o completo desentrelaçamento das coisas, a mistura total de causas e efeitos. Uma situação de caos em geral começa por várias coisas, que vão se adicionando até desembocar numa grande crise anárquica.” (ENTREVISTADO 7).

Dessa maneira, “Caos é tudo que está fora do que se espera. É algo que está fora da ordem instituída; é quando se perde o controle e aquilo vai crescendo de uma certa maneira que não se vê saída.”(ENTREVISTADO 12). Ou seja, o caos se opõe à ordem.

Uma outra parte dos entrevistados apresenta-se totalmente contrária à existência de caos ou de uma alienação social. Para esse grupo “Naquela época não havia caos, não havia bagunça nem muito menos inocência; todos estavam engajados politicamente, com ideais e uma, vamos dizer, boa organização. O movimento social estava eclodindo, não havia de maneira alguma alienação, a propósito, ela só aconteceu a partir dos anos 70, quando a ditadura já estava nos seus anos de “ferro”. Foi por causa dela que a alienação aconteceu, foi um resquício desse sistema político, mas em seu princípio as pessoas eram engajadas politicamente.” (ENTREVISTADO 11).

A última interpretação do que seria um caos se resume na aculturação social, ou seja, a alienação social. “O caos para mim foi representado pela aculturação, havia distorções da história. Havia também um monitoramento através do DOPS, mesmo antes do golpe acontecer. Certos livros como, por exemplo, o de Marx eram proibidos, foram queimados para que a população não tivesse acesso às teorias existentes dentro deles...” (ENTREVISTADO 12). É nesta interpretação que a mídia tornou-se um dos pilares de engendramento do caos.

Na tentativa de explicar e sintetizar as quatro vertentes de interpretação de caos, fica evidente que as posturas de interpretação, apesar de se diferirem, divergem a um mesmo ponto. Interpretar o caos como algo que está fora da ordem, como é feito na segunda postura, não deixa de ser diferente de classificar o caos como uma quebra de hierarquia, ou seja, sair da ordem estabelecida. A terceira vertente admite a existência de algo diferente do que vinha acontecendo, não rejeitou a existência de movimentos sociais, porém eles, para esse grupo, possuíam uma boa organização. Neste viés interpretativo, a ordem e a conscientização estão dentro dos movimentos sociais, mas eles não deixam de ser algo que estava fora da ordem. Já a última postura acaba por sintetizar os três primeiros pensamentos. Ela demonstra que o caos existia, o estar fora da ordem existia, porém isso só foi possível pela alienação populacional.

O engendramento de uma situação que, necessariamente deveria ser modificada, de uma política que, inevitavelmente aos olhos dos militares, traria graves problemas deu abertura para que os militares aplicassem um golpe em Goulart; ou seja, o caos, gerado estrategicamente, possibilitou que toda a História se formulasse da maneira que se apresentou. Isso fica claro quando se faz uma leitura das informações que eram publicadas nos jornais da época. Seguem, abaixo, três notícias retiradas do jornal Estado de São Paulo:

04/12/1963

Título: Goulart reaproxima-se das áreas esquerdistas radicais. p. 3.

Brasília, 3 – O presidente João Goulart entrou, hoje, na fase de envolvimento dos setores esquerdistas que resistem à sua propalada orientação para a reforma ministerial, por suspeitarem das suas intenções. Na residência do senhor Artur Virgílio, Goulart dividiu uma tartaruga com o senhor Almino Afonso, que lidera o grupo suspeito. O encontro se manteve nos limites previstos pelo presidente. Foi apenas uma reaproximação entre ambos, esfriados pela crise do estado de sítio.

Não deixou Goulart, entretanto, de fazer observação sobre o “impasse” a que acreditava ter chegado a crise brasileira, juntando-se as informações de que se dispõe a fazer, a curto prazo, alterações substanciais na administração. (...) Goulart ainda não tem uma decisão tomada, estando em fase de sondagens. De todo o modo, admite-se estar o presidente da república disposto a imprimir caráter indisfarçavelmente esquerdista ao novo governo, mesmo que não avance ao extremo de uma provocação como seria a nomeação do cunhado.

Essa primeira notícia faz menções ao possível envolvimento de João Goulart com setores de esquerda e afirma que, em curto prazo, o presidente da república fará modificações administrativas substanciais. Essas modificações se apresentam explicitamente na notícia de dois meses após a primeira informação.

11/02/1964

Título: O golpe em preparo. p. 3.

A paralisação quase completa da vida política do País torna nestes dias mais atuais a pergunta que acode ao espírito de quantos acompanham a marcha de conjuntura nacional: para onde vai e que pretende o sr. Presidente da República?

Ninguém ignora que s. exa. tem aversão às situações claras. Apegado ao poder, tudo fará para nele se manter. Entretanto, precisamente porque a audácia não se conta entre os atributos de seu caráter, a escolha do processo capaz de o levar ao objetivo colimado continua a preocupá-lo, deixando-o hesitante. (...) é ponto pacífico que o sr. João Goulart não se poupará a esforços para substituir o regime constitucional vigente por um governo de poder pessoal. O que está em causa não é, portanto, o objetivo, mas apenas a forma de o atingir, o processo de liquidar as instituições democráticas.

S. exa., não é segredo para ninguém, oscila entre duas tendências: a golpista e aquela a que os seus aulicos convencionaram chamar legalista.

Incumbe observar a constante construção ideológica apresentada pela mídia contra as políticas governamentais de Goulart. Nesses dois exemplos acima, dois meses se passaram e as informações foram ficando mais preocupantes, foram tomando um rumo que certamente expressava-se no caos social. Isso foi uma construção consciente e constante da mídia, toda voltada para gerar o caos social. Só o título dessa segunda notícia é de alarmar a população: “O golpe em preparo”. O Estadão alude que o presidente da República preparava um golpe de estado para que pudesse se manter no poder, argumentando que Goulart tinha apego à posse e não se pouparia em substituir um governo constitucional democrático por um poder ditatorial pessoal.

O “jogo” da mídia é colocar como se o presidente da República fosse realizar um golpe para tornar seu poder pessoal; tão pessoal a ponto de ser totalitário, de se fazer comparações com ditadores extremistas como, por exemplo, Hitler. O que impressiona é que esse engendramento foi certo, culminou com reivindicações populacionais nas ruas. No dia 19 de março de 1964, São Paulo vai às ruas para impedir, como o jornal menciona, o “imperialismo vermelho”, nome dado pelo jornal Estado de São Paulo. Veja notícia abaixo:

20/03/1964

Título: São Paulo parou; o povo nas ruas. p. 36.

“... nada se comparou ,até hoje, em extensão, em consciente entusiasmo, a incalculável massa humana que ontem se concentrou nas ruas e praças centrais da Capital, para manifestar o repúdio de São Paulo aos que procuraram arrastar-nos aos arroubos de um totalitarismo ainda mais sórdido que o de Mussolini, ainda mais sangrento que o de Hitler, por ser um totalitarismo que vem assentado num mar de sangue a sua guerra à liberdade, para a submissão do mundo ao imperialismo vermelho. (...).

A partir de ontem, porém, já podemos, com euforia, proclamar que o regime será mantido, que a liberdade não perecerá, por ser essa a vontade do povo brasileiro, mais uma vez traduzida pela serena, pela consciente, pela energia e irreversível decisão da coletividade bandeirante.(...)”

A partir desse acontecimento descrito acima, o caos já havia sido construído na cabeça da população. Já no título da reportagem é possível observar a campanha ideológica de criação do inimigo interno, o comunismo.

Com o caos constituído era preciso que alguém instituísse a ordem novamente, o que deu abertura para que os militares aplicassem o golpe com o apoio maciço da população.

O caos para os entrevistados era basicamente sinônimo de desordem, assim como para a população em geral. A ida às ruas ocorreu para que Goulart não desse um golpe totalitário, para que tudo voltasse à ordem vigente. Aos olhos da população – formado pelas influências norte-americanas, pelos militares estrategistas e pela mídia – o próprio presidente da República estava gerando desordem, portanto, era necessário colocar a ordem novamente em seu estado de normalidade.

7.2 Ordem

Como já é sabido, o pensamento positivista, com relação à organização social, calca-se, entre outros aspectos, na análise do problema da ordem social ressaltando a importância de instituições como: a autoridade, a família e a hierarquia social no destaque sobre a sociedade. Além disso, empenha-se na defesa da conservação e da preservação da ordem instalada pelo capitalismo baseado na ciência.

O pensamento positivista é intensamente aparente na sociedade atual. Quando foi questionado aos entrevistados sobre o significado de ordem, sobre como ela se reflete na sociedade como um todo e como a ordem foi representada na década de 60 no Brasil, os entrevistados, em sua totalidade, trouxeram argumentos que certamente são classificados como positivistas.

No sentido social, era necessário para os entrevistados a existência de uma nova ordem que colocasse regras ao caos que estava formado. Era imprescindível conter a desordem que “pairava” na sociedade dos anos 60; isso influenciaria o crescimento brasileiro na área social, política e econômica. Havia emergência em aniquilar o inimigo interno, formalizando uma ordem social que findaria em um progresso voltado para todos os setores sociais.

A implementação de uma nova ordem é justificada com o emprego sistemático da razão representando um avanço para libertar a formulação de uma nova atitude intelectual diante dos fenômenos que estavam ocorrendo. Utilizando os mesmos procedimentos das ciências naturais, os entrevistados afirmaram que era imprescindível uma nova ordem – colocando fim à desordem que ocorria na época – para que houvesse progresso.

Mesmo que, possivelmente, não conscientes da existência ou da análise aprofundada da teoria de August Comte, os entrevistados confirmaram o destaque da sociologia com a reconciliação entre a "ordem" e o "progresso", pregando a necessidade mútua desses dois elementos para a nova sociedade.

Essa necessidade de ordem espelha-se, para os entrevistados, na reflexão sobre o caos. Para eles o caos era algo que necessitava de controle e isso só ocorreria com uma nova ordem. Fica claro, nesse momento, que o pensamento positivista, mais uma vez, prevaleceu às expectativas de uma população. E foi dessa maneira e com essa abertura que os militares engendraram o golpe de 1964.

É fácil observar o pensamento positivista nos argumentos dos entrevistados. Por exemplo, o entrevistado de número 13 afirma que a ordem nada mais é que o contrário do caos, é algo que se espera acontecer, algo programado, que, logicamente, tende a algo coerente.

A maioria dos maçons que foi questionada não admite, entretanto, que poderia haver um outro lado nesta análise, seria impossível para os mesmos constatar que o caos não existia e que o mesmo tinha sido engendrado pelos agentes sócio-políticos. Para eles, a Maçonaria estava buscando uma coisa séria – exatamente algo que trouxesse o progresso – frente ao caos que se apresentava. Um dos entrevistados afirma que João Goulart havia perdido o poder. “... quando aconteceu o comício na central do Brasil, foi a coisa mais diferente que eu já vi na minha vida. A gente sentiu que não tinha mais poder, não existia mais república, não existia mais nada, ela caiu sozinha, se desfez, essa é a verdade. Então é por isso que eu não aceito muito o termo golpe, eu aceito mais uma tomada de comando, uma tomada de controle, então ela estaria do lado de colocação da ordem, sem interesses de poder pessoal.” (ENTREVISTADO 1). Com a queda do poder de Jango, seria inevitável que a ordem fosse recolocada, e isso era o interesse da nação, algo que todos os cidadãos íntegros deveriam apoiar e consentir.

Essa maneira de pensamento faz jus à sociologia positivista que, de uma maneira ou de outra, preocupa-se com a manutenção e a preservação da ordem capitalista, o que, neste ínterim, deixa explícita a atuação externa – principalmente dos Estados Unidos da América – de influência na realização e conservação do golpe e da política militar instituída, respectivamente. O pensamento dos entrevistados e, conseqüentemente, o pensamento da Maçonaria, possuem princípios claros do positivismo.

7.3 Engendramento

A elaboração das condições para deixar propícia a realização do golpe de 1964 dependeu de uma estratégia muito bem organizada e fundamentada em uma construção consciente da opinião pública com relação à manobra para a construção de um novo ideário de massa que proporcionasse o apoio populacional ao golpe. Além disso, como já foi discutido anteriormente, o apoio do exterior e de organizações capitalistas para o financiamento dessa manobra também fazem parte do chamando engendramento do militares para a realização do golpe.

Apenas dois entrevistados observaram que esse engendramento, apresentado na fundamentação teórica, existiu realmente. Um deles afirma que a população, desde muito tempo, está totalmente acostumada com a “política do pão e circo”. Nos anos que precederam a ditadura militar, essa política fundamentou-se na conscientização da população com relação ao inimigo interno. Isso fica claro quando afirma que “... a população gosta e está acostumada com a política do ‘pão e circo’”. (ENTREVISTADO 8). Ou seja, o ato de doar algo faz com que a população não tenha espaço para contestações e, então, apóia-se algo que forja os verdadeiros interesses do governo. Cabe ressaltar que o governo militar estava apoiado, entre outras coisas, no milagre econômico.

O entrevistado número 11, muito diferente da maioria dos maçons entrevistados, afirma que o caos não existiu e que, principalmente, na época, não havia inocência, não havia bagunça nem muito menos algo que se assemelhasse ao caos, à desordem, algo que precisava ser reparado. Afirma que todos estavam engajados politicamente com ideais muito bem fundamentados e uma boa organização. Quando afirma que todos estavam engajados politicamente, fica explícito que tudo não passou de uma estratégia política que teve como consequência a implementação de uma ditadura que durou mais de duas décadas. Ou seja, acaba por afirmar a existência do engendramento, do preparo, da conscientização, e da construção da consciência de massa para que fosse possível a realização do golpe.

Fica claro, portanto, que a Maçonaria também estava em meados dessa não inocência, principalmente porque o entrevistado 2 confirma as palavras do entrevistado 11. Feita a ele a

pergunta sobre o posicionamento da Maçonaria perante a ditadura militar, o entrevistado 2 afirma que na comparação entre a ditadura militar pós 1964 com a de Getúlio Vargas, "... a Maçonaria só poderia estar a favor, pois não houve perseguições à instituição. Mas alguns maçons foram perseguidos, isso era pessoal." O entrevistado se remete à severa perseguição à instituição maçônica realizada no governo de Vargas e à existência somente de perseguições pessoais na ditadura dos generais. Dessa maneira, a Maçonaria institucionalmente não foi perseguida pós golpe de 1964; conclui-se, então, que ela esteve posicionada a favor dos militares.

7.4 Poder

Um segundo questionamento aos entrevistados se refere à definição de poder, como eles o enxergam e se a Maçonaria pode ser classificada como mecanismo capaz de exercer influências, poder. Neste ponto de reflexão, há uma bipolarização de classificação de poder assim como de classificação da Maçonaria, ou seja, há o lado positivo e o negativo. Uns afirmam que a Maçonaria é uma forma de poder, outros negam esse fato. Além disso, classificam o poder também de duas maneiras.

Na classificação de poder, o primeiro lado defende que poder nada mais é que um propulsor para conquistas e crescimento individual perante parâmetros sociais; o poder proporciona a ação e a modificação de situações. Para esse grupo, a Maçonaria é uma forma de poder, pois conquistou, agiu e transformou conjunturas. "Poder para mim é um objeto de conquista, de chegar a locais diferentes do que você se encontra, é crescer. Nesse sentido, a Maçonaria é um poder, ela se transformou e ocupou o lugar que está hoje, é muito bem aceita atualmente e isso é sim uma forma de poder." (ENTREVISTADO 4). Dessa maneira, o poder passa a ser um meio de conquistas; é "... contagioso e alucinante (...) ; tem a capacidade de definir destinos do dominador e dos dominados, dá a sensação de invencibilidade, chegando bem próximo a ser um Deus. Pelos conceitos lidos sobre a Maçonaria, pode ser considerada um poder, mas nunca dominando e sim orientando ." (ENTREVISTADO 7).

Assim, nessa classificação, o poder acaba sendo "... a capacidade ou possibilidade de agir, de produzir efeitos, podendo se referir a pessoas- indivíduos e/ou grupos sociais. Pensando dessa maneira, a Maçonaria pode ser um poder, pois ela parte do princípio relacionado à melhora da humanidade, tentando produzir efeitos cabíveis ao contexto social." (ENTREVISTADO 13). A escolha e a possibilidade para a melhora da humanidade que se torna cabível ao contexto social dependem da interpretação de quem está no poder. Estão baseadas nas escolhas, nas vontades e nos jogos de interesses de quem possui o poder, o que acaba refletindo para a população em geral.

Cabe ressaltar que, neste momento, mesmo classificando a Maçonaria como uma forma de poder, o que se evidencia é a classificação da Maçonaria como apartidária; um dos entrevistados aponta que: "Com relação à política, existem discussões dentro da Ordem, existem orientações, mas não são partidárias. Tomamos alguns pontos sociais, desde datas comemorativas a participações na câmara e tudo mais." (ENTREVISTADO 13). Esse apartidarismo não ficou muito claro na época da ditadura militar pós 1964. O que se apresentou foi a perseguição pessoal de maçons que se colocavam contra as atuações e princípios usados pelos militares, ou seja, pessoas que possuíam uma ideologia socialista ou comunista tinham princípios partidários diferentes do da Ordem Maçônica, isso demonstra que mesmo pregando o apartidarismo, ele não necessariamente existiu em todos os momentos da História. Já foi comentado anteriormente que a própria Ordem denunciava integrantes da Maçonaria que estavam em oposição ao governo.

É muito difícil encontrar, hoje, uma Maçonaria que pregue princípios políticos que estejam de acordo com filosofias marxistas. Apesar de os maçons realizarem a beneficência, isso não significa que desejem e preguem o fim da sociedade de classe e conseqüentemente o fim da exploração social. Pelo contrário, ressalta-se que estão locados no topo da hierarquia social, o que dificulta, e muito, um pensamento com princípios marxistas.

Além da classificação de poder citada acima, esse grupo de entrevistados não se esquece da legitimação do poder, assim acreditam que "O poder está fundamentado na credibilidade das pessoas, no potencial econômico e no medo." (ENTREVISTADO 8). É classificado, dessa maneira, como uma forma de controle social: "Poder para mim nada mais é que uma forma de

controle. Naquela época, desenvolveram um trabalho de inteligência com espiões em tudo quanto era lugar, inclusive nas faculdades e foi por isso que os estudantes perderam a força. Nos anos 70, a gente chega à alienação total, você não tinha informação alguma de fora do Brasil, não tinha jornais do exterior, e aqui dentro tudo era censurado. Ficava-se ilhado! A Maçonaria? Não é um poder, o poder daquela época era explícito, pois entendíamos o que era e como funcionava, se íamos contra sofríamos conseqüências. Em 1967, na passeata do Rio de Janeiro, fui preso, colocaram muitas pessoas na cela. Fiquei o dia todo lá no DOPS.” (ENTREVISTADO 12).

Evidencia-se, nesta conjuntura, que os entrevistados classificam poder em um viés que diverge da classificação de aparelhos estatais. Portanto, confirmam a teoria de Foucault na qual o poder se diferencia de um sentido de edifício jurídico da soberania, dos aparelhos de Estado e das ideologias que o acompanham; o orientam como dominação, operadores materiais, formas de sujeição, usos e conexões da sujeição. O poder é colocado “... fora do modelo do Leviatã, fora do campo delimitado pela soberania jurídica e pela instituição estatal.” (FOUCAULT, 1991, p. 186).

Para Foucault, “A teoria do Estado, a análise tradicional dos aparelhos de Estado sem dúvida não esgotam o campo de exercício e de funcionamento do poder. Existe atualmente um grande desconhecido: quem exerce o poder?” (1991, p. 75). Neste sentido, a retirada do Estado como base da execução do poder, torna-se possível perceber a conjuntura de relações que inevitavelmente permeia todo o corpo social, constituída a partir das relações de poder. Segundo essa análise, o poder não se aloca em uma única instância, se anuncia de várias maneiras, expressa-se em micropoderes, assim, a Maçonaria é classificada como uma das várias formas de poder, exercido através de micro-relações.

Na outra parte do binômio classificativo, segundo os entrevistados nesta pesquisa, o poder se expressa através da formação do Estado em uma macroestrutura que inevitavelmente é hegemônica. Fica explícito que para essa perspectiva, a Maçonaria logicamente não é o poder, pois, ele se resume ao âmbito do Legislativo, Executivo e Judiciário. “Existem vários tipos de poder: o legítimo, o poder de fato, o poder legal, o arbitrário, o poder Judiciário, o Executivo, etc. A Maçonaria pode ter o poder, mas ela não é necessariamente ele simbolizado.” (ENTREVISTADO 2). Dessa maneira, “A estrutura de governo é bem diferente da estrutura da

Maçonaria. A estrutura da Maçonaria é mais voltada para a parte pessoal, a estrutura do governo é mais voltada para a parte de comando. Os maçons, na época, que estavam ligados à estrutura de governo poderiam trazer um apoio muito grande por causa da ligação pessoal, dessa formação mais genérica e mais política, etc. que eles tinham que os militares não tinham.” (ENTREVISTADO 1).

Um outro exemplo que confirma esse segundo ponto de vista são os relatos de entrevistado 10, para ele a Maçonaria não é um poder: “... ela tem a sua organização; como toda organização ela tem as suas leis, seus regulamentos, alguma coisa que faz com que ela exista como uma forma legal, agora como um poder governamental não, não vejo dessa forma. (...). Pode ter até um grupo de irmãos fazendo parte do governo, mas diretamente assim não, não vejo dessa forma.” A participação de maçons no governo tanto municipal, estadual, quanto federal é muito grande; isso ocorre desde a época da presença de D. Pedro no Brasil e se perpetua nos dias atuais não só no governo, mas em cargos que possibilitam um poder social e moral. Com essas participações, a Maçonaria acaba conquistando espaços que possibilitam atuações conjuntas. Não aparecem explicitamente com a formação de grupos no poder justamente por tentarem apresentar-se como uma instituição secreta.

Percebe-se, por conseguinte, que essas duas formas de enxergar o poder trazem uma sintetização analítica que se conjectura em dois pontos que se completam. A Maçonaria faz parte do micropoder social, o que proporciona capacidade de agir, modificar e intervir nas atuações públicas; de fato isso é uma grande forma de poder. É interessante observar que, por outro lado, mesmo a Maçonaria não sendo um poder no sentido de *Leviatã*, ela possui integrantes dentro dele e, cabe ressaltar que, não são poucos. Portanto, a Instituição Maçônica não só é um poder no sentido micro como também se representa, em partes, no sentido macro. Isso introduz relevantes considerações à cerca da importância da Maçonaria na conjuntura política social.

Querendo chamar atenção, particularmente, para o dado desta variável que diz respeito à importância da Maçonaria na conjuntura política social, abordou-se, nas entrevistas, sobre maçons que estavam no poder, o que será discutido na seção seguinte.

7.5 Autoridades maçônicas

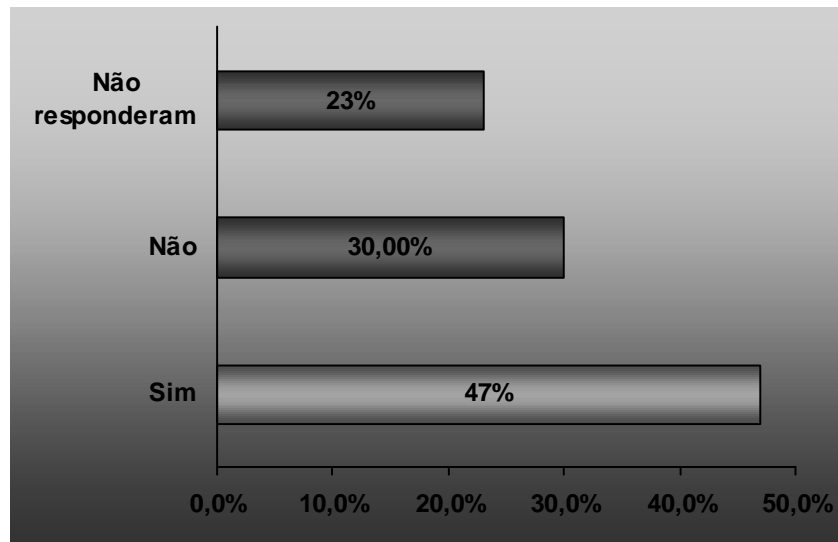
Julga-se pertinente expor reflexões no sentido de estabelecer um marco comparativo da pretensão da presente pesquisa. Essa discussão será realizada buscando isolar uma variável que se julgou importante para as presentes reflexões, ou seja, o estabelecimento das possíveis relações entre os políticos que estavam inseridos no sistema militar versus suas atuações pessoais na Maçonaria. Com relação ao assunto “ autoridades maçônicas “, optou-se por perguntar aos entrevistados se conheciam algum maçom que era autoridade na época da ditadura militar.

Entre os maçons militares mais conhecidos historicamente estão: Barão do Triunfo; Benjamin Constant - professor (o pai da República); Deodoro da Fonseca - proclamador da República; Duque de Caxias - patrono do Exército Brasileiro; Eduardo Wandenkolk ; Golbery do Couto e Silva - ministro de Estado; Gomes Carneiro; Inocêncio Serzedelo Correa; Lauro Sodré; Lauro Müller - estadista; Moreira Guimarães, general; General Osório; e Viriato Vargas.

Nesta parte, para uma melhor visualização dos resultados, foi elaborado um gráfico. Essa elaboração justifica-se de duas maneiras: em primeiro lugar, na análise das respostas, fica evidente que mesmo, a princípio, alguns dos entrevistados respondendo de forma negativa, a maioria deles acabou admitindo conhecer autoridades que eram maçom na época. No gráfico abaixo, mesmo essas pessoas que não responderam prontamente de uma maneira positiva aparecem no bloco do sim, pois posteriormente afirmaram positivamente à pergunta.

Em linha diversa, apresentam-se os entrevistados que responderam não. Apenas quatro dos entrevistados, em número absoluto, admitem realmente não conhecer nenhuma autoridade maçônica da época, mas, o restante, representado com “não responderam”, traz a discussão que seria antiético citar nomes, portanto, conhecia alguma autoridade que era maçom. Assim, 70% dos entrevistados acabam se enquadrando na resposta positiva.

Gráfico 1: Conhecimento de autoridades da época da Ditadura Militar que pertenciam à Maçonaria.



Fonte: autora

Entre os entrevistados, 47%, como aparece do gráfico acima, conheciam autoridades políticas da época da ditadura militar que eram maçons. Não eram poucas pessoas que se enquadravam nesta classificação. Das principais autoridades, pode-se destacar: Jânio Quadros, Lauro Sodré, Humberto de Alencar Castello Branco, Emílio Garrastazu Médici e Golbery Couto e Silva.

Porém, isso não significa que, necessariamente, por serem maçons promoveram o golpe e a ditadura em si. Não se pode afirmar que a Instituição Maçônica estava presente na cúpula governamental simplesmente por algumas autoridades serem maçons. Porém, percebe-se que os maçons estavam presentes de uma maneira maciça nessa cúpula, e isso é uma das constatações importantes neste trabalho.

Como já foi dito acima, não há possibilidade de afirmar que a Instituição Maçônica estava presente nos acontecimentos ditatoriais, mas pode-se certificar que a ideologia maçônica estava. Essa afirmação pode ser feita através de análise das entrevistas realizadas.

Para o atendimento das discussões acerca desta temática, quando foi questionado sobre o que seria caos e ordem, perguntou-se, posteriormente, se a resposta que haviam dado seria a mesma

para a instituição maçônica. É surpreendente observar que das pessoas que responderam somente uma disse que não, as outras todas acreditam que sendo um maçom necessariamente carrega-se consigo a filosofia maçônica, independente de qual for a loja a que a pessoa pertença. Dessa maneira, cada maçom é um representante da filosofia maçônica em todos os locais que se apresentam; assim, um maçom necessariamente possui a filosofia maçônica na sua vida. Com essa afirmação, conclui-se que na cúpula governamental da ditadura militar estava presente a filosofia maçônica, isso porque, neste contexto, várias autoridades, algumas citadas acima, eram maçons.

O que não se pode descartar é que algumas autoridades não pertenciam à Maçonaria, como: Ernesto Geisel, Artur Costa e Silva e João Baptista Figueiredo.

7.6 Posição da Maçonaria na época da ditadura militar

Foi perguntado aos entrevistados sobre as atuações e a posição da Maçonaria na época da ditadura militar. As respostas podem ser sintetizadas em duas partes. Oficialmente, a Maçonaria estava a favor dos militares, andava conjuntamente e auxiliava na cassação de pessoas que eram contra o governo. Isso possibilitou que a instituição não sofresse “pressões” governamentais.

É explícito observar a argumentação dos entrevistados quando à posição da Maçonaria frente ao golpe. “A Maçonaria estava buscando uma coisa séria, frente ao caos que estava, o Jango não (tenha) tinha mais o poder quando aconteceu o comício na central do Brasil, foi a coisa mais diferente que eu já vi na minha vida. A gente sentiu que não tinha mais poder, não existia mais república, não existia mais nada, ela caiu sozinha, se desfez, essa é a verdade. Então é por isso que eu não aceito muito o termo golpe, eu aceito mais em uma tomada de comando, uma tomada de controle, então ela (a Maçonaria) estaria do lado de colocação da ordem, sem interesses de poder pessoal.” (ENTREVISTADO 1). Para esse entrevistado, a ordem se apresenta nos mesmos argumentos conservadores: disciplina, obediência, hierarquia e submissão.

A Maçonaria como instituição não sofreu perseguições, o entrevistado 2 afirma que “... se compararmos com a ditadura de Vargas, a Maçonaria só poderia estar a favor, pois não houve perseguições à instituição. Mas alguns maçons foram perseguidos, isso era pessoal.”

O interessante é que todas as afirmações sobre a posição da Maçonaria frente à ditadura militar estão ligadas à recolocação da ordem, à tentativa de solucionar o grande problema que havia na época, ou seja, o caos. A Maçonaria “Pode ter participado do golpe sim, pode ter pessoas ligadas a ela, em função desses conceitos, em função do perigo que ela percebia que poderia ocorrer, ela então pode ter usado, mas é aquela coisa, por ser discreta, isso não aparece muito.” (ENTREVISTADO 10). Essa afirmação é confirmada pelo entrevistado 6: “Acredito que sim, porque a Maçonaria, se nós virmos na história, muitas coisas boas fez, tomou atitudes muito boas, mas isso é o que nós lemos, saber diretamente não.”

Além dessas afirmações positivas, o entrevistado 12 relatou que “Tudo depende do Grão Mestre de cada loja, ou no caso do Grande Oriente do Brasil do Grão Mestre Geral. Ele eu sei que formalmente apoiava a ditadura militar. É muito difícil um maçom ser de esquerda, pode ser simpatizante, mas ser realmente defensor da filosofia de esquerda é muito difícil.”

Outra afirmação positiva é a do candidato número 7, expõe que “... o cabeça da Revolução, a meu ver, foi o Golbery, que possuía muita influência e era da Maçonaria. Vi também algumas notas da própria Ordem assinada pelo Grão Mestre Geral do GOB (*Grande Oriente do Brasil*) nas quais diziam que ao maçons estavam a favor da nova forma de governo, que além de estar a favor fariam o necessário para apoiá-la e mantê-la. Isso para mim fica claro a comprovação de que a Ordem estava a favor dos militares. Não se pode esquecer que é óbvio que existiam maçons que eram contra, mas a Ordem em si era a favor. Divergências de pensamento sempre existem, mas quando você se refere à Maçonaria como instituição está falando de seu representante.”

No jornal Estado de São Paulo, a notícia do dia 15 de dezembro de 1963 deixa claro que os maçons estavam a favor da implementação da ditadura militar, julgavam que Cuba estava por acabar com a democracia no Brasil. Isso se expressa na homenagem feita a Lacerda pela Ordem e no discurso feito pelo então governador do Rio de Janeiro.

15/12/1963

Título: O Grande Oriente do Brasil rende a Lacerda homenagem inédita dentro da Maçonaria. p. 12.

Rio, 14 (Estadão). Pela primeira vez na história da maçonaria um governador foi recebido com a maior honraria da associação: a “Abobada de Aço”. O distinguido foi o governador Carlos Lacerda, homenageado no Grande Oriente do Brasil.

O governador carioca foi recebido na maçonaria no mesmo instante em que o presidente João Goulart fazia sondagens através de várias pessoas para saber das possibilidades de receber a mesma homenagem na maçonaria. As sondagens fracassaram.

No discurso que pronunciou no Grande Oriente do Brasil, o sr. Carlos Lacerda fez referência à mensagem que deixou ao mundo o presidente Kennedy, e concitou os homens da maçonaria a levantarem a voz, como outrora, na defesa da liberdade e da convivência dos homens livres.

“A convivência – disse Lacerda- com a coexistência não se confunde, pois a convivência exige co-participação e solidariedade, enquanto a coexistência é apenas tolerância entre contrários que se excluem e que por vezes se quem destruir.”

O Discurso

“...volto ao exemplo do presidente Kennedy, do homem prudente que a exemplo do apólogo famoso, tinha a prudência de se atirar ao fogo para salvar uma criança que ameaça perecer no incêndio. Esta é a prudência verdadeira, a prudência do bloqueio de Cuba para salvar a liberdade do mundo. Este é o pacifismo verdadeiro, o pacifismo das nações que se previnem e não chamam para intervir nos seus problemas de base e não chamam para opinar sobre as suas indústrias, sobre a sua energia, sobre os seus combustíveis, aqueles que por vocação e por ideologia são obrigados a destruir a economia e a estrutura das nações livres para lhes impor um regime de escravidão.

A essa ocupação sem terra, a essa conquista sem guerra, a essa tirania por via ideológica, respondem os homens livres e responderá sem dúvida esta instituição – responsável principalmente pela independência do Brasil e portanto hoje mais do que nunca seladora de sua soberania.

É por isso que aqui compareço associando o governo a esta demonstração de apreço pela declaração em boa hora votada com a participação do Brasil. É por isso que aqui venho trazer a minha solidariedade à homenagem que se presta a este grande cidadão do mundo que foi o

presidente John Kennedy (...). Queremos a convivência dos homens livres.”

O apoio da Instituição maçônica à ditadura militar é confirmado, como já foi dito anteriormente, no governo de Ernesto Geisel o qual recebeu um ofício, na presença de Osmame Vieira de Resende (grão mestre) e seu adjunto Osíris Teixeira (senador da República), em audiência confirmando o apoio do Grande Oriente do Brasil ao governo que havia se instalado após o movimento de 1964. (CASTELLANI, 1993).

O segundo posicionamento que foi encontrado nas respostas dos entrevistados se refere ao fato de que a maioria deles acredita que mesmo a instituição estando oficialmente ao lado da ditadura militar existiam maçons que se apresentavam contra a ditadura e contra o apoio da instituição ao governo instituído pós 1964.

Na afirmação do entrevistado 9 isso fica claro:

O respeito maçônico foi se degradando e ficando sem atuação política, a Maçonaria deixa de propor mudanças e dessa maneira acaba saindo do jogo político. Um exemplo disso foi em dezembro de 1968 quando Alberto Cury e o ministro Gama Filho anunciaram, no dia 13 de dezembro, o Ato Institucional número 5. Meu pai, maçom, indignado com a situação colocou essa pauta em discussão na loja dele e, naquele momento, percebeu que mais da metade de seus irmãos eram a favor do tal Ato anunciado, além disso, o venerável, no momento da discussão, anunciou que se ele descobrisse alguém lá dentro que fosse comunista denunciaria ao governo.

Uma das pessoas que, naquela época, foi presa e denunciada pela Maçonaria foi José Castellani. A Maçonaria, naquela época, dividiu-se, alguns pensavam de uma maneira, outros de outra, está até hoje com uma visão conservadora, apesar de possuir uma teoria diferente disso, na prática, o materialismo, as posses e o dinheiro se sobressaem.

O entrevistado cita episódios de perseguições a maçons que se opunham à existência da ditadura militar e desta maneira comprova o posicionamento político da Instituição maçônica. Tanto o discurso do venerável, ameaçando seus submissos, quando o episódio da prisão de Castellani

deixa claro a existência de maçons que se apresentavam contra a ditadura militar, portanto contra os princípios políticos defendidos pela Maçonaria.

Para o entrevistado 5 fica “... difícil opinar sobre como que a Maçonaria agiu, difícil formar uma opinião única numa instituição que tem pessoas com as mais variadas formações, e um dos princípios básicos da Maçonaria é a liberdade de pensamento, baseado nisso acredito que existiam alguns a favor e outros contra.” Essa afirmação é confirmada pelos entrevistados 2 e 11 os quais acreditam que os maçons estavam tanto a favor quanto contra à ditadura.

Neste momento, fica evidente que se torna difícil constatar uma influência da Maçonaria nas atuações comandadas pelos generais na época da ditadura militar. A ditadura não atuou de forma homogênea, refletiu-se de diferentes formas e contextos que chegaram a ser opostos. Dependendo da representatividade social e principalmente da filosofia política que cada cidadão seguia, sentia-se conseqüências diferenciadas dos atos ditatoriais. É possível definir o posicionamento da Instituição – que era favorável à existência da ditadura – mas não a influência que a Maçonaria teve sobre a ocorrência da ditadura; nem como auxílio, realizando atos que possibilitaram a implementação da ditadura pós 1964, nem como barreiras com atos que tentaram impedir a realização do golpe militar.

Outra discussão que vem à tona é a que se refere ao fato de que, além de existirem maçons que não apoiavam a ditadura militar oficialmente, foi elaborado pelos maçons um pedido de realização da anistia. O entrevistado 13 ressalta que houve uma votação e “... aprovação por unanimidade, que surgiu entre nós da loja Eterno Segredo, em São Carlos, do pedido de anistia com relação ao fim da ditadura militar. Foi o primeiro ato público a dar apoio à anistia.”

Essa constatação cobra relevância no sentido de que o Grande Oriente, além de estar a favor do governo ditatorial quando ocorre a busca pela redemocratização, até mesmo pelos militares, (como foi discutido anteriormente), estava também a favor da anistia, ou seja, apoiou institucionalmente o governo militar em todas as fases governamentais no íterim de exercer o poder.

A Maçonaria brasileira é hoje conservadora; como explica o entrevistado 4. Existe uma grande diferença na filosofia da Maçonaria Americana e da Maçonaria Francesa; uma é de conservadora (direita) e a outra liberal (esquerda) respectivamente.

“Os Estados Unidos têm uma filosofia iluminista, com movimento libertário para a construção de um mundo novo, vem da colônia de povoamento, o espírito de comunidade era maior que o de pátria, dessa maneira o povo foi se construindo com uma formação de direita, começam a criar Maçonarias independentes. No Brasil sofremos influência principalmente da filosofia dos Estados Unidos (como já é sabido) dessa maneira temos na Maçonaria, um poder federativo e também um poder regional. Para concluir, aqui no Brasil o que prevalece é o pensamento de direita.” (ENTREVISTADO 4).

Com a afirmação do entrevistado 4, pode ser realizado um entrelaço da ditadura militar e o intenso apoio dos Estados Unidos com os princípios da Maçonaria brasileira. O grande apoio dos EUA à ditadura certamente se reflete na aproximação da Maçonaria à ditadura justamente por ambas seguirem a filosofia norte-americana. Assim, como a Maçonaria brasileira possui um pilar de sustentação conservador herdado pelos Estados Unidos, a ditadura militar pós 1964 também teve bases fixas na filosofia norte-americana. Essa é uma evidência que, por seguirem princípios que provêm do mesmo alicerce, deixa claro o envolvimento não somente indireto, mas uma posição explícita e direta.

7.7 Força coesiva

A união que os maçons possuem de apoio mútuo aos irmãos e de garantia de amparo entre eles é exigida pela constituição da própria Maçonaria e é sintetizada na vida maçônica de cada participante.

Na Constituição do Grande Oriente do Brasil, promulgada em 17 de março de 2007, no título V do Poder Executivo, no capítulo I do Grão-Mestrado Geral Constituição, Competência e

Funcionamento, no artigo número 74 – o qual possui um parágrafo único – existe a afirmação de que ao Grão-Mestre Geral e ao Grão-Mestre Geral Adjunto eleitos serão dados o compromissos e terão que cumprir tal afirmação abaixo:

“Prometo, por minha honra, manter, cumprir e fazer cumprir a Constituição e as Leis do Grande Oriente do Brasil, promover a união dos Maçons, a prosperidade e o bem geral de nossa Instituição e sustentar-lhe os princípios e a soberania, bem como apoiar os poderes públicos, legitimamente constituídos dentro da verdadeira democracia e dos ideais difundidos por nossa Ordem, para melhor desenvolvimento de nossa Pátria e a felicidade geral do povo brasileiro”. (CONSTITUIÇÃO, 2007).

Na afirmação acima, são usadas palavras que colocam exposta a honra, portanto, a integridade de cada pessoa no intuito de garantir a união dos maçons. A força coesiva está, dessa maneira, incumbida na formação ideológica de cada maçom, o que acaba por garantir esse sentimento coeso de irmandade que existe entre eles e entre a própria instituição; ou que pelo menos afirmam existir.

Essa afirmação ficou amplamente exposta quando os entrevistados responderam como se sentiram ao serem convidados para entrar na Ordem Maçônica e se a instituição correspondeu às expectativas dos mesmos. Aos que responderam a essas perguntas não existiu uma essência de contrariedade entre eles; não houve alguém que realizou afirmações contra os ensinamentos maçônicos. Afirmam que “Qualquer cidadão de boa reputação se sentiria honrado ao ser convidado pela Maçonaria para fazer parte dela.” (ENTREVISTADO 2). Orgulham-se em ser maçons; isso porque acreditam que na ordem todos são iguais.

Para eles filosofia da Maçonaria é perfeita; um deles faz sátiras dizendo: “... pena que têm seres humanos freqüentando-a.” (ENTREVISTADO 5). Ou seja, na teoria, ela funciona corretamente, o problema da Maçonaria não é a instituição, mas a presença de seres humanos dentro dela; seres que são passíveis a erros e injustiças. Por isso, acreditam que a Maçonaria tem que, a cada dia, modificar-se, um exemplo disso é a abertura de novas lojas chamadas lojas universitárias.

“Isso porque percebemos que as participações políticas estavam diminutas e isso era reflexo da idade dos irmãos. Enxergamos que a juventude traz consigo a expectativa de mudança, o ânimo de lutas, as discussões políticas, assim as lojas universitárias dão a abertura para pessoas mais jovens entrarem na Maçonaria.” (ENTREVISTADO 3).

A abertura de lojas universitárias é uma tentativa de reestruturação da Maçonaria, com o intuito de solucionar problemas referentes às atuações maçônicas.

Quando são remetidos à tentativa de explicar como ocorre a força coesiva ou como funciona a hierarquia dentro da Maçonaria, deixam claro que no pensamento maçônico não existe uma hierarquia simples, a hierarquia tem um conceito multifacetário. “Pegando o sentido de imposição não posso dizer que isso ocorra na Maçonaria; agora pegando o sentido de respeito de se manter uma organização institucional isso certamente ocorre.”(ENTREVISTADO 3).
Afirmam ainda que:

“Teoricamente ela (a Maçonaria) é formada por pessoas íntegras, formadores de opinião, com base de personalidade forte, e, portanto, impossível de serem comandadas por um processo de ‘cima para baixo’, e como todos um dia terão potencial para comandá-la, a hierarquia só pode ser por respeito à experiência de cada um nela, sempre com bom senso.” (ENTREVISTADO 5).

Dessa maneira, enfatizando o respeito e a possibilidade de se chegar ao topo da hierarquia maçônica, os maçons afirmam que o crescimento de cada um depende dele mesmo, com base principalmente em estudos maçônicos. “Lá a gente percebe que a construção para um mundo mais fraterno depende da construção interna de cada pessoa. Isso só pode ser feito com muito estudo, com uma mudança do seu eu, e dessa maneira você poderá influenciar o mundo como um todo.” (ENTREVISTADO 11). Os estudos, logicamente, estão voltados para a transformação interna, porém, isso necessariamente tende a influenciar uma sociedade como um todo, pois mesmo não estando no topo da hierarquia maçônica, cada maçom está no topo hierárquico de uma sociedade.

“O que diferencia a Maçonaria das outras instituições é que todos chegarão ao topo da pirâmide, você hoje tem que obedecer, mas só dependerá de você mesmo sair dessa condição e chegar a outra.(...) Tudo lá é feito com muito respeito ao próximo e bom discernimento. Isso torna essencial para que a relação entre nós fique adequada.” (ENTREVISTADO 12).

Tanto o entrevistado que fez a afirmação acima, quanto o entrevistado de número 13 confirmam a existência de uma hierarquia multifacetária. Quando esse último afirma a divisão hierárquica da Maçonaria em aprendizes, companheiros e mestres faz a literal lembrança que “... a hierarquia não tem sinônimo de submissão, de ‘baixar a cabeça’, de controle dos mais fortes. Dentro da Maçonaria existem escolhas, e todos podem chegar a um patamar mais elevado, vai depender de seus estudos.” (ENTREVISTADO 13).

Com o pensamento de igualdade, liberdade de escolha e fraternidade entre os maçons fica possível garantir a força coesiva que dá abertura à existência de hierarquia e, mesmo essa existindo, à existência de coesão de irmandade entre os integrantes da Maçonaria. Isso porque acreditam que um maçom sente-se integrante do Universo como peça necessária, e não como simples espectador, ou mesmo adversário de tudo e de todos. Os impulsos vão cedendo lugar aos altruísmos e o ajustamento vai tornado-se cada vez mais espontâneo, a integração cada vez mais perfeita; é a felicidade a que se deve aspirar. (ENTREVISTADO 13).

No entendimento dos maçons, a Maçonaria busca a construção cada vez mais justa de uma sociedade humanitária e igualitária; porém, como os próprios afirmam, a teoria nem sempre se concretiza na prática. Cabe observar que a maioria dos maçons apresentam a instituição como a principal influência de suas vidas, porém, será que é essa teoria que defendem realmente? Será que não utilizam dessa filosofia para dar abertura de atuações muito diferentes dessas?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A existência de um regime autoritário, ou seja, mais especificamente de uma ditadura militar iniciada na década de 60, não foi resultado apenas da necessidade política de combater o desgaste que o regime democrático vinha sofrendo diante do inimigo interno, simbolizado pelo presidente da República João Goulart, fundamentado em Cuba; nem com relação ao desgaste que a política em atuação vinha proporcionando diante da classe média e outros setores do topo hierárquico da sociedade. A constatação de que foi elaborado o sentimento de caos político, econômico e social na população brasileira para que fosse possível – com cabíveis explicações – a realização do golpe militar com o apoio da população e sem “derramamento de sangue” é bastante plausível, porém, não é a única resposta para esta questão.

Como se espera ter demonstrado, além da existência da elaboração do caos, tudo indica que ao objetivo de implementação de um regime autoritário aliavam-se outras motivações e interesses, que embora objetivassem uma legitimação imediata dos atos da cúpula militar, tinham expectativas de mais longo alcance, as quais se sintetizam no domínio norte-americano no mundo global. O apoio dos Estados Unidos da América foi essencial para a realização do regime militar ditatorial que começou a ser estruturado e elaborado muito anteriormente ao golpe.

Além de interesses mais imediatos como a “derrubada” de João Goulart e o fim da política de reformas de base, proposta por ele, a estratégia de intervenção dos Estados Unidos, assim como dos militares, procurava atingir fins mais densos e duradouros. A partir de implementado um governo ditatorial, deu-se início à desarticulação social, fundamentada em atrocidades já sobejamente discutidas, e à reconstrução de saneamentos econômicos, políticos sociais e morais do Brasil. Todos os exímios atos estavam calcados na fundamentação de que era necessário promover o desenvolvimento global do país. Dessa maneira, conseguiram reflexos e conseqüências que hoje se apresentam no contexto político, econômico e social. Uma grande conseqüência é a alienação política, educacional e cultural da população; sem citar outras conseqüências que não cabem ao contexto conclusivo.

Diante da elaboração de uma nova consciência ideológica de massa, construída conforme diretrizes governamentais, restavam aos agentes sócio-políticos, pertencentes à elite, o domínio e a escolha dos legítimos objetivos a serem perseguidos pelo país, logicamente com o julgamento e a preferência dos autoritários que estavam no poder.

Baseando-se na atuação da elite nos propósitos governamentais autoritários pós-golpe de 1964, sugere-se o posicionamento de uma instituição formada por homens pertencentes a ela, os quais estavam entrelaçados nos ideais propostos pela classe social a que pertenciam. Com o intuito de demonstrar posicionamentos da Maçonaria, no contexto da ditadura militar brasileira, foi possível constatar o formal apoio dessa instituição aos atos ditatoriais. Não é por acaso que essa importante posição apresentou-se nesta pesquisa; a Maçonaria brasileira, após várias transformações desde seus primórdios até os dias atuais, finaliza por possuir princípios políticos essencialmente de “direta” – filosofia política herdada pela Maçonaria Norte-Americana. Fica claro, neste instante que, por pertencer à camada que se apresentava literalmente no poder e por possuir fundamentos políticos alicerçados nos mesmos embasamentos dos ditadores, a Maçonaria possivelmente apoiaria os atos ditatoriais.

É de extrema importância ressaltar ainda que, como foi discutido, os agentes sócio-políticos, a elite e os militares também contaram com um grande apoio Norte-Americano tanto para a implementação da ditadura, quanto para dar continuidade aos mandatos implementados. A linha que se seguiu, tanto na ditadura quanto na Maçonaria, foi a mesma: as influências e atuações dos Estados Unidos.

Foi possível constatar que a Maçonaria brasileira posicionou-se oficialmente a favor da ditadura militar pós-golpe de 1964. Ofícios realizados por grão-mestres da Maçonaria (GOB) foram apresentados publicamente com o intuito de confirmar e apoiar o governo que havia sido instituído posteriormente ao golpe. A princípio, questiona-se o fato de a população estar completamente alienada politicamente e acreditar na existência de um caos no país. Com essa alienação, a princípio, vários setores sociais apoiaram o golpe e a ditadura militar. Porém, com o passar dos anos e dos acontecimentos, os reais intuídos dos ditadores vieram à tona e, ao mesmo tempo, constatou-se a existência não de uma democracia voltada para o crescimento econômico

como sugeriam, mas sim a de uma férrea ditadura fundamentada em censura e torturas em vários os momentos.

Logo que se constataram as reais intenções dos militares, várias camadas populacionais voltaram-se contra as atuações autoritárias, porém isso não ocorreu com a Maçonaria. Ela continuava a elaborar ofícios que consentiam as atuações decorrentes naquele momento.

Esse posicionamento de consentimento da Maçonaria levou sérias complicações no Grande Oriente do Brasil pois, se de um lado a Maçonaria, como instituição, estava de acordo com os acontecimentos políticos da época, por outro, vários maçons não (consentiam) concordavam com o posicionamento da instituição. O grande problema era que a própria instituição servia de chave para apontar ao governo maçons que possuíam um pensamento que se divergia do aceito no momento.

Essa discordância entre parte da população maçônica e a instituição em si deu abertura à existência da crise institucional que a Ordem enfrentou nos anos 1970. Essa crise resultou não somente na cisão de 1973 – cisma paulistinha – mas também em atuações da Ordem. Nessa fase, a Maçonaria teve suas atividades muito diminuídas, pois, o formal apoio à ditadura proporcionou como conseqüência a existência de perseguições explícitas a maçons que não estavam de acordo com o posicionamento da instituição. Iniciou-se, na Maçonaria, o apoio ao governo com o intuito de findar filosofias contrárias ao autoritarismo instituído na época.

Esse é um episódio que demonstra a transformação da Maçonaria de modo geral, que passa de liberal, com fundamentos da Maçonaria Francesa em busca de uma Igualdade, Liberdade e Fraternidade, baseada em conquistas sociais, para uma outra Maçonaria conservadora, de apoio a uma situação governamental que contraria os seus princípios.

Isso ficou claro tanto no momento do golpe quanto na anistia. Assumindo o liberalismo francês dos eventos de 1789, teve atuações marcantes na independência do Brasil; e, assumindo os postulados positivistas, na proclamação da República, enredou-se nos anos 60 nas complexidades

dos projetos de reforma de João Goulart e orientou-se na oposição com visões conservadoras que resultaram no apoio ao golpe de 1964.

Conclui-se, dessa maneira, que a Maçonaria como instituição esteve ao lado das atuações militares, do governo instituído pós-golpe de 1964. Porém isso não exclui a existência de maçons que eram contra as atuações militares; entretanto teriam que, necessariamente, abster-se de questionamentos, indagações e afins dentro das lojas, pois a Ordem não hesitou em denunciar maçons que estavam contrariando o governo.

Como foi apresentado, o presente trabalho procurou traçar um breve percurso sobre a história da Maçonaria; além de relatar seu surgimento, situou os seus principais acontecimentos e seus opositores, como, por exemplo, a Igreja Católica – opositor que continua a atuar contra a existência de maçons. Observa-se que, mesmo com crises internas, os posicionamentos e atuações da Maçonaria continuam, até hoje, presentes na sociedade como um todo. A união continua e as atuações subterrâneas, que obviamente não são comumente reveladas, permanecem no atual contexto sócio-político e econômico. Mas, nesta atuação, não se deve esquecer das palavras de um entrevistado que, referindo-se à idéia do suposto caos dos anos 60, assinala: “Naquela época não havia caos, não havia bagunça, nem muito menos inocência: todos estavam engajados politicamente (...). O movimento social estava eclodindo, não havia de maneira alguma alienação. A propósito, ela só ocorreu a partir dos anos 70, quando a ditadura já estava nos seus anos de ferro.” E a História não perdoa ingenuidade e ou inocência nos seus registros. Nas tramas dos jogos políticos, as oposições feitas por pessoas ou grupos são conscientes, portanto, responsáveis.

REFERÊNCIAS

- ARENDT, Hannah. **Verdade e Política**; trad. Manuel Alberto. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 1995.
- ASLAN, N. **A Maçonaria Operativa**, Rio de Janeiro: Editora Aurora, 1982.
- ASLAN, N. **Biografia de Joaquim Gonçalves Ledo**, Rio de Janeiro: Editora Maçônica, s/d.
- BARATA, A. M. Barata, Alexandre M. A maçonaria e a ilustração brasileira. **Hist. cienc. saude-Manguinhos.**, v.1, n.1, p.78-99. out. 1994. ISSN 0104-5970.
- BERGO, Antônio Carlos. O positivismo: caracteres e influência no Brasil. **Revista Reflexão.** ano 8. n. 25. jan-abr. 1983.
- BOUDON, Raymond. **Métodos Qualitativos em Sociologia**. Rio de Janeiro: Vozes, 1971.
- CALDEIRA, Jorge. **Viagem pela história do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. ISBN: 85-71646-58-9.
- CANTU, Césare. **História Universal**. São Paulo: Edameris, 1963.
- CASTELLANI, José. **A Ação Secreta da Maçonaria na Política Mundial**, São Paulo: Editora Landmark, 2001. ISBN: 8588781-02-6.
- CASTELLANI, José. **História do Grande Oriente do Brasil: A Maçonaria na História do Brasil**, Brasília-DF: Gráfica e Editora do Grande Oriente do Brasil, 1993. S/ ISBN.

- CASTELLANI, José. **Origens do Misticismo na Maçonaria**. São Paulo: Editora Traço, 1982.
- CHIAVENATO, José Júlio. **O Golpe de 64 e a Ditadura Militar**. São Paulo: Moderna, 1994. ISBN: 85-16040-47-X.
- CINTRA, Assis. **Brasil de Outrora**. São Paulo: Monteiro Lobato & Co., 1922.
- COMTE, Auguste. **Discurso sobre o espírito positivo**. São Paulo: Martins Fontes, 1990. ISBN: 85-336-0922-1.
- CONSTITUIÇÃO do Grande Oriente do Brasil. Disponível em: [http://www.gob-sc.org.br/uploads/Constitui%E7%E3o%20do%20GOB%20\(2007\).pdf](http://www.gob-sc.org.br/uploads/Constitui%E7%E3o%20do%20GOB%20(2007).pdf)> Acesso em: 19 jun. 2007.
- COSTA, Frederico G. **Breves ensaios sobre a História da Maçonaria Brasileira**, Londrina: Editora Maçônoica A TROLHA Ltda, 1993.
- CPDOC/ FGV - Centro de Pesquisa e Documentação da História Contemporânea do Brasil. Disponível em: http://www.cpdoc.fgv.br/nav_fatos_imagens/fotos/golpe64/EL640409_3_6.jpg> Acesso em 3 abr. 2007.
- DEBERT, Guita Grin. **Poder e ética na pesquisa social**. *Cienc. Cult.*, v.55, n.3, p.30-32. Jul/Set., 2003.
- DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1981. ISBN: 85-32632-32-7.
- DEMO, Pedro. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**, 2. ed., São Paulo: Atlas, 1989.

- DURKHEIM, E. **Lês règles de la methode sociologique**. Paris, 1985.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade e São Paulo, 2006. 12 ed. ISBN: 85-314-0240-9.
- FERREIRA, Manoel Rodrigues; LÍVIO, Tito. **A Maçonaria na Independência Brasileira**, São Paulo: Gráfica Biblos Ltda., 2. ed., v.2, s/d,.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996. ISBN: 85-15013-59-2.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1991. ISBN: 85-32605-08-7.
- GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. ISBN: 85-35902-77-5.
- HABERT, Nadine. **A Década de 70: Apogeu e crise da ditadura militar brasileira**. São Paulo: Ática 1996. ISBN: 85-08042-19-0.
- HABERMAS, J. **Conhecimento e interesse**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004. ISBN: 85-88208-58-X.
- HOARE & Geoffrey NOWELL-SMITH. **Selections from the prison notebooks of Antonio Gramsci**. London: Lawrence & Wishart, 1973.
- IANNI, O. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil**. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1986. ISBN: 85-20003-37-0.

- IANNI, O. (org.). **Marx**. São Paulo: Ática, 1996. ISBN: 85-08017-09-X.
- IANNI, O. **Teorias da Globalização**. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1999. ISBN: 85-20003-97-4.
- LINHARES, Marcelo. **História da maçonaria**. Londrina-PR: Editora A Trolha, 1992.
- LOJA MAÇÔNICA. Disponível em: <www.lojamaconica.org.br> Acesso em: 25 jan. 2007.
- KAPLAN, Abraham. **A conduta na pesquisa: metodologia para as Ciências do Comportamento**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 1975.
- MCCLEARY, Elliott. **Rotary no Mundo**. Evanston: Rotary Internacional, 1975.
- MENDONÇA, M. G.; PIRES, M.C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Thomson, 2002. ISBN: 8522102961.
- MILL, J. S. **A system of logic**, London, 1936.
- MOURA, Denise A. Soares de. Colônia "civilizada". **Jornal da USP**, São Paulo, n. 413, nov. 1997.
- NOBRE, José Jamê. Disponível em: <<http://www.vivos.com.br/280.htm>> Acesso em: 23 jan. 2007.
- NOSSA HISTÓRIA. Editora Vera Cruz, ano 2, n. 20, jun. 2005.
- OSAKABE, Haqaira. **Argumentação e discurso político**. São Paulo: Kairós, 1979.
- PAIVA, C. **Carlos Lacerda 1914-1977**. Depoimento/ Carlos Lacerda; prefácio de Ruy

Mesquita; organização de texto, notas e seleção de documentos/ Cláudio Lacerda Paiva. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1972.

- O PECADO Original. **Dinheiro**, São Paulo; n.123, jan. 2000.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva**. 2. ed. São Paulo: CERU e FFLCH/USP, 1983.
- RAMOS, Jorge. **O que é Maçonaria**. Lisboa: Editora Minerva, 1. ed., 1983.
- SADER, Emir. **A transição no Brasil**. São Paulo: Atual, 1990.
- SANTOS, Sérgio Gil Marques dos. Ligações perigosas: as relações entre Estado e ciência no Brasil do pós-guerra. **História, Ciência, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro; v. 8, n. 1, 2001.
- SETTON, Maria da Graça Jacinto. **Rotary Club - Habitus, Estilo de Vida e Sociabilidade**. São Paulo: Annablume, 2004.
- SHAW, James D. **O engano fatal**. Minas Gerais: Missão Horizontes, 2000. S/ ISBN.
- SILVA, Golbery de Couto. **Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1967.
- SILVA, Golbery do Couto. **Planejamento estratégico**. Rio de Janeiro, Cia. Ed. Americana, 1995.
- SILVA, Zander Campos da. **Lions Club: the great idea of Mervin Jones**. Goiânia: Única, 1995.
- SILVA, Zander Campos da. **Pequena história do leonismo brasileiro**. Goiânia: Quadro, 1984.

- SIMMEL, G. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.
- TOLEDO, Caio Navarro. **O governo de Goulart e o golpe de 64**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- TOWERBRIDGE Disponível em:
<<http://www.towerbridge.org.uk/TowerBridge/English>> Acesso em: 23 jan. 2007.
- TUNES, Elizabeth; SIMAO, Lívia Mathias. **Sobre Análise do Relato Verbal**. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 9, n. 1, 1998.
- VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. O nacionalismo desenvolvimentista e a política externa independente (1951-1964). **Revista Brasileira de Política Internacional**. v. 37, n.1, jan – jun, 1994.

ANEXOS

ANEXO 1
SÍMBOLO DA MAÇONARIA



ANEXO 2

AVISO PAROQUIAL

Aviso Paroquial **A MAÇONARIA**

Vim a saber com grande amargura que em nossa Paróquia de São Dimas se vai fundar uma Loja Maçonica cuja sede já preparada na Vila Ema, receberá dentro em breve os novos adeptos. É meu dever de Pastor das almas, prevenir o rebanho que me foi confiado.

Ninguém se iluda. A Maçonaria é uma seita secreta condenada reiteradas vezes pela Igreja Católica, e não é possível a nenhum católico ser a um tempo maçom e filho da Santa Igreja. Há uma incompatibilidade radical entre a Maçonaria e a Igreja Católica.

Por mais que os maçons procurem iludir os fiéis dizendo se tratar apenas de uma sociedade beneficente e de fins altruísticos, não é possível conciliação alguma entre as duas ideologias. **Não se pode ser católico e maçom.** Ficam pois assim prevenidos todos quantos estejam para se filiar à Maçonaria, que **incorrem na pena de excomunhão.**

E como excomungados não podem participar da vida da Igreja. Estão excluídos do gremio da Santa Igreja desde o momento em que prestem o juramento maçônico. Esta excomunhão foi lançada pelos Papas **Clemente XII, Bento XIV, Pio VII, Gregório XVI, Pio IX, Leão XIII, Pio X e Pio XI.** O Código do direito Canônico nos cânones 342, 693, 1065, 1241, 1453, 2353, 2339, inculca penas contra a Maçonaria e os que a ela se filiam.

Que mais é preciso para um católico? A Igreja venerável que luta há vinte séculos pela integridade da fé há de ter razões muito graves para fulminar tais e tão graves penas. Querem alguns católicos dar lições à Velha Igreja de Cristo? Quem deseje obstinadamente se filiar a Maçonaria que o faça. Não podemos lhe tirar a liberdade.

Todavia fiquem sabendo todos, e para evitar futuros dissabores e mal entendidos, quem se fez maçom, não procure a Igreja para os Sacramentos, nem para qualquer ato da sua vida espiritual e litúrgica. O excomungado como diz a palavra, está excluído da Igreja Católica. **Não pode existir católico maçom nem maçom católico.** Nada de confusões!

Si por desgraça, alguns dos meus paroquianos se fizer maçom, julgue-se excluído do seio da Igreja. É um excomungado na legítima expressão do termo. E como tal não pode receber os Sacramentos, a não ser que renuncie a Maçonaria e abjure o erro. Não pode ter funerais na Igreja após a morte, nem missa de sétimo ou trigesimo dia, etc.

Não se celebram missas por excomungados. Previno pois às Famílias dos mortos na Maçonaria sem se terem reconciliado com a Igreja e abjurado a seita, que não insistam, nem sejam imprudentes querendo exigir sufrágios por defuntos maçons.

O maçom não se apresente como padrinho de batismo ou de crisma, nem tome parte alguma em festas de Igreja ou em qualquer atividade religiosa.

Fiquem todos pois assim prevenidos para que não venham criar casos nem celêumas na Igreja, em lamentáveis questões que já tem trazidos serios conflitos entre sacerdotes e maçons. Peço aos maçons de minha paróquia um pouco mais de coerência e sinceridade nas suas atitudes. Considerem-se excomungados, desligados da Igreja Católica na qual foram batizados e viveram, e á qual renunciaram pela Maçonaria, seita condenada muitas vezes pela Santa Igreja. E repito: **Não se pode ser católico e maçom, nem maçom católico.**

Nada de confusões! Não desejo abrir luta contra a Maçonaria, nem polemicas estereis. Quero, e isto é meu dever, avisar o rebanho que me foi confiado que a **Maçonaria é uma sociedade secreta, dezenas de vezes condenada pela Igreja, e que são excomungados os maçons.** E peço aos maçons de minha paróquia esta sinceridade, esta coerência de atitudes: não se imiscuam em coisa alguma da vida da Igreja, e como excomungados, não se digam católicos. **"Tirem a máscara"** com dizia Leão XIII.

E fiquem avisados os fiéis, para que não ousem convidar para padrinhos de batismo ou de crisma ou testemunhas de casamento, ou festeiros, enfim para qualquer manifestação externa da vida da Igreja, a um maçom. Evitemos incidentes desagradáveis. Sejam prudentes os senhores maçons, e como excomungados retirem-se da Igreja.

Este aviso será afixado na porta da Matriz de São Dimas e de todas as Igrejas da paróquia.

São José dos Campos, Dezembro, 1953.

Mons. Ascanio Brandão
Pároco de São Dimas

ANEXO 3
CARTA A GALLOTTI

Rio, 18 de Janeiro de 1969

Gallotti

Fraternal abraço, extensivo à Nieta e aos filhos.

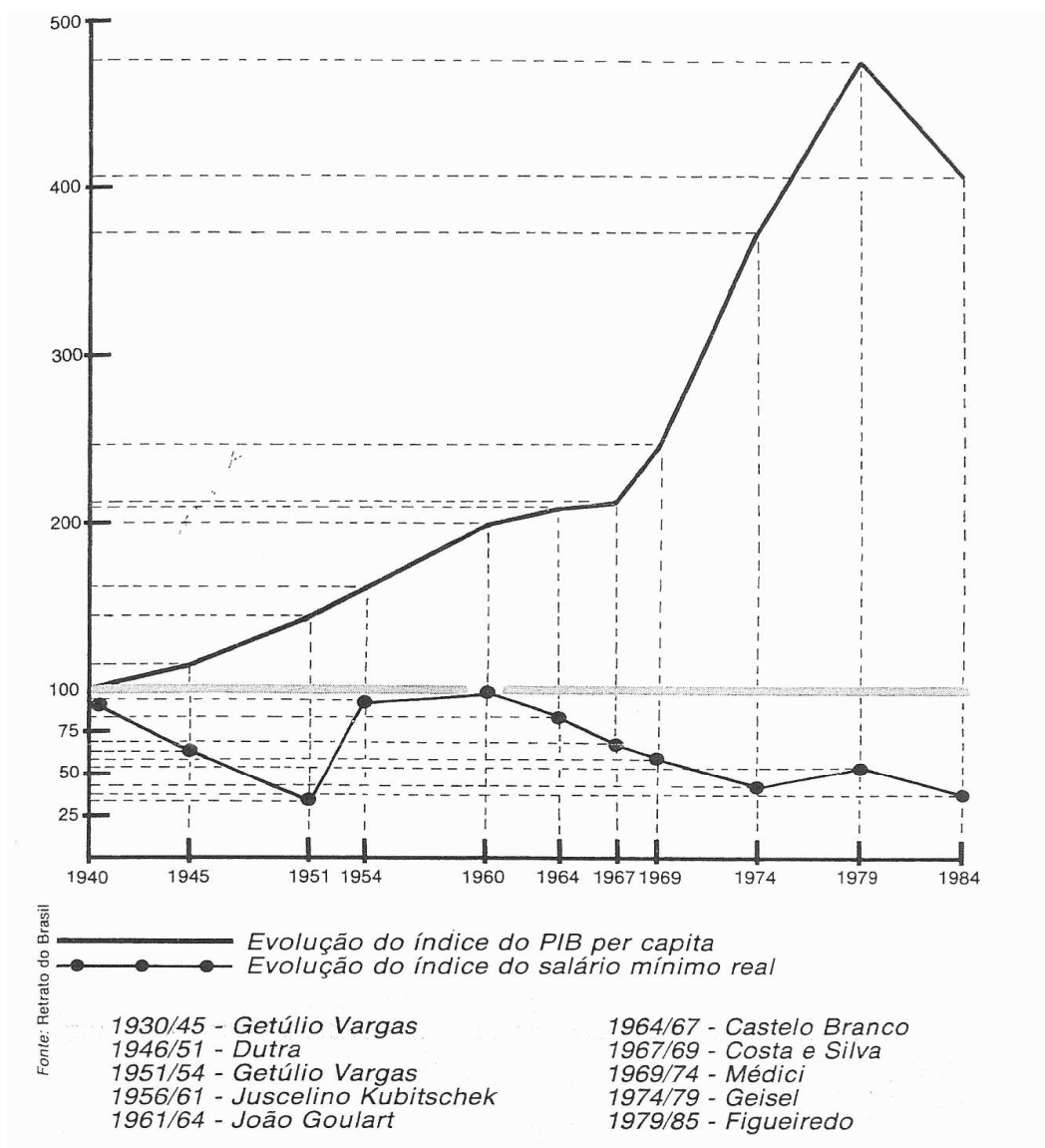
Não podia nem posso assistir indiferente ao atentado contra o Poder Judiciário, praticado pelo Sr. Presidente da Republica. A consciencia me dizia e me diz que tinha e tenho o dever de reagir, dentro da ordem, contra as medidas tomadas em prejuizo da independencia da Magistratura, a fim de pô-la ao serviço da facção militar que se apoderou do Poder Civil em nossa Patria. Expedi, dentro desta orientação, aos Magistrados atingidos os telegramas e a carta, cujas cópias ora lhe envio.

Lembrei-me do episódio de 1931 que feriu notáveis Ministros do Supremo Tribunal Federal, entre os quais o nosso inolvidável Pires e Albuquerque, de maneira identica à que acaba de ser empregada contra Juizes do atual Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal Militar. Rememoro o acontecimento com as palavras que escrevi em reparação dos Ministros desrespeitados em 1931 e, na pessoa deles, o Supremo Tribunal Federal. Mando-lhe, com as minhas palavras, as de Hermenegildo de Barros e de Pires e Albuquerque. Segue, também, para conhecimento seu e dos Ministros que se encontram nesta cidade, o texto, por cópia, da carta que acabo de escrever ao General Mourão Filho.

Afetuosamente, o amigo e admirador,

ANEXO 4
GRÁFICO PAÍS RICO, TRABALHADOR POBRE

Gráfico 1: País rico, trabalhador pobre.



Período 1940-1984

Base 100 = 1940 (instituição do salário mínimo)

Fonte: SADER, 1990. p.27.

APÊNDICES

APÊNDICE 1
QUESTIONÁRIO

- 1) Qual a sua idade?
- 2) Quando entrou na Maçonaria?
- 3) Como se sentiu ao ser convidado para entrar na Ordem?
- 4) Tinha curiosidade sobre a Maçonaria antes de entrar nela?
- 5) A Instituição corresponde a suas expectativas?
- 6) Lá dentro tem hierarquia? Como são tomadas as decisões? Há um processo de debate ou é colocada de cima para baixo?
- 7) Quantos anos o senhor tinha quando aconteceu o golpe de 1964? Como era a sua vida naquele momento?
- 8) O que é o caos para você? E a ordem?
- 9) Essa idéia é a mesma da Maçonaria?
- 10) O que a Ordem Maçônica colabora para mudanças na sociedade? E com relação à mudanças políticas-sociais?
- 11) Como você entende o poder e o que é o poder para você? A Maçonaria pode ser um poder? Qual a função dela em relação à política?

- 12) Na tomada do poder em 31 de março de 1964, além do poder legal nacional e internacional, houve alguma influência de algum outro tipo de poder independente de qual seja ele?
- 13) Conhecia alguma autoridade daquela época que participou deste contexto e que era da Maçonaria? Quem?
- 14) Se eu fosse fazer um conceito geral, eu poderia dizer, e afirmar, que a Maçonaria participou na elaboração do golpe?
- 15) Em qual lado a Maçonaria estava: na tomada do poder ou na resistência dessa tomada?
- 16) Tinham grupos maçônicos a favor ou contra a ditadura? O cisma paulistinha de 1973 teve algo com relação à ditadura militar?

APÊNDICE 2

ENTREVISTAS

ENTREVISTA 1

Descrição do entrevistado: Fazia parte da cúpula política de João Goulart

- 1) Sentia-se o clima de caos dentro do gabinete ou isso não era claro para as pessoas que estavam no poder, ou melhor, do outro lado?

Eu que trabalhava com Jango muitas vezes, o Jango teve uma péssima campanha, enquanto ele tinha bastante ligação com o Kruel (General Amaury Kruel – chefe do Gabinete Militar – Homem de centro) ele estava garantido, porque ele disse ao Jango “ Se você quiser eu seguro essa brincadeira toda, mas você tem que tirar o Brizola daí.” O Brizola e um outro cara que era general que era o Assis Brasil (substituiu o Gen Amaury Kruel – Homem de esquerda) , nessa condição ele seguraria e não teria acontecido o que aconteceu.

O Jango: “Agora já estou com eles vou continuar com eles.” E aí aconteceu o famoso comício da Central, onde disparou tudo.

Houve uma revolta das forças armadas contra essas idéias predominantes e o sargento, você sabe que as forças armadas são baseadas em uma linha geral o comando, abaixo comando, os subordinados, sargento, soldados e cabos, não se admite uma virada na hierarquia, e começou a haver quebra na hierarquia, isso é uma coisa que pouca gente percebeu. A quebra da hierarquia levou certos militares a assumirem uma posição muito forte.

No dia 31 de março o pessoal tomou o correio, toda a ligação de Brasília era feita via canais de rádio, e outros canais via correio. Cortou-se, assim, toda a comunicação de Brasília, ficou completamente isolada do mundo, e essa falha de comunicação foi outra coisa bárbara, sem comunicação não sai nada.

Hoje em dia é muito mais difícil, a rede hoje é muito maior, não tem mais rede naqueles sentidos de conexões, você tem uma monumental, com a Internet você está falando com o mundo inteiro e não tem controle.

2) Pós-golpe o senhor foi para Porto Alegre e Rio de Janeiro. Sentia-se perseguido?

Primeiro eu fui encaminhado para o Rio de Janeiro para me apresentar lá no Ministério que eu estava, não sabiam se eu estava preso ou não estava preso. Fui lá e me apresentei, me disseram: “Você vai ficar aqui esperando para a gente decidir o que que a gente vai fazer com você.” Aí eu tinha que ir lá todos os dias, até que me mandaram para Porto Alegre, a família da minha primeira mulher era de lá, pelo menos eu tinha uma base, mas tinha outro problema, o pai dela que era falecido era colega de turma do Jango. Quando eu cheguei em Porto Alegre todo mundo já estava à espera, pois demorei de mais, eu tinha que pegar a minha mudança em Brasília.

Fiquei mais ou menos três anos em Porto Alegre, lá aconteceu um fato muito interessante, no meio dessa confusão toda tinha um major que era ligado ao departamento de supressão propriamente dita, ele era paraquedista, ele vinha do Uruguai caçar pessoas, um dia ele chegou e partiu para me agarrar, eu peguei a arma e me protegi. Desci, falei com o general e ele disse que seguraria essa barra. Ele nunca mais fez nada, mas foi nesta base, tive até ameaça física. Aí assumiu depois o Médice, sempre tive uma amizade muito boa com ele, ele era engenheiro também, colegas meus que davam aula lá na PUC em Porto Alegre, então a gente tinha uma amizade muito boa, me falaram em uma ocasião: “A gente não tem nada contra você, você não é comunista!”

3) Depois do golpe o senhor ainda teve algum contato com João Goulart?

Não, eu tive contato com pessoas da família dele que me procuraram, a mulher dele foi morar no Rio de Janeiro.

4) Para o senhor, o que seria realmente um poder, de um ponto de vista geral, por exemplo, a maçonaria pode ser comparada com um poder governamental legal?

A maçonaria tem uma estrutura pessoal e uma estrutura de vida muito boa para comparar com uma estrutura de governo. A estrutura de governo é bem diferente da estrutura da maçonaria. A estrutura da maçonaria é mais voltada para a parte pessoal, a estrutura do governo é mais voltada para a parte de comando.

Os maçons na época, que estavam ligados a estrutura de governo poderiam trazer um apoio muito grande por causa da ligação pessoal, dessa formação mais genérica e mais política, etc. que eles tinham que os militares não tinham.

Os militares têm uma formação psicológica muito grande, dentro da área tecnológica, ou muito boa na parte de direito romano. Os militares estudam, você tem uma idéia de como é a formação dos militares? Vou te falar o que eu fiz: eu entrei em 1952 na Escola Preparatória, são três anos, é equivalente ao colegial, a gente faz toda a parte teórica do colegial já com a parte militar básica, ou seja, tudo aquilo que o soldado e o cabo tem que fazer, aprender a atirar, vai para acampamento, um monte de coisa que os militares fazem; depois eu fui para a Academia Militar Brasileira, na época eram três anos, agora são quatro, o que te dá o grau de aspirante a oficial, aí você faz um ano de estágio e recebe o grau de segundo tenente, essa é a formação, é um curso bastante teórico, pesado. Depois o camarada ou pode escolher ir para a área militar ou fazer engenharia, eu escolhi fazer engenharia, fiz faculdade de engenharia eletrônica, depois ainda fiz mestrado, mais três anos, e doutorado, mais quatro anos. É pesado! Fiquei muito tempo dando aula, mas fiz muitas coisas paralelas.

5) Então o senhor acha que a grande diferença é que a Maçonaria tem um poder, mas um poder de ligação pessoal (de união pessoal), e no militar eu tenho um poder de ligação mas profissional. E o pessoal é muito mais forte que o profissional?

Eu acho que se a gente conseguisse associar o pessoal, que é a maçonaria, a esse profissional, me daria uma força muito grande. Sempre que houve a conexão entre a parte pessoal e a parte profissional a coisa foi forte. Diria o seguinte: entre esses generais que eu conheci, Geisel, Médice, eles não eram diretamente maçons, mas eles eram muito ligados a grupos de maçons. E o

Costa e Silva era mais folgado, ele queria fazer o joguinho dele, o buraquinho dele, jogar nas corridas de cavalo, mas os outros não.

6) O senhor acha que além do poder legal, na tomada do poder em 31, houve alguma influência de algum outro tipo de poder, além desse poder legal militar, independente e qual seja ele?

O exterior, houve muita influência do exterior. Europa nem tanto, mas mais os Estados Unidos. Tem mais coisas sobre nós lá, eu não sei se está disponível, tem muita coisa que é interessante, se tiver oportunidade.

7) O senhor conhecia alguma autoridade daquela época que participou e que era da maçonaria?

Como eu não era maçom na época eu conheci várias pessoas que eu sabia que era maçom, eu trabalhava mais nessa área de engenharia, eu não era ligado muito a quartel essas coisas, era mais ligado ao pessoal de chefia, de comando, à parte de administração de grupo.

8) Se eu fosse fazer um conceito geral, eu poderia dizer, e afirmar, que a maçonaria participou na elaboração do golpe ou o senhor acha que não?

Eu cortaria esse nome golpe, não foi bem isso, na verdade houve uma tomada de poder porque o poder caiu. O que aconteceu foi o seguinte: O poder do Jango sumiu, o Brasil ficou sem comando de repente, houve essa tomada aí que normalmente chamam isso de golpe; eu acho esse nome é muito forte, o golpe teria luta armada, teria derrubada, teria canhão nas ruas, não houve nada disso. Só houve um lugar que teve alguma coisa, que foi aqui na área de São Paulo.

9) O senhor acha que eu poderia falar que a Maçonaria estava dos dois lados, tanto da tomada de poder quanto da resistência dessa tomada?

A maçonaria estava buscando uma coisa séria, frente ao caos que estava, o Jango não tinha mais o poder, quando aconteceu o comício na central do Brasil, foi a coisa mais diferente que eu já vi

na minha vida. A gente sentiu que não tinha mais poder, não existia mais república, não existia mais nada, ela caiu sozinha, se desfez, essa é a verdade. Então é por isso que eu não aceito muito o termo golpe, eu aceito mais uma tomada de comando, uma tomada de controle, então ela estaria do lado de colocação da ordem, sem interesses de poder pessoal.

10) Então ela estaria de um lado de “vamos colocar a ordem”?

Eu vou te dizer uma coisa, muito pelo começo, nenhum deles tinha um interesse pessoal, nenhum deles tinha interesse de poder pessoal. Foi uma necessidade de momento, o Brasil está sem freio, sem nada e temos que organizar.

Hoje é perigoso o que está acontecendo no governo Lula, ele está dando esmola, e isso dá medo, governo popular é algo diferente do que está acontecendo. Eu acho que as forças armadas está muito quieta, graças a Deus, eu espero que se esse negócio cair, que caia sozinho, aí as forças se viram para reorganizar.

ENTREVISTA 2

Definição do entrevistado: advogado e maçom.

1) Qual a sua idade?

Tenho 75.

2) Quando entrou na Maçonaria?

Entrei na Maçonaria no fim da década de 60, início de 69.

3) Como se sentiu ao ser convidado para entrar na Ordem?

Qualquer cidadão de boa reputação se sentiria honrado ao ser convidado pela Maçonaria para fazer parte dela. Orgulho-me de ser maçom.

4) Tinha curiosidade sobre a Maçonaria antes de entrar nela?

Não necessariamente curiosidade, tinha o que todo mundo tem, queria saber o que era mas não era nada que me intrigava. Vivia a minha vida sem ao menos me lembrar que ela existia. É engraçado você me perguntar essas coisas pois só agora parei para pensar nisso.

5) A Instituição corresponde a suas expectativas?

Para você ter uma idéia de como a maçonaria é importante para mim não posso deixar de falar primeiro o que ela significa. Ela é corporativista, ou seja, nos unimos para um mesmo fim; ela tem uma base filantrópica (de ajuda mútua); ela tem bases filosóficas, na qual estuda-se filosofia clássica e os simbolismos que usamos; e ela é política, porém não é partidária.

6) Lá dentro tem hierarquia? Como são tomadas as decisões? Há um processo de debate ou é colocada de cima para baixo?

Não existe hierarquia na Maçonaria, tal qual a conhecemos no mundo profano. Na Ordem todos são iguais. O que existe é o direito de frequentar reuniões de acordo com o grau maçônico de cada Irmão. Recebe-se grau superior por meio de estudo, freqüência, participação e merecimento.

7) Quantos anos você tinha quando aconteceu o golpe de 1964? Como era a sua vida naquele momento?

Eu tinha 32 anos, ainda não era casado, casei logo depois, em setembro de 1965. Eu era empregado de fazendeiro daqui do vale do Paraíba. Fazia todo o tipo de documentação para ele. Como advogado trabalhei vários anos da minha vida. Hoje não exerço mais, estou aposentado.

8) O que é o caos para você? E a ordem?

A ordem pública é o estado de tranqüilidade e normalidade que o Estado assegura às instituições e à sociedade como um todo, de acordo com as normas jurídicas legalmente estabelecidas. O caos se sintetiza como algo que não está dentro dessas normas jurídicas, porém isso tem que ocorrer em grandes quantidades.

9) Essa idéia é a mesma da Maçonaria?

Seguramente que sim, pois essa é a idéia aceita e defendida dentro da área que trabalho, e essa idéia é seguida pela sociedade como um todo. Está baseada nas leis constitucionais.

10) Como você entende o poder e o que é o poder para você? A Maçonaria pode ser um poder? Qual a função dela em relação à política?

Existem vários tipos de poder: o legítimo, o poder de fato, o poder legal, o arbitrário, o poder Judiciário, o Executivo, etc. A Maçonaria poder ter o poder, mas ela não é necessariamente ele simbolizado.

11) Na tomada do poder em 31 de março de 1964, além do poder legal nacional e internacional, houve alguma influência de algum outro tipo de poder independente de qual seja ele?

Sobre isso eu desconheço.

12) Conhecia alguma autoridade daquela época que participou deste contexto e que era da Maçonaria? Quem?

Sim. Naquela época o desconforto social era muito grande. Para se ter noção disso as pessoas faziam passeatas para apoiar a implementação de uma nova ordem, pois vivia-se em uma turbulência política.

Quem? Acho um pouco antiético citar nomes neste momento, desculpe.

13) Em qual lado a Maçonaria estava: na tomada do poder ou na resistência dessa tomada?

Nesta época tivemos poucas coisas oficiais sobre o ponto de vista da Maçonaria. Vivendo no contexto não dava para se ter uma clara idéia do que estava acontecendo naquele momento. Hoje a gente consegue fazer uma análise muito mais profunda, mas quando você está dentro da situação, dentro do momento a parte analítica acaba ficando prejudicada.

Penso que se compararmos com a ditadura de Vargas, a Maçonaria só poderia estar a favor, pois não houve perseguições à instituição. Mas alguns maçons foram perseguidos, isso era pessoal.

14) Tinham grupos maçônicos a favor ou contra a ditadura? O cisma paulistinha de 1973 teve algo com relação à ditadura militar?

As duas coisas, tanto a favor tanto contra. Eu particularmente, a princípio, era a favor, porém com o passar do tempo consegui enxergar o vandalismo, a ditadura e os abusos que aconteciam naquela época.

A prática de tortura era algo constante e corriqueiro durante o regime militar. Pessoas morriam, existem pessoas que fazem psicanálise até hoje por causa das conseqüências da tortura. Isso, mesmo que a gente consiga legalmente indenizações governamentais, não tem preço, é algo que as pessoas levarão para o resto de suas vidas. Me entristece muito lembrar de tudo isso, meu irmão, que já se foi, era uma dessas pessoas que sofreram, que entregaram a vida por uma ideologia em busca de um mundo melhor e mais humano.

ENTREVISTA 3

Definição do entrevistado: Participante e construtor de críticas e sátiras políticas do sistema brasileiro. Exilo-se no início de 1964, antes do golpe acontecer.

1) Por que exilou-se antes do golpe acontecer?

“Eu fiquei sabendo pela maçonaria, que meu pai era maçom, que iria haver uma revolução no Brasil e que meu nome estava na lista da marinha, no SENEMAR, que eles iriam me pegar e me prender por causa da música do ‘porta-aviões’. (...) Não demorou dois meses eu estava em Portugal, e estourou a revolução realmente aqui (...). Eu não fui tão burro a ponto de ser exilado. Aos exilados faltou percepção, será que eles não iriam saber. Estava evidente no Brasil que iria estourar um ‘negócio’, greves por todo lado, estopins, ninguém mais entendia nada, no tempo do Jango (...).

2) Como que a maçonaria te ajudou?

A maçonaria trabalhou por detrás. Eu já sentia que estava para estourar o negócio.

Qual era a influência, na sua visão, da maçonaria no quadro político daquela época?

3) Qual era a influência, na sua visão, da maçonaria no quadro político daquela época?

A maçonaria sempre teve uma importância política em todo o mundo, desde o tempo de Cristo (...), trabalhava sempre *underground*.

ENTREVISTA 4

Definição do entrevistado: maçom (grau 33) e escritor.

1) Qual a sua idade?

83.

2) Quando entrou na Maçonaria?

Ah, faz muito tempo, não me lembro a data exatamente, mas ou foi em 62 ou em 63.

3) Como se sentiu ao ser convidado para entrar na Ordem?

As expectativas iniciais de uma pessoa jovem são sempre de mudança, de tentativas de reformas, de revoluções, mas conforme a vida vai passando a gente vai aprendendo que tudo tem seu porque, e que mudanças em um contexto geral são difíceis de acontecer.

4) Tinha curiosidade sobre a Maçonaria antes de entrar nela?

Com certeza, e é por isso que tenho o prazer de estudar a cada dia mais sobre ela. Veja bem, para se entender a Maçonaria é preciso começar de seus primórdios. A ligação inicial da Maçonaria com a Igreja Católica era muito grande; isso porque os maçons eram contratados pelas igrejas nas construções de catedrais. O contrato era coletivo, e é nesse ponto que surgem os problemas trabalhistas.

Outro problema estava relacionado com as confissões, os maçons possuíam segredos entre eles e as confissões eram exigidas pela igreja simplesmente para se ter o poder e controle sobre todas as coisas.

Isso se acirra quando a Maçonaria literalmente assume o Iluminismo como corrente condutora de idéias e ideologias. O papa excomunga muita gente, o Estado se desvincula da Igreja; o ensino passa a ser laico, a maioria dos ministros franceses são também maçons.

Dentro da Maçonaria não se é contra igrejas. Você pode ter a religião que você quiser, a única exigência é que você acredite em algum Deus, independentemente de como ele chame. A gente generaliza seu nome como: O Grande Arquiteto do Universo.

5) A Instituição corresponde a suas expectativas?

Sim, hoje a Maçonaria está se modificando. Existem lojas universitárias. Isso porque percebemos que as participações políticas estavam diminutas e isso era reflexo da idade dos irmãos. Enxergamos que a juventude traz consigo a expectativa de mudança, o ânimo de lutas, as discussões políticas, assim as lojas universitárias dão a abertura para pessoas mais jovens entrarem na Maçonaria.

6) Lá dentro tem hierarquia? Como são tomadas as decisões? Há um processo de debate ou é colocada de cima para baixo?

O conceito de hierarquia se diferencia, é multifacetário. Pegando o sentido de imposição não posso dizer que isso ocorra na Maçonaria; agora pegando o sentido de respeito de se manter uma organização institucional isso certamente ocorre.

7) Quantos anos o senhor tinha quando aconteceu o golpe de 1964? Como era a sua vida naquele momento?

Tinha 40 anos, portanto não era mais adolescente. Tentava ficar de fora das participações em grupo, não me revertia contra os novos mandamentos legais. Isso tudo porque tinha uma família para sustentar, não queria arrumar confusões.

8) O que é o caos para você? E a ordem?

O caos para mim é o oposto da ordem. Sempre que estamos vivendo em caos quer dizer que algo está fora do que se esperava. A ordem traz atos delimitados e o caos nada mais é que o descontrole de tudo. Na época da ditadura militar o caos era na verdade o governo dos militares; apesar de eles instituírem uma nova ordem esta contradizia com a anterior. Isso gera confronto de opostos e conseqüentemente, para mim, o caos.

9) Como você entende o poder e o que é o poder para você? A Maçonaria pode ser um poder? Qual a função dela em relação à política?

Poder para mim é um objeto de conquista, de chegar a locais diferentes do que você se encontra, é crescer. Neste sentido a Maçonaria é um poder sim, ela se transformou e ocupou o lugar que está hoje, é muito bem aceita atualmente e isso é sim uma forma de poder.

10) Na tomada do poder em 31 de março de 1964, além do poder legal nacional e internacional, houve alguma influência de algum outro tipo de poder independente de qual seja ele?

O que posso te falar é sobre os Estados Unidos, fora isso não percebi nada de diferente das outras pessoas. Existia influência da Igreja Católica, mas são essas coisas que todos já sabemos.

11) Conhecia alguma autoridade daquela época que participou deste contexto e que era da Maçonaria? Quem?

Castelo Branco foi maçom; na época que estava no poder sofreu um atentado pela política de tentativa de abertura. Isso quando estava em um avião voltando de uma reunião maçônica.

12) Em qual lado a Maçonaria estava: na tomada do poder ou na resistência dessa tomada?

É difícil chegar a uma constatação concisa sobre isso. Para se entender mais profundamente temos que pensar de uma maneira um pouco diferente. Veja bem: a Maçonaria Americana possui uma filosofia de direita, já a Francesa possui uma filosofia de esquerda, socialista.

Os Estados Unidos tem uma filosofia iluminista, com movimento libertário para a construção de um mundo novo, vem da colônia de povoamento, o espírito de comunidade era maior que o de pátria, dessa maneira o povo foi se construindo com uma formação de direita, começam a criar maçonarias independentes.

No Brasil sofremos influência principalmente da filosofia dos Estados Unidos (como já é sabido) dessa maneira temos na Maçonaria, um poder federativo e também um poder regional. Para concluir, aqui no Brasil o que prevalece é o pensamento de direita, isso sem contar que Getúlio Vargas foi muito duro com a Maçonaria, o que acabou aniquilando-a das participações políticas sociais.

13) Tinham grupos maçônicos a favor ou contra a ditadura? O cisma paulistinha de 1973 teve algo com relação à ditadura militar?

O cisma paulistinha foi uma cisão entre o Grande Oriente de São Paulo e o Grande Oriente do Brasil. Era na verdade uma luta pessoal, acusaram dois irmãos do GOB de ser de esquerda, mas somente usaram de pano de fundo a política governamental. O caso era a disputa de poder pessoal.

ENTREVISTA 5

Definição do entrevistado: Médico, maçom e filho de um militar que era autoridade na época da ditadura.

1) Qual a sua idade?

56 anos.

2) Quando entrou na Maçonaria?

Em 1992.

3) Como se sentiu ao ser convidado para entrar na Ordem?

Honrado, e todos os outros adjetivos de satisfação possíveis, porque erroneamente imaginava uma instituição formada só por pessoas integras, honestas, desinteressadas e tudo mais, mas embora frustrado por isso, não me decepcionei, estando muito honrado novamente por fazer parte dessa instituição.

4) Tinha curiosidade sobre a Maçonaria antes de entrar nela?

Sim, mas não muito porque normalmente não sou curioso ao extremo.

5) A Instituição corresponde a suas expectativas?

Muito, ela é perfeita, pena que tem seres humanos frequentando-a.

- 6) Lá dentro tem hierarquia? Como são tomadas as decisões? Há um processo de debate ou é colocada de cima para baixo?

Teoricamente ela é formada por pessoas integras, formadores de opinião, com base de personalidade forte, e portanto impossível de serem comandadas por um processo de “cima para baixo”, e como todos um dia terão potencial para comandá-la, a hierarquia só pode ser por respeito a experiência de cada um nela, sempre com bom senso.

- 7) Quantos anos o senhor tinha quando aconteceu o golpe de 1964? Como era a sua vida naquele momento?

14 anos, estudante no interior e longe de compreender o que estava acontecendo, mesmo sendo filho de um militar que era a maior autoridade na região e que iria prepará-la para manter a ordem, e ter recebido por telefone (aquele pretão com manivela) um recado para passar ao meu pai que o “DIA D” (que não tinha idéia do que era) seria no próximo 31 de março. Passei o recado e por não ser curioso, nem perguntei o que seria.

- 8) O que é o caos para você? E a ordem?

Essa pergunta tudo leva a crer que é para explicar o momento político do país, ou parte da história dele (1964??), e por nunca ter vivido em um país com ordem que a gente imagina existir através dos meios de comunicação, sem a bandalheira que os políticos insistem em manter, deixando todo um povo insatisfeito, maquiado por acontecimentos principalmente esportivo para acalmá-lo (pentacampeão mundial de futebol) acreditamos que este momento talvez seja o pior, com pouca perspectiva de melhora, a não ser que DEUS seja brasileiro. Partindo dessa premissa, estamos vivendo um caos terrível, não divulgado totalmente com muita fome, miséria, que não sentimos por estarem longe de nossos olhos, mas há muito sofrimento neste país enquanto para

visita de um papa (que prega igualdade entre os seres humanos) uma fortuna com aquisição de teclado maravilhoso, “papa-móveis” a prova de toda arma, ostentação de uma riqueza que não temos, para que??, confirmar que estamos no “caos”??

9) Essa idéia é a mesma da Maçonaria?

A maçonaria tem uma filosofia de vida, e não opinião sobre um fato. Portanto essa resposta é de um ser que por coincidência é maçom, e portanto deve esta resposta estar de acordo com a filosofia da Maçonaria.

10) O que a Ordem Maçônica colabora para mudanças na sociedade? E com relação à mudanças políticas-sociais?

Um dos princípios da maçonaria é de lapidar o ser humano para que ele possa ser um individuo com atitudes corretas, ser humilde, e o mais justo possível, sem esquecer que o ser humano é passível de erros. Se esse indivíduo ocupar um cargo importante na sociedade, venha a contribuir o máximo possível para ações político-sociais que engrandeçam o ser humano.

11) Na tomada do poder em 31 de março de 1964, além do poder legal nacional e internacional, houve alguma influência de algum outro tipo de poder independente de qual seja ele?

Ignoro.

12) Conhecia alguma autoridade daquela época que participou deste contexto e que era da Maçonaria? Quem?

Ignoro.

13) Se eu fosse fazer um conceito geral, eu poderia dizer, e afirmar, que a Maçonaria participou na elaboração do golpe?

Acredito que sim, mas não a maçonaria em si, e sim alguém de influência na ocasião, com princípios maçônicos, tenha influenciado as pessoas (se é que não tinha algum maçom entre eles), que agiram no golpe, colocando a sua visão, e conceitos para a tomada de decisão.

14) Em qual lado a Maçonaria estava: na tomada do poder ou na resistência dessa tomada?

Como já explicamos, difícil opinar sobre como que a maçonaria agiu, difícil formar uma opinião única numa instituição que tem pessoas com as mais variadas formações, e um dos princípios básicos da maçonaria é a liberdade de pensamento, baseado nisso acredito que existiam alguns a favor e outros contra.

ENTREVISTA 6

Definição do entrevistado: Militar delegado de recrutamento em 1964

1) Qual a sua idade?

87.

2) No seu ponto de vista, o que é o poder?

O poder primeiro deve ser para melhorar as condições de vida da maioria da humanidade, o poder não é a ganância do dinheiro, essa ganância que faz com que tenhamos pessoas desonestas que faturam um preço exagerado para poder ter algum ganho.

O poder no meu ponto de vista não é esse; o poder é colocar as coisas no devido lugar, que dizer, os direitos serem respeitados porque e segundo alguém já disse: “o meu direito termina onde começa o do meu semelhante”.

3) Houve discussões e bate papo entre a população e os militares para resolver o famoso “caos” que estava passando a sociedade quando Jango estava no poder?

O caso foi o seguinte: de fato a população passava “o vazio”, passava por um caos político e quando Jango assumiu a presidência da república ele não tinha um “pulso firme”, o que eu quero dizer é o seguinte, fazer com que as leis fossem obedecidas, quer dizer, não como cada um fazia o que queria. Nessa época um cabo da marinha, no Rio de Janeiro, era sindicalista, fez um grande comício na cidade do Rio de Janeiro, em frente à estação ferroviária Central, praticamente em frente ao ministério do exército, e nesse comício houve a maior baderna possível, foi quando então houve o momento “D” que aí os militares fecharam o congresso e assumiram a presidência da República, colocando como presidente o Castelo Branco, uma pessoa simpática, humilde, honesta, honrada e com uma capacidade incrível, tanto é que nós vimos a mudança que fez: da baderna para a normalidade dos poderes, na economia, na vida social, nos direitos humanos,

enfim, de toda a maneira, logicamente para se fazer isso, tinha que acertar com aqueles que eram contra.

Não devemos esquecer que o povo de um modo geral, e em particular aqui em São Paulo, já vinham fazendo manifestações culminando com uma passeata gigantesca sugerindo que o exército tomasse uma atitude, uma vez que como estava não poderia continuar.

Hoje em dia a mídia modificou completamente a história, ela fez com que aqueles que eram os baderneiros passaram a ser heróis, e aqueles que defenderam os diretos da Pátria, estão passando por serem culpados, haja vista que os revolucionários, é assim que eles gostam de serem chamados, aproveitando a liberdade e facilidade da mídia, fizeram e estão fazendo ainda hoje uma propaganda emocionante, conquistando a cabeça da juventude enquanto os militares, por dever de ofício e obedecendo regulamentos não puderam abrir a boca para se defender e, veja bem, existe militares que escrevem em grande jornais, mas em razão dos regulamentos permanecem calados.

Embora tenha sido aprovada uma anistia geral estão abrindo processos contra militares que por apenas serem comandantes de uma determinada unidade é passado como torturador.

4) Como o golpe foi realizado nessas sete cidades?

Você sabe que em toda a vida humana a gente tem que tentar tudo pela maneira do diálogo, da amizade, e felizmente minha convivência com todos sempre foi pacífica, então, para evitar muita coisa, por exemplo: em Mogi das Cruzes existe tiro de guerra, Jacareí existe tiro de Guerra, Jacareí naquela época estava formando a guarda municipal e tinha a própria polícia com qual tínhamos uma ligação amigável com os delegados de polícia e juizes, então, na conversa, na amizade, fomos dando idéia do que poderia acontecer ou o que aconteceria para tomarmos providências antes para evitar qualquer como, então, por exemplo, não poderíamos decretar uma ordem de recolher às 22, 23horas, mas conversando com todos os policiais, com todos os soldados da guarda, com todas as pessoas, com os vereadores, conseguimos fazer o povo entender que era melhor permanecer em casa do que estar nas ruas fazendo grupinhos, isso graças

a Deus aconteceu em todas as cidades sem haver necessidade de uma briga, nas próprias câmaras dos vereadores, conseguimos por intermédio da amizade com os presidentes das câmaras, evitar reuniões constantes, em vez de se, digamos, dez no mês, passaram a ser cinco só tratando assuntos exclusivamente de utilidade do povo, projetos de leis.

5) Na época, como era a sua vida?

Na época eu morava na cidade de Jacareí, aqui em São Paulo. A minha profissão era militar, delegado de recrutamento, cuja sede era na cidade onde eu morava. Tinha a jurisdição que era a 6ª delegacia de recrutamento, tinha sub jurisdição sete cidades que eram: Susano, Mogi das Cruzes, Santa Isabel, Santa Branca, Salesópolis, Igaratá e Jacareí.

Nessa época eu pertencia à quarta circunscrição de recrutamento com sede aqui em São Paulo onde nós tínhamos uma das nossas obrigações era se apresentar à quarta CR uma vez por mês quando trazia os documentos para serem sancionados, que eram os documentos dos futuros reservistas.

6) Você se recorda de na época que estava no comando ter fechado alguma maçonaria por ordem militar?

Não, não me lembro.

7) Conhecia alguém daquela época que fazia parte de algum tipo de grupo, como por exemplo comunistas, maçons, pessoas pertencentes ao lions, etc. Havia uma mistura de pensamentos e ideologias?

Que havia mistura havia, havia maçons, comunistas, mas eles eram tão reservados que não dava a entender, podia ser o meu amigo de cabeceira de cama do alojamento, mas tão bem camuflados que não dava para se perceber. Muita gente, que depois ficamos sabendo, que eram verdadeiros assassinos, como um elemento que chegou a roubar um caminhão de arma e fugir, e depois ser um grande mal feitor.

Haja vista a atitude de um oficial do exercito que amparado pela sua função saiu da sua unidade em caminhão com armas e munição, desertando, matou um seu colega de serviço indo se apresentar como voluntário junto aos revolucionários (quer comprovação, leia o Estadão de 24/11/06-Nacional A 7 comentário do Dr. Manoel Gonçalves Ferreira Filho, ex-secretário de justiça de São Paulo, professor de direito) e aquele ilustre senhor que ficou algumas horas na sala de espera de uma delegacia de policia aguardando o término de uma averiguação, por esse motivo hoje é um aposentado com R\$ 5.000,00 mensais. E os magnânimos dos mensalões, ambulâncias, relatórios, etc. etc.. Um deles, muito digno Presidente de um grande partido, renunciou o mandato em um dia e no dia seguinte estava aposentado e ainda recebeu R\$ 150.000,00 e foi reeleito, o Estadão publicou tudo isso e deu nomes aos bois. Alguém já disse: o político não quer “Bem” do povo, mas sim os seus “Bens”.

8) Com esse caos que está acontecendo agora no governo Lula, o senhor acha que pode ocorrer uma nova tomada de poder para a recolocação da ordem?

Acho que não, hoje infelizmente, as pessoas que antes tomavam atitude para benefício de país, quem fazia aquilo com amor, com carinho, o pessoal que foi para a guerra, que lutou na Guerra, fazia aquilo pelo Brasil, hoje não fazem nada pelo Brasil, lamentavelmente se houver uma baderna generalizada, não há um ser humano com Característica de um autentico líder que possa aglutinar ao seu redor o povão para Colocar em ordem este Brasil. Para tanto os baderneiros terão de ser punidos, mas pelo com esse nosso lema “Baderneiros hoje, heróis amanhã” isso fica um pouco difícil.

Outro ponto é esse décimo terceiro salário família: é a coisa mais absurda, não é que o pobre não tenha direito, eu continuo achando que devia dar ao pobre o direito de trabalho par ele manter a sua família. Primeira coisa que elevaria o moral do chefe de família, segundo, é a coisa melhor que deveria existir, esse R\$ 50,00 é a coisa mais absurda que existe porque é dinheiro retirado da classe média baixa.

Hoje não existem homens que lutam pelo Brasil, não irão se aventurar em tomar uma atitude drástica porque sabem que infelizmente o povo, pela miséria inclusive, com cinquenta reais é comprado, então não existem mais pessoas para se expor, não existe um líder para se expor porque sabe que depois que tudo passar ele vai ser julgado como está sendo o Alves da Costa como ele que lutou pelo bem é o homem que praticava o mal.

9) Como o senhor ficou sabendo que o golpe aconteceria e como o senhor como representante militar conseguiu colocar a ordem nessas sete cidades?

Primeiro o contato era feito em São Paulo com o nosso coronel que era o comandante, uma pessoa ponderada, que não tomava decisões precipitadas, as vezes até pedia de um dia para o outro para poder em uma circunstância adversa achar uma solução pelo menos ponderada. Segundo, a ordem foi colocada, como disse no começo, graças a Deus e a boa amizade que eu tinha e que até hoje tenho, embora já tenha passado mais de quarenta anos, quer dizer, as pessoas que passaram por mim ou morreram, ou já cresceram, e quarenta anos apaga grande parte da nossa memória, então o que eu digo com certeza foi a amizade, por ela eu consegui com os prefeitos, com os vereadores, com o povo de modo geral, com a polícia, com os atiradores, com os pais dos atiradores, porque se os atiradores estavam a favor os pais acompanham porque é o bem para o próprio filho, então graças à amizade que é a grande coisa que a gente pode conseguir na vida, por bem a gente consegue tudo, por mal as vezes consegue, mas é muito difícil.

O Brasil precisa, com toda certeza, digo com pureza da alma, dentro dos meus 86 anos de vida, se não melhorar, vai afundar, porque não vai ter nenhum que queira liderar para melhorar para ser julgado posteriormente.

10) Acha que a maçonaria teve algo a ver com a recolocação da ordem em 31?

Acredito que sim, porque a maçonaria sempre foi, se nós virmos na história, muitas coisas boas ela fez, tomou atitudes muito boas, mas isso é o que nós lemos, saber diretamente não.

11) O senhor conhecia alguma autoridade daquela época que participou e que era da maçonaria?

Não porque o maçom hoje em dia é mais aberto, antes eles eram completamente fechados e se identificavam por três pontos na assinatura, isso segundo me disseram, não tenho certeza. Saber realmente eu não sabia.

12) Estava programado pelos militares a reabertura para o fim da ditadura e o início de um democracia?

Quando os militares assumiram, a proposta inicial era de se permanecer cerca de oito anos, que seriam dois mandatos, em seguida entregariam. Mas devido à ganância de um prolongou-se a não ditadura, porque não existe ditadura nesse período, existe sim uma autoridade que determinava que as coisas deveriam ser feitas de uma maneira correta, e não deixado rolar a vontade, mas acontece que por causa disso, ficou-se vinte anos e nesse período desgastou-se de mais os militares que até hoje estão desgastados com isso, e esse desgaste provocou até leis que dão direitos hoje a R\$ 150 000,00 de gratificação para aqueles que assaltaram bancos, que roubaram, que mataram, tem pessoas hoje, até o Estado de São Paulo publica, um elemento de grande projeção que ficou trinta e quatro dias detido em uma delegacia, hoje ganhou esse dinheiro e tem um salário de cinco mil reais livre. Tem outro dirigente ainda hoje de partido que entrou na turma do mensalão cassado e recebeu 150 mil e tem pensão.

A mídia modificou a história porque se a mocidade de hoje tivesse sabido a realidade, ela não seria tão contra os militares, como embora não queiram ser, mas no fundo a própria idéia traz a prevenção de que os militares foram maus.

ENTREVISTA 7

Definição do entrevistado: maçom pertencente ao GOB

1) Qual a sua idade?

62 anos.

2) Como era a sua vida quando aconteceu o golpe?

Quando aconteceu o golpe a minha vida não mudou muito; o problema foi depois de ser outorgado o AI5, daí as coisas ficaram realmente ruins. Até dentro das lojas; as pessoas começaram a ser perseguidas por qualquer coisa que faziam. Tinham que se apresentar sem ao menos saber o porquê. O negócio ficou ruim.

Uma das coisas que mais me marcou foi a troca da cor das paredes da lojas, amigos que simplesmente sumiram, outros que ficaram transtornados psicologicamente. O negócio não foi fácil.

3) O que é o caos para você? E a ordem?

Caos é a desordem generalizada, é o completo desentrelaçamento das coisas, a mistura total de causas e efeitos. Uma situação de caos em geral começa por várias coisas, que vão se adicionando até desembocar numa grande crise anárquica.

4) Essa idéia é a mesma da Maçonaria?

A Maçonaria, segundo a literatura, é uma instituição que promove a formação de pessoas que já tenham um perfil de honestidade e fraternidade, de uma maneira mais polida, acredito que a opinião da Maçonaria seja parecida com a minha.

5) O que a Ordem Maçônica colabora para mudanças na sociedade? E com relação às mudanças

políticas-sociais?

Segundo a história, a Maçonaria teve várias influências como na Revolução francesa, na Abolição da escravidão, Independência do Brasil e tantas outras, que imagino ainda mantém essa influência nos dias atuais.

- 6) Como você entende o poder e o que é o poder para você? A Maçonaria pode ser um poder? Qual a função dela em relação à política?

Conforme a opinião de Chalita, que concordo, o poder é contagioso e alucinante, o que transforma as pessoas após assumi-los; tem a capacidade de definir destinos do dominador e dos dominados, dá a sensação de invencibilidade, chegando bem próximo a ser um Deus. Pelos conceitos lidos sobre a maçonaria, pode sim ser considerada um poder, mas nunca dominando e sim orientando.

- 7) Na tomada do poder em 31 de março de 1964, além do poder legal nacional e internacional, houve alguma influência de algum outro tipo de poder independente de qual seja ele?

Um dos mandantes militares, não me recordo qual (Golbery??), era maçom e portanto pensando como um, provavelmente colocou vários conceitos de maçonaria nas reuniões e como era todo poderoso na época, acredito que sim.

- 8) Conhecia alguma autoridade daquela época que participou deste contexto e que era da Maçonaria? Quem?

Não. Naquela época eu tinha 19 anos, era demolely, portanto não estava inserido verdadeiramente no contexto da Ordem, assim não tinha muitas informações. Porém, pelo meu pai ser maçom eu conhecia um monte de gente que era meu tio. Mas não me recordo não.

- 9) Em qual lado a Maçonaria estava: na tomada do poder ou na resistência dessa tomada?

Oficialmente em nenhum dos dois , na minha opinião pessoal, na tomada do poder. Pois como disse anteriormente, o cabeça da Revolução, ao meu ver, foi o Golbery, que possuía muita influência e era da Maçonaria. Vi também algumas notas da própria Ordem assinada pelo Grão Mestre Geral do GOB (*Grande Oriente do Brasil*) nas quais diziam que os Maçons estavam a favor da nova forma de governo, que além de estar a favor fariam o necessário para apoiá-la e mantê-la. Isso para mim fica clara a comprovação de que a Ordem estava a favor dos militares.

Não se pode esquecer que é óbvio que existiam maçons que eram contra, mas a Ordem em si era a favor. Divergências de pensamento sempre existem, mas quando você se refere à Maçonaria como instituição está falando de seu representante.

10) Tinham grupos maçônicos a favor ou contra a ditadura? O cisma paulistinha de 1973 teve algo com relação à ditadura militar?

Sobre esse assunto eu não tenho conhecimento.

ENTREVISTA 8

Definição do entrevistado: Maçom e militar (participante atuante na época da ditadura militar)

1) No seu ponto de vista, por que aconteceu o golpe?

Bem, eu via um jogo político, uma disputa pelo poder, via a famosa UDN, oposição do Partido Trabalhista Brasileiro e ali houve todas as técnicas de guerra, tanto de um lado quanto do outro.

Houve entre as forças armadas uma escola chamada Escola Superior de Guerra e eles prestaram à sociedade informações sobre política, geopolítica e estratégia. Na verdade se você tem um status político, ou dentro da sua profissão, normalmente você é convidado para fazer esse curso na Escola Superior de Guerra (no Rio de Janeiro), eu fiz o dos diplomados que se formam e vão para a sua região, sou da segunda turma de São José dos Campos, o planejamento estratégico é interessante, mas, na realidade, hoje eu percebi que, o poder “embriaga”.

Em 1964 houve um fechamento, foi montado um plano nacional de desenvolvimento, a gente percebe que a democracia é a melhor maneira de se governar, mas ela exige uma reflexão, porém, parece que toda a vez que uma oportunidade a isso é dada à nossa sociedade parece que falha.

Havia sim uma quantidade de greves, naquela época eu estudava em São Paulo, permanentemente tropas de choque de plantão, passeatas, paralisações de pessoas em pontos estratégicos que não deveriam estar lá, chegou a um ponto que a coisa estourou mesmo e foi muito rápida.

Antes de ir para São Paulo eu era soldado, nós recebemos ordens de marchar rumo ao Rio de Janeiro e saiu o comboio, ninguém acreditava em revolução, todo mundo achado que era um exercício, paramos para almoçar em Cachoeira Paulista, de repente, todo mundo sentado no chão, a gente olha e vê um mergulho do outro lado e sobe (se remetendo a um avião) daí o pessoal começou a achar que não era só um exercício, continuamos o caminho, teve uma hora que a estrada de rodagem é bem próxima a estrada de terra, a gente vê passando aquele trem carregado

de carros blindados, mais à frente um batalhão de saúde, uma quantidade enorme de ambulância, isso foi em 31 de março, e a coisa começou a ficar complicada, não teve nenhum treinamento adequado para isso.

Chegamos em Queluz, a noite, uma chuva danada, comemos farofa na chuva, passou pelo estágio de pirão e depois virou uma sopa. Daí para frente fui designado, juntamente com um amigo, para ficar bem na ponte de Queluz e foi aí que a gente começou a saber das coisas. Na ponte cavamos uma trincheira, que encheu de água, e ficamos isolados.

Dali para frente fui para São Paulo, fiz o centro de preparação de oficiais da reserva e voltei como tenente, mas daí eu já tinha sido cabo, soldado...Foi aí que eu percebi realmente que o poder “embriaga”; Celso Furtado define muito bem o poder (tive a oportunidade de tomar um café com ele): antes de você chegar ao poder você tem o desejo de mudar muitas coisas, quando chega lá a dificuldade é tanta e a burocracia é tão complicada que isso torna-se impossível.

O militar é um cara muito preparado, com valores, mas, muito ingênuo no sentido de discussão política. Quem era a “cabeça” da história era o Golbery de Couto e Silva, ele percebeu que a situação chega a um ponto que ela quebra, a alternância do poder é necessária e isso decorria de um plano que foi elaborado, em cima de algo que eles achavam se adequado e barato.

O grande inimigo da revolução brasileira foi a crise do petróleo, por um lado bom pois o Brasil se tornou um dos maiores pesquisadores e detentores de tecnologia de retirada do petróleo em terras profundas, convivi com alta cúpula da Petrobrás, mas tem muitas coisa que são contestáveis, por exemplo a energia nuclear.

2) No seu ponto de vista, o que é poder?

O poder está fundamentado na credibilidade das pessoas, no potencial econômico e no medo. Um fato marcante que aconteceu em São Paulo e em Minas Gerais: estava se rompendo a hierarquia das forças armadas; no Brasil, se for analisar a história dele, sempre houve repressão, burocracia, que tenta se modificar e não há meios. O Brasil viveu muito essa coisa de perseguição.

Um exemplo disso foi Getúlio Vargas, fechou a maçonaria de Caçapava, ele atacou todos os lugares que tinham lojas, não só aqui; conseguiram reabrir, mas algumas tiveram que mudar de nome, aqui em Caçapava reabrimos faz pouco tempo.

- 3) O senhor entrou na Maçonaria na década de 80, a gente já estava na época de abertura política. Você acha que a maçonaria influenciou ou possibilitou discussões dentro da própria Ordem em busca da anistia?

As discussões ficam meio a parte dessas questões, a gente acompanha, mas não uma atuação concreta de toda a população maçônica, mas a grande maioria acabou não participando muito não. Quando houve a crise do petróleo, a gente se visitava muito, então era comum a interação das pessoas, houve até a tentativa de se trazer as mulheres dentro da maçonaria, mas as pessoas não conseguem entender a importância da filosofia.

A maçonaria hoje é vista como trampolim para alguma coisa social, status e tudo mais. A gente tem que tomar cuidado na seleção, pois não é esse o intuito dela. Falta aí a liderança, é preciso alguém que cobre, vigie e acompanhe. Quem pertence à maçonaria tem muita credibilidade.

- 4) A nova ordem instituída pós 1964 foi manipulada pelo poder?

Sim, a população gosta e está acostumada com a política do “pão e circo”.

- 5) O senhor conhecia alguma autoridade daquela época que participou e que era da maçonaria?

Não, não conhecia. Eu vi alguma coisa assim mas eram cartas como, por exemplo, cartas de protesto, somente isso.

ENTREVISTA 9

Definição do entrevistado: Compositor, professor universitário, escritor e maçom

A Maçonaria:

A Maçonaria é a vanguarda do pensamento Iluminista, de novas formas e diretrizes de pensamento. Dessa maneira passa representar o estopim da mudança e da transformação, era uma ameaça e um grande problema para qualquer governo ditatorial e centralizador.

Onde tenha ocorrido ditadura ocorreu a perseguição a maçons, um grande exemplo disso foi na ditadura de Getúlio Vargas, muitas maçonarias foram fechadas a mando do governo, entre elas a loja de meu pai no Rio de Janeiro, porém eles continuaram a se reunir em um barzinho em frente da loja fechada; isso aconteceu no mundo todo, na tentativa de colocar fim à liberdade.

O Brasil de hoje é uma invenção da Maçonaria, foi configurado desde a época do Império com a Independência do Brasil, juntamente com a Conjuração Mineira, a Abolição da Escravidão e a implementação da República.

Modificações na Instituição:

Por volta da década de 30, a Maçonaria Norte Americana se modificou e transformou sua forma de pensar, isso aconteceu pela modificação da própria coletividade e dos pensamentos sociais que se multiplicavam naquela época. Com a alteração do pensamento social a Maçonaria acaba sendo influenciada e muda seu cunho político; passa a ser o oposto do que ela era, de liberal torna-se conservadora, não propõe mais a mudança, de oposição transforma-se em situação e de esquerda passa a ser direita.

Essa mudança se reflete por toda a América Latina, confirmando a hegemonia Norte Americana, indo contra todo e qualquer pensamento revolucionário de mudanças. Nesta época a oposição concretizava-se no Comunismo.

Influências na América Latina:

Em 1937, no Brasil, governo de Getúlio Vargas, as paredes dos templos maçônicos eram vermelhas (todos os templos possuem a mesma estrutura e *design*), foram modificadas e pintadas de azul, cor que continua até hoje em todas as lojas.

Essa Maçonaria “morta” é imposta à América Latina em geral e passa a não ter mais atuação, muda seu conceito e isso reflete na política: convidam os políticos que querem aproveitar da situação e do rótulo de ser maçom e os colocam na Maçonaria, o que deveria acontecer era o oposto a isso, era necessário que pegássemos os bons maçons e colocássemos no governo.

Maçonaria na Ditadura Militar Brasileira:

O respeito maçônico foi se degradando e ficando sem atuação política, a Maçonaria deixa de propor mudanças e dessa maneira acaba saindo do jogo político. Um exemplo disso foi em dezembro de 1968 quando Alberto Cury e o ministro Gama Filho anunciaram, no dia 13 de dezembro, o Ato Institucional número 5.

Meu pai, maçom, indignado com a situação colocou essa pauta em discussão na loja dele e naquele momento percebeu que mais da metade de seus irmãos eram a favor do tal Ato anunciado, além disso, o venerável, no momento da discussão, anunciou que se ele descobrisse alguém lá dentro que fosse comunistas denunciaria ao governo.

Uma das pessoas que naquela época foi presa denunciada pela Maçonaria foi José Castellani. A Maçonaria naquela época dividiu-se, alguns pensavam de uma maneira outros de outra, está até hoje com uma visão conservadora, apesar de possuir uma teoria diferente disso na prática o materialismo, as posses e o dinheiro se sobressaem.

Cisma na Maçonaria:

O cisma, na Maçonaria, de 1972 não faz sentido, até hoje não tem uma explicação concreta. Em 1927 fizemos o tratado de Amizade entre o Grande Oriente e as Grandes Lojas, antes disso se chamavam de “primos”, não mais de irmãos.

Divergências de pensamento:

A Maçonaria Americana acabou com tudo que desde a Idade Média foi sendo construído, hoje se paga pelo título dos graus maçônicos lá nos Estados Unidos. A própria Maçonaria não sabe se é religião ou escola de pensamento, reflexão, os maçons acabam confundindo, algumas lojas tentam cristianizar a Instituição; na Suécia ela é cristã e se você não for dessa crença está vetado a adentrar-se na mesma.

Esse desvirtuamento é resultado da perda de filosofia, da Influência dos EUA, lá há Maçonaria para os brancos e Maçonaria para os negros, eles não se misturam, na realidade todas as lojas teriam que ser Ecumênicas, prezar a Liberdade, Igualdade e a Fraternidade.

Em contra partida existe uma loja em Jerusalém, resalto: Jerusalém, que nela estão inseridos judeus, cristãos e palestinos, todos se tratam como irmãos. Sou grau 32 e não me submeto ao pagamento para o grau 33 que a minha cidade exige.

Os pedreiros:

Éramos pedreiros livres, *freemasons*, trabalhávamos por nós mesmos, nosso templo interior era firme e erguido, pois para construir o templo dos outros e por fim o da humanidade é preciso que o nosso seja consistentes. Os pedreiros não tiveram Guildas, não faziam esse tipo de formação, pois, eram livres.

ENTREVISTA 10

Definição do entrevistado: Maçom, venerável mestre, delegado e grau 33.

1) No seu ponto de vista, por que aconteceu o golpe?

Embora eu fosse muito pequeno nessa época, quando aconteceu o golpe de 64, por tudo que a gente viu e ouviu neste período, entendo que o golpe ocorreu em função de uma forte tendência de entrar o comunismo no Brasil, pela própria situação que aconteceu na época, a renúncia do Jânio, a posse do Jango, que tinha esse viés de comunismo no Brasil e os militares não concordavam com isso, e até uma boa parte da sociedade também não, embora isso não tenha sido muito bem explicado na época.

2) Na época, como era a sua vida?

Eu era de classe média baixa, meu pai era um trabalhador da Companhia Docas de Santos, eu era estudante, estava no início do ginásio e tinha uma vida bem apertada na época.

3) O que seria a ordem daquela época?

Eu não tenho idéia de como é que era a ordem naquela época, pela minha pouca idade. Meu pai não era maçom, na minha família não percebi ninguém que teria sido maçom, tanto do lado da minha mãe quanto do lado do meu pai.

4) Como o caos foi gerado?

O caos foi gerado em função da renúncia do Jânio, teve uma expressiva votação na época, mas, com a renúncia dele tudo se modificou; até hoje não ficou muito bem explicado quais foram as forças ocultas.

Nunca tive nenhum contato de obras da maçonaria que estivessem ligadas a 1964, a gente tem uma série de trabalhos e livros que falam sobre a Proclamação da Independência, da República, a Revolução Francesa, Abolição dos escravos, você tem bastante material ligado à Maçonaria, o próprio Fico de D. Pedro, tudo isso a maçonaria estava presente. No caso de 64, para ser sincero, nunca vi trabalho desse tipo.

5) O que é ordem para você e para a Maçonaria?

A ordem maçônica para mim foi uma coisa muito importante, mudou muitos conceitos na minha vida, a gente passa a ser uma pessoa mais disciplinada, você revive alguns conceitos, como: tratar o outro com mais igualdade, viver em liberdade, procurar ser mais fraterno com as pessoas. Se você for ver, os três têm ligação, para você ser fraterno você precisa ser livre, e você sendo fraterno significa que você está procurando uma certa igualdade, principalmente entre seres humanos. Então para mim, eu gosto muito da maçonaria, tenho paixão por ela, pelo progresso que a gente pode fazer para as pessoas, pelos irmãos, que vivam em união, que se fortifiquem sem separação, dissidências e procurar a verdadeira fraternidade. A base da ordem na Maçonaria é a fraternidade, liberdade e igualdade.

6) Entrou quando na maçonaria, o que ela trouxe de transformação na sociedade no seu ponto de vista?

Entrei na Maçonaria em 1994, hoje ela não é tão atuante na sociedade, ela já trouxe mais transformações, hoje não mais.

O que percebo é que o que existe ainda, infelizmente, é gente com interesse na maçonaria, no status que ela pode trazer, abrir portas para negócios, emprego, coisas desse tipo, isso pode ser uma consequência, mas não é a finalidade dela não, com isso se perdeu muito.

No passado eles eram muito mais idealistas, também a sociedade era menor, não se tinha a comunicação com a dimensão que se tem hoje, isso pode ser um fator também, por um problema

dela ser discreta ela deu uma diminuída de trabalho junto à sociedade nesse ponto de transformação.

7) O que seria um poder do ponto de vista geral? A Maçonaria pode ser comparada com um poder governamental legal?

Não, ela tem a sua organização, como toda organização ela tem as suas leis, seus regulamentos, alguma coisa que faz com que ela exista como uma forma legal, agora como um poder governamental não, não vejo dessa forma. Ela tem na sua organização basicamente as três potências que existem aqui no estado de São Paulo. Pode ter até um grupo de irmãos fazendo parte do governo, mas diretamente assim não, não vejo dessa forma.

8) O senhor acha que além do poder legal, na tomada do poder em 31, houve alguma influência de algum outro tipo de poder, além desse poder legal militar, independente de qual seja ele?

Não falaria nada com relação à maçonaria porque estaria falando errado, pode até ter sido, mas não sei.

9) O senhor conhecia alguma autoridade daquela época que participou e que era da maçonaria?

Não conheci nenhuma autoridade que tenha participado de 31.

10) Se eu fosse fazer um conceito geral, eu poderia dizer, e afirmar, que a maçonaria participou na elaboração do golpe ou o senhor acha que não?

Pode ter participado do golpe sim, pode ter pessoas ligadas a ela, em função desses conceitos, em função do perigo que ela percebia que poderia ocorrer, ela então pode ter usado, mas é aquela coisa, por ser discreta, isso não aparece muito.

ENTREVISTA 11

Definição do entrevistado: Psicólogo, maçom e professor.

1) Qual a sua idade?

Tenho 64 anos.

2) Quando entrou na Maçonaria?

Entrei na Maçonaria em 1979.

3) Como se sentiu ao ser convidado para entrar na Ordem?

Na verdade foi algo que já esperava, tinha um amigo que por muitas vezes me contava sobre algumas festas, algumas pessoas que participavam, ele era muito entusiasmado com tudo que acontecia lá dentro, então eu já acreditava que ele me faria o convite.

4) Tinha curiosidade sobre a Maçonaria antes de entrar nela?

Não, antes dele entrar a Maçonaria era algo que estava fora do meu contexto.

5) A Instituição corresponde a suas expectativas?

Com certeza, depois que entrei na Maçonaria passei a ver a vida de uma maneira totalmente diferente do que eu via antes. Lá a gente percebe que a construção para um mundo mais fraterno depende da construção interna de cada pessoa. Isso só pode ser feito com muito estudo, com uma mudança do seu eu, e dessa maneira você poderá influenciar o mundo como um todo.

6) Lá dentro tem hierarquia? Como são tomadas as decisões? Há um processo de debate ou é colocada de cima para baixo?

Lá dentro há hierarquia sim, são medidos através dos graus que vamos conquistando, mas nunca se esquece do sentimento de irmandade que existe; ninguém é melhor que ninguém, somente se conhece mais e tem a possibilidade de ensinar mais aos outros.

Tomada de decisão? Nas reuniões que fazemos todas as semanas procuramos discutir e participar da vida pública; isso se torna fácil pois a maioria dos nossos irmãos estão vinculados à vida pública.

7) Quantos anos tinha quando aconteceu o golpe de 1964? Como era a sua vida naquele momento?

Em 1964 eu tinha 21 anos, fazia psicologia na USP, estava no segundo ano de faculdade, tinha aquela ênfase de todo estudante de escola pública, ideais de mudança. Participava de reuniões estudantis e posso dizer que era engajado politicamente.

Antes de 1964 era explícito na USP, onde eu estudava, que haviam opositos, pessoas que seguiam uma filosofia política diferente, porém não era comum ver confrontos por essa divergência.

Em contrapartida, com a ameaça do comunismo de Cuba os militares tomaram o poder. Senti que neste momento as pessoas acabaram se juntando, os de esquerda e os de direita, todos em busca de uma liberdade, contra ameaças que pairavam naqueles dias.

Se o movimento comunista não fosse tão reprimido, provavelmente não estaria vivo até hoje. O problema foi que a repressão se tornou muito grande aos estudantes que participavam e protestavam contra o governo e a favor do comunismo. A repressão vinha para conter todas as formas e movimentos que eram contra o governo.

O movimento estudantil teve seu estopim quando mataram, no Rio de Janeiro, uma pessoa no calabouço. A partir desse momento os estudantes cada vez mais pretendiam ir contra o governo. Quanto mais se fizesse a nós mais vinha a vontade de se opor ao que estava acontecendo.

O Golbery apareceu com suas teorias somente nos dois últimos mandatos. Foi nesta época pelo menos que percebia a presença dele com teorias de nacionalismo, patriotismo, defender o Brasil e tudo mais.

Naquela época os revolucionários não eram somente os estudantes; eles estavam por toda a parte, dentro das Forças Armadas, dentro das Igrejas, dentro das Universidades, etc. Mas, com relação aos estudantes, que era o meu caso, quem levou a pior foi o pessoal da Sociologia, além de serem perseguidos ficaram se campo de trabalho, não se ensinava mais sociologia dentro das escolas. Os debates sociológicos foram trocados por uma matéria chamada Educação Moral e Cívica; nela era possível passar para as crianças que vinham se formando educacionalmente a nova moral instituída pelos militares, além da obediência, do patriotismo e de outras formas de manipulações que os militares usavam para se manter no poder.

8) O que é o caos para você? E a ordem?

Caos? Naquela época não havia caos, não havia bagunça nem muito menos inocência; todos estavam engajados politicamente, com ideais e uma, vamos dizer, boa organização. O movimento social estava eclodindo, não havia de maneira alguma alienação, a propósito, ela só aconteceu a partir dos anos 70, quando a ditadura já estava nos seus anos de “ferro”. Foi por causa dela que a alienação aconteceu, foi um resquício desse sistema político, mas em seu princípio as pessoas eram engajadas politicamente.

Nesta época acabam-se os grêmios estudantis, a UNE se modifica, os festivais musicais ficam péssimos, tudo vai se transformando.

9) Essa idéia é a mesma da Maçonaria?

Não dá para falar dessa maneira, algumas pessoas pensam de um jeito e outras pessoas pensam de outro. Procuramos nos entender, mas, não dá para sintetizar toda a instituição em uma só filosofia. A única filosofia que dá para ser geral é a do simbolismo maçônico e das buscas da Maçonaria; nem com religião a gente “mexe”, pois isso não leva a nada e dá muita confusão.

10) O que a Ordem Maçônica colabora para mudanças na sociedade? E com relação às mudanças políticas-sociais?

Mudando o interior de cada ser é possível mudar a sociedade e é dessa maneira que nós tentamos influenciar, mudando interiormente.

Com relação às mudanças políticas a história conta todas as participações maçônicas. Começa pela independência do Brasil, participações na abolição da escravidão, da proclamação da república e tudo mais.

11) Na tomada do poder em 31 de março de 1964, além do poder legal nacional e internacional, houve alguma influência de algum outro tipo de poder independente de qual seja ele?

Se houve eu não sei, só sei que os Estados Unidos estavam por trás de tudo, eles tinham as “rédiás” nas mãos, calculavam tudo que iria acontecer. Isso acontece até hoje, não dá para sentir, mas se você reparar bem é possível perceber.

12) Conhecia alguma autoridade daquela época que participou deste contexto e que era da Maçonaria? Quem?

Não, ainda não estava na Maçonaria quando o golpe aconteceu, daí ficava um pouco difícil saber quem era e quem não era maçom. Sei que o Jânio Quadros e o Golbery eram.

13) Se eu fosse fazer um conceito geral, eu poderia dizer, e afirmar, que a Maçonaria participou na elaboração do golpe?

Afirmar fica um pouco difícil; não acredito que isso tenha acontecido. Algumas pessoas sim, mas isso não quer dizer que foi a Maçonaria como Instituição.

14) Tinham grupos maçônicos a favor ou contra a ditadura? O cisma paulistinha de 1973 teve

algo com relação à ditadura militar?

Sobre isso eu não tenho conhecimento. O golpe paulistinha foi um problema de política interna da Maçonaria, isso por causa de votação.

ENTREVISTA 12

Definição do entrevistado: Engenheiro civil e maçom

1) Qual a sua idade?

71 anos.

2) Quando entrou na Maçonaria?

Entrei na Maçonaria, não me lembro exatamente a data, mas era pro volta de 1980.

3) Como se sentiu ao ser convidado para entrar na Ordem?

Isso para mim foi um reconhecimento dos meus acertos, da minha índole e da conquista em minha vida. Meu pai e meu avô também eram maçons, foi uma continuidade da minha família.

4) A Instituição corresponde a suas expectativas?

Certamente. Faço tudo que posso para poder crescer dentro dela, pois, ela para mim é sinônimo de força, de irmandade, de respeito e de família.

5) Lá dentro tem hierarquia? Como são tomadas as decisões? Há um processo de debate ou é colocada de cima para baixo?

A palavra hierarquia torna-se muito forte no contexto que você fala. Toda e qualquer tipo de instituição possui hierarquia; é só dessa maneira que fica possível manter um certo tipo de controle. O que diferencia a Maçonaria das outras instituições é que todos chegarão ao topo da

pirâmide, você hoje tem que obedecer, mas só dependerá de você mesmo sair dessa condição e chegar a outra.

Tudo lá é feito com muito respeito ao próximo e bom discernimento. Isso torna essencial para que a relação entre nós fique adequada.

6) Quantos anos você tinha quando aconteceu o golpe de 1964? Como era a sua vida naquele momento?

Eu tinha 28 anos, era recém formado e trabalhava na construtora do meu pai. Fiz engenharia civil.

7) O que é o caos para você? E ordem?

O caos para mim foi representado pela aculturação, haviam distorções da história. Havia também um monitoramento através do DOPS, mesmo antes do golpe acontecer. Certos livros como, por exemplo, o de Marx eram proibidos, foram queimados para que a população não tivesse acesso às teorias existentes dentro deles; não podemos generalizar o lado de esquerda e de direita, tinham alas dentro de tudo, não eram só os militares. Tudo dependia de quem estava liderando certos grupos.

8) Essa idéia é a mesma da Maçonaria?

A Maçonaria congrega gente de todo o tipo, gente de todas as cabeças, assim as atitudes acabam que se divergindo, elas vão sempre acompanhar o Grão Mestre de cada loja; no ser humano não se tem nada em absoluto quando se tem um grupo há divergências e é por isso que há a necessidade de um líder.

Entre 1966 e 1968 os movimentos nas ruas, as possibilidades de fazer algo ainda existiam, depois disso a luta contra a ditadura “caiu”, foi camuflada pela copa do mundo, por propagandas como “Brasil: ame ou deixe-o”, entre outras. Tudo para fazer com que o povo deixasse de pensar sobre esses assuntos.

A propaganda da ditadura era muito forte. Costa e Silva na verdade foi perseguido, pois não queria assinar o AI5.

9) O que a Ordem Maçônica colabora para mudanças na sociedade? E com relação à mudanças políticas-sociais?

A Maçonaria colabora com o intuito de filantropia, através de arrecadação de verba, doações a asilos e tudo mais. Antigamente fazia-se mais atuações políticas, mas depois da ditadura, como te falei, as pessoas estão alienadas, é muito difícil juntar todo mundo para mudar algo no país. Enquanto o sistema capitalista estiver vigorando as participações serão somente econômicas, e isso é um grande problema.

10) Como você entende o poder e o que é o poder para você? A Maçonaria pode ser um poder? Qual a função dela em relação à política?

Poder para mim nada mais é que uma forma de controle. Naquela época desenvolveram um trabalho de inteligência com espões em tudo quanto era lugar, inclusive nas faculdades e foi por isso que os estudantes perderam a força. Nos anos 70 a gente chega à alienação total, você não tinha informação alguma de fora do Brasil, não tinha jornais do exterior, e aqui dentro tudo era censurado. Ficava-se ilhado!

Toda alienação que temos hoje no nosso país é consequência de 1964, hoje você tem a informação que você quiser, mas como interpretá-la se não temos uma base educacional para isso? É preciso formar um ser pensante, dar a liberdade de pensamento, e não simplesmente essa alienação que vivemos.

A Maçonaria? Não é um poder não, o poder daquela época era explícito, pois entendíamos o que era e como funcionava, se íamos contra sofríamos consequência. Em 1967, na passeata do Rio de Janeiro, fui preso, colocaram muitas pessoas na cela. Fiquei o dia todo lá no DOPS.

Para você ter uma idéia, daí para frente fui passar um tempo em Salvador, fiquei lá seis meses em um terreiro, dormindo em redes, pois não dava para ficar muito exposto. Só que em 1976 fui preso novamente e fiquei por muito tempo, sofri torturas, apanhei bastante. Em 80 larguei tudo. Tristemente tenho que dizer que houve muito prejuízo para muitas pessoas.

11) Na tomada do poder em 31 de março de 1964, além do poder legal nacional e internacional, houve alguma influência de algum outro tipo de poder independente de qual seja ele?

A mídia poder ser classificada como uma forma de poder, pois pôde influenciar em muitas coisas. Agora temos que não esquecer que a Revolução deturpou tudo, implantaram a cultura americana, a globo se vendeu ao sistema quem, tinha o poder ela estava junto (isso não mudou até hoje). Naquela época perdeu-se o contato com a bibliografia, com as músicas, com a cultura revolucionária. A teoria marxista e a prática stalinista era uma utopia, com se a gente, com o perdão da palavra, tivesse colocado a bunda na janela com a maior facilidade para que todos pudessem bater. Com dizia Sarter: a juventude ficou mais triste.

12) Conhecia alguma autoridade daquela época que participou deste contexto e que era da Maçonaria? Quem?

Não posso falar para você nomes específicos, mas como já se sabe os maçons estão em todas as alas, somos pessoas que, queiramos ou não, estamos em uma classe social diferenciada, e por isso temos mais influência que, por exemplo, a classe baixa.

13) Em qual lado a Maçonaria estava: na tomada do poder ou na resistência dessa tomada?

Como não somos um grupo concisamente homogêneo não dá para falar dessa maneira. Tudo depende do Grão Mestre de cada loja, ou no caso do Grande Oriente do Brasil do Grão Mestre Geral. Ele eu sei que formalmente apoiava a ditadura militar. É muito difícil um maçom ser de esquerda, pode ser simpatizante, mas ser realmente defensor da filosofia de esquerda é muito difícil. Mesmo assim acredito que nós atuamos sim contra a repressão, na época da anistia.

ENTREVISTA 13

Definição do entrevistado: político e maçom

1) Qual a sua idade?

Tenho 84 anos.

2) Quando entrou na Maçonaria?

Entrei em 1969 e nunca estive adormecido.

3) Como se sentiu ao ser convidado para entrar na Ordem?

Confesso que no dia que recebi o convite fiquei muito contente, conversei com a minha mulher sobre isso, mas no dia da iniciação existem rituais que são feitos. Não entendia muito bem porque eles aconteciam e tive um pouco de receio de não estar com o total controle de tudo aquilo que estava ocorrendo.

4) Tinha curiosidade sobre a Maçonaria antes de entrar nela?

Nunca tive muito contato com a Maçonaria, na verdade sabia mais ou menos o que era. Só tive certeza do que realmente é quando comecei a estudar e me envolver diretamente com a Ordem.

5) A Instituição corresponde a suas expectativas?

Isso para mim é tão lógico que não consigo me ver e nem me sentir sem pensar na Maçonaria. Dominado o ego de cada um em individual fácil de conquistar a harmonia com o mundo exterior, porque o Maçom sente-se integrante do Universo como peça necessária, e não como simples espectador, ou mesmo adversário de tudo e de todos. Os impulsos vão cedendo lugar aos altruísmos e o ajustamento vai tornado-se cada vez mais espontâneo, a integração cada vez mais perfeita; é a felicidade a que devemos aspirar.

6) Lá dentro tem hierarquia? Como são tomadas as decisões? Há um processo de debate ou é colocada de cima para baixo?

A Maçonaria é dividida em aprendizes, companheiros e mestres, porém, não se poder esquecer de uma coisa: a hierarquia não tem sinônimo de submissão, de “baixar a cabeça”, de controle dos mais fortes. Dentro da Maçonaria existem escolhas, e todos podem chegar a um patamar mais elevado, vai depender de seus estudos.

7) Quantos anos o senhor tinha quando aconteceu o golpe de 1964? Como era a sua vida naquele momento?

Eu tinha 41 anos, era casado, tinha dois filhos e vivia na cidade de São Paulo.

8) O que é o caos para você? E a ordem?

Caos para mim é tudo que está fora do que se espera. É algo que está fora da ordem instituída; é quando perde-se o controle e aquilo vai crescendo de uma certa maneira que não se vê saída daquilo se modificar.

A ordem nada mais é que o contrário do caos, é algo que se espera acontecer, algo programado.

9) Essa idéia é a mesma da Maçonaria?

A Maçonaria tem como ordem os Landmarks, não podendo se esquecer da moral social e do respeito ao próximo.

10) O que a Ordem Maçônica colabora para mudanças na sociedade? E com relação à mudanças políticas-sociais?

No campo político-social, os objetivos da Ordem, decorrentes de seus princípios filosóficos, são:

A liberdade de consciência e, portanto, de opinião, ela é irrestrita. A liberdade de ação, contudo, é limitada pela liberdade alheia. A liberdade do indivíduo não pode ferir os direitos de outrem, inclusive o próprio direito de ser livre. A liberdade é, assim, subordinada ao bem-estar coletivo. Para que a liberdade de crença e de opinião não crie problemas na Ordem, a Maçonaria não permite discussões político-partidárias, religiosas e sociais em seus trabalhos, nem manifestações de tal modo em seu nome e sob a qualidade de Maçom. É um antigo costume, embora não seja um Landmark.

A Igualdade deve ser entendida como igualdade de direitos em igualdade de condições, sem distinção de castas, raças ou grupos sociais (políticos, religiosos, partidários, etc.). A igualdade não é, portanto, o nivelamento puro e simples dos indivíduos, pois estes diferem entre si pelo seu valor, decorrente das qualidades pessoais. Cada um presta à coletividade serviço de maior ou menor importância, merecendo em retribuição, prerrogativas correspondentes à sua função social.

E por fim a fraternidade, ela é a expressão do amor ao próximo e da solidariedade humana. Tal como a igualdade, a fraternidade pode ser entendida como nivelamento de indivíduos, ignorando-se a diferenciação natural que decorre do mérito de cada um. A fraternidade exclui aqueles mesmos preconceitos, aquelas mesmas distinções que a igualdade recusa, mas faz tábua rasa do valor pessoal de cada um. A grande família humana, como qualquer família, possui membros de maior ou menor valor social; reconhecer esses diferentes valores é comezinha justiça.

11) Como você entende o poder e o que é o poder para você? A Maçonaria pode ser um poder?

Qual a função dela em relação à política?

Poder é a capacidade ou possibilidade de agir, de produzir efeitos, podendo se referir a pessoas-indivíduos e/ou grupos sociais. Pensando dessa maneira a Maçonaria poder ser um poder sim, pois ela parte do princípio relacionados à melhora da humanidade, tentando produzir efeitos cabíveis ao contexto social.

Com relação à política existem discussões dentro da Ordem, existem orientações, mas não são partidárias. Tomamos alguns pontos sociais, desde datas comemorativas à participações na câmara e tudo mais.

12) Na tomada do poder em 31 de março de 1964, além do poder legal nacional e internacional, houve alguma influência de algum outro tipo de poder independente de qual seja ele?

Na verdade fica um pouco difícil de analisar dessa maneira. Quando isso aconteceu estava tudo tão conturbado, tudo tão camuflado que não dava, e ainda não dá, para apontar quem fez, qual foi o grupo específico e tudo mais. Até hoje está queimando arquivos que provavelmente revelariam várias coisas que ainda não sabemos, e pelo jeito, se for continuar assim, nunca saberemos.

13) Se eu fosse fazer um conceito geral, eu poderia dizer, e afirmar, que a Maçonaria participou na elaboração do golpe? Em qual lado a Maçonaria estava: na tomada do poder ou na resistência dessa tomada?

O que eu posso te afirmar com certeza é que as cores das paredes do templo mudaram de vermelhas para azuis e continuam até hoje, posso te falar que espionagem existia em qualquer lugar.

Um fato interessante para você colocar no seu trabalho foi a aprovação por unanimidade, que surgiu entre nós da loja Eterno Segredo, em São Carlos, do pedido de anistia com relação ao fim da ditadura militar. Foi o primeiro ato público a dar apoio à anistia.